



ACTA N.º 9 – Aos trinta dias do mês de Dezembro do ano dois mil e dez, nesta Cidade de Santa Maria da Feira, no Auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e vinte minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida, na ausência do Exmo. Senhor Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa, pelo Exmo. Senhor Sérgio Reis Ribeiro – Primeiro Secretário da Mesa, e secretariada pelo Senhor Francisco Barbosa de Oliveira Maia – Segundo Secretário da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Actas:**
 - Acta N.º 7 – Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2010**
 - Acta N.º 8 – Sessão Ordinária de 24 de Setembro de 2010;**
 - 2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município;**
 - 3 – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal;**
 - 4 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2011;**
 - 5 – Plano de Actividades e Orçamento para 2011 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento);**
 - 6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2011;**
 - 7 – Reorganização e Reestruturação dos Serviços;**
 - 8 – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (deliberação da Assembleia de 30/06/2010);**
 - 9 – Regulamento de Taxas e Outras Receitas não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira (deliberação da Assembleia de 24/09/2010)**
 - Rectificação da data da entrada em vigor;**
 - 10 – Adesão do Município de Santa Maria da Feira à ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto;**
 - 11 – Aumento de Capital e alteração dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M.;**
 - 12 – Venda de Terrenos à PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM;**
 - 13 – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais**
 - Isenção de IMT;**
-



14 – Tarifário de Água e Saneamento para 2011; -----

15 – Calendário 2011 – Fixação de Preço (*para conhecimento*). -----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Alfredo de Oliveira Henriques, e pelos senhores vereadores Emídio Ferreira dos Santos Sousa, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* declarou aberta a sessão, saudando os membros presentes. Deu nota da impossibilidade do Sr. Presidente da Assembleia estar presente na sessão, pelo que, como Primeiro Secretário da Mesa, iria presidir a mesma. -----

Em seguida, chamou a atenção para a necessidade da Assembleia dar posse, como membro deste Órgão, à senhora Samanta Joana da Silva Maia, na sequência do pedido de suspensão do mandato do membro Leandro José Dias dos Reis (do grupo municipal do Partido Socialista), aprovado na última sessão realizada pela Assembleia, no passado dia 24 de Setembro de 2010. Solicitou à senhora Samanta Maia para se abeirar da Mesa, para tomar posse como membro da Assembleia. -----

A Senhora *Samanta Maia* abeirou-se da Mesa e leu, em voz alta, a seguinte declaração de tomada de posse: -----

“Afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”. -----

Em seguida, assinou a respectiva listagem de presenças e tomou o seu lugar na sala. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* alertou para o facto de ser necessário completar a Mesa da Assembleia – que no momento apenas era composta por um dos dois Secretários – convidado o grupo municipal do Partido Socialista a indicar, para esse efeito, um seu elemento, tendo sido indicada a deputada municipal Samanta Joana da Silva Maia, que tomou o respectivo lugar na Mesa. -----

Seguidamente, deu nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de três credenciais: uma do



Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquela Junta – Manuel Pereira dos Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquela Junta – Rui José Ferreira Alves; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Guisande, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquela Junta – Alexandra Suzete Castro Gomes. -----

Informou, também, que quatro deputados municipais – nomeadamente os membros António de Oliveira e Silva (do Bloco de Esquerda), Fernanda Paula Marques Oliveira (do PSD), Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu e Richard Armando de Sá Neves (ambos do PS) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes, nesta sessão, pelos motivos indicados nas próprias comunicações, serem substituídos.-----

Comunicou que, nos termos da Lei, o membro António Silva é substituído, nesta sessão, pelo Sr. Nuno Miguel Pinto Serrano, que o membro José Manuel Leão é substituído pelo Sr. Alberto Oliveira Malta, que a deputada municipal Idalina Sá Abreu é substituída pelo Sr. Manuel António de Oliveira Ferreira e que o membro Richard Neves é substituído pelo Sr. António Ferreira Pinto.-----

Para além desses membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros membros da Assembleia – encontravam-se ainda presentes, no início da sessão, os seguintes membros da Assembleia Municipal: -----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel da Mota Pinho; Manuel Fernandes Pinheiro; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Manuel de Jesus; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos



Santos; Gião – Manuel Joaquim Baptista Cardoso; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Sanfins – José Fernandes Leite; Sanguedo – José Nogueira da Silva; Santa Maria de Lamas – Francisco Camilo Gomes Pinto Ferreira; S. João de Ver – Amaro Bento Silva Araújo; Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva; e Vila Maior – Manuel Mota Araújo. -----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação da Assembleia e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício informou que se encontra disponível a relação, bem como os respectivos documentos, para que os Srs. membros os possam consultar, caso o pretendam. -----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a Sessão Ordinária de 24 de Setembro de 2010: -----

- “Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 06 de Setembro de 2010;-----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento e fins tidos por convenientes, resposta do Governo à pergunta “Dívidas da Administração Central às Autarquias”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, cópia do requerimento apresentado pela deputada municipal Lúcia Gomes (eleita pela CDU), sobre o assunto “Possível demolição do Cine-Teatro António Lamoso, em Santa Maria da Feira”; -----
 - E-mail do Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar do PCP, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Governo à pergunta “Transferências das Autarquias Locais para o Serviço Nacional de Saúde”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara
-



- Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, cópia do requerimento apresentado pelo membro Victor Neves (eleito pelo PS), a propósito do projecto referente ao edifício da “Farmácia Teles”, em Lourosa; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos pais da Cristina Josefa Ferreira dos Santos (Serafim Moreira dos Santos e Glória Ferreira Vendas), levando ao conhecimento dos mesmos o teor do voto de pesar aprovado por este Órgão na sua sessão realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010, de homenagem à memória da Cristina Josefa; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lourosa, levando ao conhecimento o teor do voto de pesar aprovado por este Órgão na sua sessão realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010, de homenagem à memória da Cristina Josefa;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos Srs. Comandantes das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Santa Maria da Feira, Lourosa e Arrifana, levando ao conhecimento o voto de louvor, aprovado por este Órgão na sua sessão realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010, “às Corporações de Bombeiros do Município e a todos os homens e mulheres que diariamente prestam serviços de excepcionalidade à comunidade feirense e zelam pela protecção da vida humana e do património urbano, cultural e ambiental”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos Chefes de Redacção dos jornais “Terras da Feira” e “Correio da Feira”, remetendo, para conhecimento e efeitos tidos por convenientes, teor do votos de pesar, do voto de louvor, e de uma moção, aprovados por este Órgão na sua sessão realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010; -----
 - Convite do Sr. Governador Civil do Distrito de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para as comemorações dos 175 anos do Governo Civil de Aveiro, que decorreram nos passados dias 9 e 10 de Outubro de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Arq. José Manuel Bastos – Director do jornal “Alto Verbo”, acusando e agradecendo a atenção do envio do primeiro número daquele jornal, felicitando os promotores dessa nova iniciativa editorial; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que os elementos indicados pelo grupo municipal do PSD para integrar a Comissão de Acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa – criada
-



- por este Órgão na sua sessão de 24 de Setembro de 2010 – são os eleitos António Domingues Pereira e ele próprio, José Manuel Leão;-----
- E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 152/2010-CO da ANMP, dando a conhecer o comunicado daquela Associação, intitulado “Municípios não aceitam mais cortes nas transferências”; -----
 - Circular 151/2010-CO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando alguns exemplares do Boletim n.º 194 daquela Associação, referente ao passado mês de Setembro;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Rui Tavares, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que o elemento indicado pelo grupo municipal do CDS-PP para integrar a Comissão de Acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa – criada por este Órgão na sua sessão de 24 de Setembro de 2010 – é o Sr. Manuel José Alferes Pereira;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de Setembro de 2010;-----
 - E-mail do Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo circular 155/2010-AGIRAO da ANMP, informando estarem disponíveis no sítio da ANMP na internet documentos aprovados pelo Conselho Directivo daquela Associação, relativos ao Orçamento de Estado para 2011;-----
 - Ofício do membro deste Órgão – Victor Neves, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que os elementos indicados pelo grupo municipal do PS para integrar a Comissão de Acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa – criada por este Órgão na sua sessão de 24 de Setembro de 2010 – são os eleitos António Alves Cardoso e ele próprio, Victor Neves;-----
 - E-mail da deputada municipal Lúcia Gomes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que o elemento indicado pelo grupo municipal da CDU para integrar a Comissão de Acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa – criada por este
-



- Órgão na sua sessão de 24 de Setembro de 2010 – é o Sr. Antero de Oliveira Resende; -----
- E-mail do Nuno Serrano (do grupo municipal do BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que o elemento indicado pelo grupo municipal do BE para integrar a Comissão de Acompanhamento à recuperação das Pedreiras de Lourosa – criada por este Órgão na sua sessão de 24 de Setembro de 2010 – é o Patric Figueiredo; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 04 de Outubro de 2010; -----
 - Circular 161/2010-AGIRAO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando estar disponível no sítio da ANMP na internet o Parecer aprovado pelo Conselho Geral daquela Associação, sobre a Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2011, bem como que dando nota que o Conselho Geral deliberou no sentido de se realizar um Congresso Extraordinária da ANMP, nos termos do n.º 11 da resolução que acompanha o Parecer referido; -----
 - Circular 163/2010-CO da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enviando alguns exemplares do Boletim n.º 195 daquela Associação, referente ao passado mês de Outubro; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e a actas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 18 e 21 de Outubro de 2010; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo dados relacionados com o projecto do edifício da “Farmácia Teles”, em Lourosa, na sequência do requerimento efectuado pelo membro deste Órgão, Victor Neves; -----
 - Ofício do Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão extraordinária que aquela Assembleia realizou no passado dia 15 de Novembro de 2010, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
 - E-mail do Gabinete de Comunicação da CCDD-N, ao Sr. Presidente da Assembleia
-



- Municipal, relativo a convite da CCDR-N e do “ON.2 – O Novo Norte” para participar no seminário internacional “Europa 2020: Nova Estratégia, Novos Instrumentos de Financiamento”, que se realizou no passado dia 19 de Novembro de 2010; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – Victor Neves, remetendo cópia do ofício do Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo onde o mesmo remete dados relacionados com o projecto do edifício da “Farmácia Teles”, em Lourosa, na sequência do requerimento efectuado pelo membro Victor Neves, a esse propósito;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 02 de Novembro de 2010; -----
 - Convite do Governador Civil de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Cerimónia de entrega da Medalha de Mérito Distrital a ex-Governadores Cívicos – inserido nas Comemorações dos 175 anos do Governo Civil de Aveiro – que se realizou no passado dia 30 de Novembro de 2010; -----
 - Convite do Presidente da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio do Concelho de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na “Apresentação Pública das Conclusões da Realidade do Associativismo Cultural no Concelho de Santa Maria da Feira”, que se realizou no passado dia 4 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 15 de Novembro de 2010; -----
 - Convite da Fisiofeira – Centro de Recuperação Física e Respiratória, Lda., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a inauguração das novas instalações daquele Centro, evento que se realizou no passado dia 18 de Dezembro de 2010; -----
 - E-mail do Gabinete de Comunicação da CCDR-N, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo convite para a conferência sobre o tema “O Norte e o QREN: Novas apostas, novos desafios”, que se realizou no passado dia 7 de Dezembro de 2010; --
-



- Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Esmoriz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Família, para assistir ao 1.º Festival de Tunas em Esmoriz, evento que se realizou no passado dia 5 de Dezembro de 2010;-----
 - E-mail do Director Geral da Expoente – Serviços de Economia e Gestão, S.A., ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando e colocando à disposição os serviços daquela empresa; -----
 - Convite da Presidente da Junta de Freguesia de Esmoriz, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Família, para assistir ao espectáculo “Vozes em Movimento”, que se levou a efeito no passado dia 11 de Dezembro de 2010; -----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e esposa, para estar presente na Ceia de Natal daquela Associação, que se levou a efeito no passado dia 17 de Dezembro de 2010; -----
 - Ofício da Direcção Regional de Aveiro do CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Regulamentação do horário de funcionamento do Comércio e Serviços – Decreto-lei n.º 111/2010, de 15 de Outubro”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Direcção e ao Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários da Feira, acusando e agradecendo o convite para a Ceia de Natal promovida por aquela Associação Humanitária e, na impossibilidade em estar presente, associar-se àquela iniciativa e desejar à Associação os melhores votos de Natal e todas as felicidades no Novo Ano; -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a acta da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 29 de Novembro de 2010; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao elementos que compõem a Comissão de Acompanhamento à Recuperação das Pedreiras de Lourosa, convocando-os para a primeira reunião de trabalho daquela Comissão, que se realizou no passado dia 22 de Dezembro de 2010; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela
-



- Assembleia realizou no passado dia 20 de Dezembro de 2010, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a Samanta Joana da Silva Maia, informando-a, dando cumprimento ao Regimento deste Órgão, que a Assembleia Municipal, na sua sessão realizada no passado dia 24 de Setembro de 2010, aprovou o pedido de suspensão de mandato apresentado pelo Sr. deputado municipal Leandro Reis, até ao dia 30 de Abril de 2011, pelo que, nos termos legais, o mesmo passará a ser substituído pela Samanta Maia; -----
 - Convite da Direcção da Academia de Música de Santa Maria da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Família, para o Concerto Comemorativo da fundação daquela Academia de Música, que se levou a efeito no passado dia 21 de Dezembro de 2010; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para esta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de Dezembro de 2010, bem como informando qual a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Ex.ma Câmara, da realização desta Sessão Ordinária de 30 de Dezembro de 2010, e indicando a respectiva “Ordem do Dia”;-----
 - Ofício da deputada municipal Fernanda Paula Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando não poder, por motivos pessoais, estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2010, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Actividade e Situação Financeira do Município (para ser presente nesta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2010); -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, as minutas e as actas das reuniões da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 13 e 17 de Dezembro de 2010;-----
 - Ofício da deputada municipal Idalina Noémia Abreu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando não poder, por motivos pessoais, estar presente nesta sessão
-



- ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Dezembro de 2010, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na mesma; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, o relatório n.º 1770/2008, da Inspeção-Geral de Finanças, no âmbito da auditoria ao “Controlo do Endividamento Municipal”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pela deputada municipal Lúcia Gomes (eleita pela CDU), subordinado ao assunto “Possível demolição do Cine-Teatro António Lamoso, em Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva (eleito pelo BE), subordinado ao assunto “Falta de pagamento por serviços prestados por agentes culturais à Câmara Municipal”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação no seguimento do requerimento apresentado pelo membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva (eleito pelo BE), subordinado ao assunto “Condições de licenciamento de loteamentos”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à deputada municipal Lúcia Gomes (eleita pela CDU), remetendo cópia do ofício do Sr. Presidente da Câmara, onde o mesmo remete informação na sequência do requerimento efectuado pela deputada municipal, subordinado ao assunto “Possível demolição do Cine-Teatro António Lamoso, em Santa Maria da Feira”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva (eleito pelo BE), remetendo cópia do ofício do Sr. Presidente da Câmara, onde o mesmo remete informação na sequência do requerimento efectuado por aquele membro, subordinado ao assunto “Falta de pagamento por serviços prestados por agentes culturais à Câmara Municipal”; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro deste Órgão – António de Oliveira e Silva (eleito pelo BE), remetendo cópia do ofício do Sr. Presidente da Câmara, onde o mesmo remete informação na sequência do requerimento efectuado por aquele
-



membro, subordinado ao assunto “Condições de licenciamento de loteamentos”; -----
- Diversos jornais, revistas, e cartões de Boas Festas.” -----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* informou de que dera entrada na Mesa duas moções, apresentadas pelo membro Rui Tavares (CDS-PP), e quatro recomendações, apresentadas pelo membro Nuno Serrano (BE), e que as passaria a submeter a discussão. Antes disso, pediu aos Secretários da Mesa para lerem, pela ordem de entrada na Mesa, as moções e as recomendações, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

Moção de Protesto, apresentada pelo membro Rui Tavares (CDS-PP): -----
“É mais de que conhecida por todos a necessidade de uma via rápida que ligue Santa Maria da Feira e Arouca. -----

Para Arouca este é um acesso importantíssimo ao Litoral e às principais vias rodoviárias do País. -----

Para Santa Maria da Feira é a possibilidade de nos afirmarmos com potencial regional, e porta de saída para todos os que virão a utilizar a via. É também a resolução de um problema que se arrasta há muitos anos, que é a ligação de Santa Maria da Feira a São João da Madeira. -----
Poderíamos acrescentar muitos outros argumentos, como as promessas feitas aos autarcas locais pelo actual governo.-----

A necessidade urgente desta via tem de ser lembrada, para que esta importante obra para o concelho da Feira não fique mais alguns anos na gaveta. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira delibera protestar pelo facto de mais uma vez esta obra não ter sido incluída no Orçamento de Estado. -----

Deve ser enviada a: -----

Grupos parlamentares,-----

Ministério das Obras Públicas,-----

Primeiro-Ministro, -----

Assembleia Municipal de Arouca,-----

Câmara Municipal de Arouca.” -----

Moção apresentada pelo membro Rui Tavares (CDS-PP):-----



“35 ANOS DO 25 DE NOVEMBRO DE 1975. 35 ANOS DE DEMOCRACIA -----

Se é verdade que já passou uma semana desta efeméride, a importância desta data justifica que não se perca a oportunidade de a relembrar. -----

Em 25 de Novembro de 1975 terminou o período a que se convencionou chamar PREC (Processo Revolucionário em Curso).-----

O PREC representou a tentativa das forças políticas da esquerda não democrática em tomar a liderança do processo iniciado em 25 de Abril de 1974. -----

Estas forças, com particular destaque para o PCP e para os partidos tradicionalmente designados de extrema-esquerda cuja espinha dorsal se reúne hoje no Bloco de Esquerda, tudo fizeram para boicotar a construção da Democracia tal como nós, Europeus do Ocidente impregnados pelo cristianismo, a entendemos. -----

A violência gerada por este processo correu a sociedade e ninguém negará que em todos os campos se terão praticado crimes. Também o CDS terá tido nas suas fileiras tais ovelhas tresmalhadas, mas a diferença é a de que a ideologia dos promotores do PREC era essencialmente antidemocrática e a ideologia do CDS inequivocamente Democrática. -----

Assim, não fora o esforço dos militares e muitos outros cidadãos que arriscaram as suas carreiras e as suas vidas nos combates desse dia e a Democracia teria muito provavelmente perecido ou pelo menos sido acorrentada por muito tempo.-----

Embora afirmando que o 25 de Novembro não deixou Portugal no caminho que entendia como o melhor, a Constituição estava já impregnada da visão socialista da sociedade, permitiu a recuperação do primado da democracia.-----

Infelizmente, a marca socialista da Constituição, a que é bom lembrar apenas o CDS se opôs, só de forma lenta e envergonhada foi sendo apagada, restando ainda muito por fazer nesse sentido.-----

Mas reconhece o CDS que, à data e face às dificuldades do processo, salvar o essencial da Democracia foi já obra de gigantes na qual todos os partidos democráticos à direita do PCP participaram. -----

Assim, o Deputado Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, que: -----

1. Se aprove um voto de louvor a todos os que construíram as condições para o sucesso das acções que em 25 de Novembro de 1975 devolveram Portugal ao caminho da Democracia, e



em especial para os que, com risco das suas vidas, executaram as acções militares que concretizaram tais acções; -----

2. Se dê conhecimento desta moção a todos os Órgãos de Soberania.”-----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“IMPLEMENTAÇÃO DE UM ORÇAMENTO DE BASE ZERO-----

Portugal vive uma dramática crise económica e social, que se reflecte de sobremaneira no nosso concelho devido ao seu modelo económico e social. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não é imune a esta crise, ainda para mais quando mais uma vez as transferências de verbas do Orçamento de Estado para os municípios sofrem um corte substancial.-----

Esta proposta de recomendação responde à crise orçamental do lado da despesa.-----

As escolhas colectivas devem orientar-se para a intensificação do rigor e transparência na gestão dos dinheiros públicos.-----

A presente proposta responde a esta exigência crescente de transparência e verificabilidade da despesa pública, adoptando uma medida excepcional para vigorar durante o ano de 2011: determina que o orçamento preparado durante esse exercício obedeça a um conjunto de regras que procuram a melhor adequação da autarquia às suas funções e a poupança razoável, eliminando desperdícios, programas redundantes ou nichos de ineficiência, e identificando e corrigindo ao mesmo tempo as deficiências, a falta de recursos e as incapacidades de aplicação dos programas essenciais. Essas normas, que têm sido identificadas sob o título de Orçamento de Base Zero (OBZ), baseiam-se na obrigação de cada serviço da autarquia definir e justificar a sua proposta de orçamento em função de actividades previstas para o ano seguinte, sem se basear no orçamento do ano anterior ou corrente.-----

Assim, evita-se o vício de um orçamento incremental, que tem sido a forma de preparar a distribuição da despesa, e que favorece a ineficiência: nenhum serviço corta no desperdício porque os serviços mais ineficientes negoceiam a sua dotação orçamental seguinte a partir da maximização do gasto no ano anterior. Deste modo, há em muitos serviços uma corrida à despesa inútil no final de cada ano, para evitar que o orçamento seguinte seja mais baixo. Ora, este despesismo, muitas vezes evidente, representa má gestão e ataca profundamente a credibilidade da autarquia como utilizador e gestor dos recursos públicos.-----



A gestão da coisa pública deve garantir o mais elevado nível de poupança e de eficiência, e esse combate definirá a nossa modernidade. A verificação dos orçamentos rigorosos por programas, actividades e serviços, fundamenta a escolha das prioridades e a correcção das insuficiências e exigirá por isso uma autarquia mais eficiente na resposta aos défices da democracia. -----

Não se trata portanto de um processo cujo objectivo seja simplesmente reduzir a despesa da autarquia. Os seus objectivos são mais ambiciosos e mais amplos: pretende garantir a eficiência, a clareza de objectivos, o controlo social sobre a actividade da autarquia, aumentar os recursos onde eles forem insuficientes e evitar o desperdício onde ele existir. -----

Em Portugal, a Assembleia da República aprovou recentemente um projecto-lei do Bloco de Esquerda que determina que o orçamento elaborado durante o exercício de 2011 seja Orçamento de Base Zero. Portanto, o Estado Português terá em 2012 o seu primeiro OBZ.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de Dezembro de 2010 deliberar recomendar à Câmara Municipal de Santa Maria da Feira: -----

1 - Que o orçamento preparado no exercício de 2011 seja de base zero quebrando o vício de um orçamento incremental. Nesta elaboração, os procedimentos devem assegurar um processo simples, com critérios articulados e claros, com regras de avaliação e verificação, que permitam a decisão em tempo útil. -----

2 - Que, assim, o orçamento da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira para 2012 responda aos critério de Orçamento de Base Zero. -----

3 - São excepção à aplicação do OBZ: as dotações correspondentes a despesas obrigatórias; as despesas de investimento co-financiadas por fundos comunitários; as verbas atribuídas a mecanismos de orçamento participativo. A informação sobre estas dotações e despesas deve ser disponibilizada na proposta de orçamento. -----

4 - Que sejam adoptados os devidos mecanismos na autarquia para facilitar que a prática de Orçamento de Base Zero seja de implementação cíclica ao longo do tempo.” -----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“OBRAS URGENTES NO BAIRO SOCIAL DE FIÃES-----

O conjunto de habitações sociais na Rua Dr. Mário de Castro, em Fiães, são pertença exclusiva da Câmara Municipal de St.^a Maria da Feira e foi inaugurado em 2002. -----



É notório a má qualidade da edificação. Os materiais utilizados nesta construção foram de má qualidade quando era suposto terem qualidade, pelo menos segundo o contratualizado e o preço pago. Esta é infelizmente a prática habitual na construção de equipamentos sociais. -----
Devido à manifesta má qualidade da construção, existem infiltrações de água quando chove. Os tectos e as paredes estão em condições deploráveis, existem paredes descarnadas e fissuras enormes. -----

A autarquia foi alertada pelos moradores há vários anos, mas nada fez para sanar este grave problema, o que coloca em risco a saúde dos habitantes. -----

É de enaltecer o brio e o zelo dos habitantes deste bairro. Basta visitar o bairro e ver os jardins, que são tratados pelos seus moradores, para se reconhecer o civismo e o seu sentido de responsabilidade. -----

Os habitantes deste conjunto habitacional queixam-se da falta de apoio da autarquia e de acompanhamento das técnicas da divisão social. -----

A canalização do saneamento cedeu, provocando por vezes infiltrações nas garagens. Mesmo depois de várias queixas por parte dos moradores, até agora nada foi feito para reparar o saneamento por parte de quem é responsável. -----

O parque infantil não cumpre com a legislação em vigor. O campo de futebol está de tal forma danificado que é impossível ser utilizado. -----

Assim sendo a Assembleia Municipal reunida no dia 30 de Dezembro de 2010 decide recomendar à Câmara Municipal: -----

1. Que com a máxima urgência a autarquia intervenha neste complexo habitacional, que é da sua responsabilidade (já que é a Câmara a proprietária), para a rápida resolução de todos os problemas que afectam estes seres humanos. -----
2. Que os habitantes deste tenham o devido acompanhamento pelas técnicas de divisão social da Autarquia.” -----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“ALOJAMENTO DA COMUNIDADE CIGANA ACAMPADA NAS BARALHAS EM SANGUEDO -----
A comunidade cigana que reside no acampamento da Baralha na Freguesia de Sanguedo, vive em condições desumanas. As barracas onde habitam estas mulheres, homens, idosos e crianças não possuem qualquer tipo de condições. -----



Não podemos nós, cidadãos ditos civilizados, aceitar que no nosso Concelho haja seres humanos que vivam em condições tão adversas. Ao frio, ao calor, com odores nauseabundos, rodeados de todo o tipo de insectos e parasitas. Os ratos passeiam-se pelo acampamento, podendo facilmente transmitir a Leptospirose, uma doença que tem uma incidência mortal altíssima se não for tratada imediatamente. -----

Esta comunidade vive sem qualquer tipo de condições de salubridade. Estando em causa a saúde pública. Havendo neste acampamento inclusive idosos acamados. -----

“Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”. -----

(n.º 1 do artigo 5.º da Constituição da República Portuguesa).-----

“Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou outros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade”. (n.º 1 do artigo 25.º, Declaração Universal dos Direitos do Homem aprovada em 1948). -----

O direito à habitação deve ser interpretado não num sentido restrito, mas num sentido lato e incluso como o direito onde se pode viver “em segurança, em paz e com dignidade”. O direito à habitação está intrinsecamente ligado a outros direitos humanos fundamentais.-----

A impossibilidade de usufruir de uma habitação condigna coloca em causa:-----

- o princípio da não discriminação;-----
- o direito à liberdade de expressão;-----
- o direito de livre associação;-----
- o direito de liberdade de residência (direito de liberdade de circulação);-----
- o direito de participação em tomadas de decisão públicas; -----
- o direito à segurança da pessoa (em caso de desalojamento forçado ou arbitrário ou outras formas de hostilização);-----
- o direito de não estar sujeita a interferências arbitrárias ou ilegais na vida privada, familiar ou na correspondência. -----

Além disso, o direito à habitação confere uma base que aumenta a probabilidade de realização de outros direitos humanos, nomeadamente:-----



- o direito à família;-----
- o direito de participar no governo;-----
- o direito de trabalhar;-----
- o direito ao descanso e ao lazer;-----
- o direito a água e alimentação;-----
- o direito ao mais alto padrão possível de saúde física e mental;-----
- o direito à educação;-----
- o direito de participação na vida cultural da comunidade.-----

Assim sendo a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida no dia 30 de Dezembro de 2010, decide recomendar à Câmara Municipal que com carácter de urgência:-----

1. Alojjar toda a comunidade cigana que está no acampamento das baralhas, em local próximo, com todas as condições de Habitabilidade, para que os seus ocupantes possam usufruir de habitação adequada, com segurança, que os possa proteger do frio, da humidade, do calor, da chuva, do vento e outros perigos para a saúde, dos riscos devido a problemas estruturais e vectores de doença.”-----

Recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE):-----

“PELA ADESÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DA FEIRA AO “PACTO DE AUTARCAS”-----

Considerando que em 9 de Março de 2007 a União Europeia se comprometeu a reduzir as suas emissões de CO2 em 20% até 2020, em consequência do aumento de 20% da eficiência energética e da quota de 20% das fontes de energia renováveis no cabaz energético da EU. ----

Tendo também em conta que muitas das acções em matéria de eficiência energética e fontes de energia renováveis necessárias para enfrentar as alterações climáticas são da esfera de competência do poder local ou não são concretizáveis sem o seu apoio, a Comissão Europeia avançou em Janeiro de 2008 com a iniciativa “Pacto de Autarcas”.-----

Até à data mais de duas mil cidades/regiões europeias formalizaram aquele compromisso. Em Portugal são cerca de 50 os municípios que já subscreveram o “Pacto de Autarcas”. A adesão a este compromisso para as energias sustentáveis locais exige o cumprimento dum conjunto de requisitos, como a elaboração dum inventário de referências das emissões de CO2 e a apresentação no prazo de um ano dum plano de acção em matéria de energia sustentável, para além da mobilização da sociedade para a participação no desenvolvimento daquele plano. ----



Dada a grande exigência destes requisitos, só os municípios com elevada consciência ambiental e estruturas adequadas, como Agências de Energia, terão as condições para cumprir integralmente os requisitos constantes do “Pacto de Autarcas”.

Se o município de Santa Maria da Feira aderir à ENERGAIA, proposta que vai hoje a votos nesta assembleia, aumentarão consideravelmente as possibilidades de Santa Maria da Feira se poder juntar às cidades europeias que já formalizaram aquele compromisso.

Assim, e tendo em conta a profunda melhoria na situação ambiental do concelho que decorrerá da subscrição do compromisso para as energias sustentáveis locais, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de Dezembro de 2010, recomenda ao Executivo camarário:

- que inicie os procedimentos necessários para a adesão do Município de Santa Maria da Feira, no ano de 2011, ao “Pacto de Autarcas” da União Europeia.”

Seguidamente, e feitas as inscrições para intervir a respeito das moções e das recomendações, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a palavra ao membro Rui Tavares.

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP), que começou por aludir à moção de protesto que apresentou pelo facto de, uma vez mais, não ter sido incluído, no Orçamento de Estado para 2011, a via estruturante entre Santa Maria da Feira e Arouca.

A esse propósito, referiu não ser só o CDS-PP a nível autárquico a ter essa pretensão, focando que, na Assembleia da República, o CDS-PP apresentou um projecto no sentido de aprovar a construção da via Feira/Arouca, e de a incluir no Orçamento de Estado para 2011.

Salientou que, nesse documento, se pedia que fosse aprovado, para o ano de 2011, pelo menos a construção do troço que vai desde a A32 até Arouca, mas que essa proposta foi rejeitada com o voto contra do PS, incluindo do Deputado de Santa Maria da Feira, Vítor Fontes, e com a abstenção do PSD, incluindo do Deputado de Santa Maria da Feira, Amadeu Albergaria.

Lamentou que esses deputados tenham um determinado discurso quando estão em Santa Maria da Feira e, depois, quando chega a hora de votar a favor de Santa Maria da Feira, votem de acordo com a disciplina de voto do partido, sem olhar aos interesses dos feirenses.

Em relação à moção dos 35 anos do 25 de Novembro, 35 anos de Democracia, frisou tratar-se de um tema que já foi publicado nos órgãos de comunicação social, e que essa moção serve



para vincar a data, para que a mesma não seja esquecida. Disse considerar o teor da moção como sendo consensual e que, portanto, não se alongaria na apresentação da mesma.-----

Em relação às recomendações apresentadas pelo Bloco de Esquerda, disse que somente se iria referir a uma delas, no caso a que recomenda a adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Pacto de Autarcas.-----

Referiu considerar curiosa essa recomendação porque a mesma fala de uma questão de eficiência energética, dizendo não se poder esquecer que o Bloco de Esquerda, na Assembleia Metropolitana do Porto, votou contra um orçamento que incluía a criação da ENERGAIA, da qual o Município de Santa Maria da Feira iria fazer parte. -----

Concluiu dizendo que, no Bloco de Esquerda, as coisas não andam conjugadas, que se diz umas coisas num lado, outras no outro, e que queria deixar essa nota. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por aludir às recomendações por ele apresentadas, em representação do Bloco de Esquerda.-----

Em relação à recomendação referente às obras urgentes no bairro social de Fiães, referiu que, ao contrário do que muito se diz, os moradores têm brio pelo seu bairro e que, para comprovar isso, bastava visitar o bairro e verificar os jardins que são tratados pela população daquele complexo habitacional.-----

Salientou tratar-se de uma obra da responsabilidade da Câmara, referindo que as infra-estruturas apresentam graves deficiências, nomeadamente as referentes à prática de desporto. Focou que seria de bom-tom fazer a recuperação daquele complexo o mais rapidamente possível, dizendo estar posta em causa a segurança, nomeadamente das crianças que andam a brincar e das pessoas que quiserem praticar desporto.-----

Em relação à moção para o alojamento da comunidade cigana acampada nas Baralhas, em Sanguedo, disse estranhar muito as condições em que aquela população vive, frisando ser urgente, até pela pluviosidade que se prevê para o Inverno, que a Câmara Municipal tome medidas imediatas para aquela situação. -----

Quanto à questão da implementação de um Orçamento de Base Zero, disse ser a altura ideal para ser discutida, referindo que o Bloco de Esquerda tinha esperanças que a Câmara incluísse, na sua proposta das Grandes Opções do Plano para 2011, que o Orçamento de 2012 fosse assente nos princípios de um Orçamento de Base Zero. -----



Recordou que a Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis do PSD, a aplicação dessa metodologia para o Orçamento de 2012 da República. Fez sobressair que, numa altura em que se pede ainda mais rigor e boa gestão dos dinheiros públicos, a metodologia do Orçamento de Base Zero deveria ser utilizada, a bem do rigor e da transparência. -----

Em relação à adesão do Município ao Pacto de Autarcas, disse que essa adesão já devia ter acontecido, ressaltando haver cerca de 50 municípios que já o fizeram. -----

Deu, como exemplo, o Município de Vila Nova de Gaia, dizendo que aquele município tem um projecto inovador no que diz respeito à redução do consumo energético e que seria muito bom que o Município de Santa Maria da Feira o seguisse. Realçou que as exigências para aderir ao Pacto de Autarcas são muitas, acrescentando que as autarquias podem recorrer a verbas da União Europeia destinadas à eficiência energética mas que, para isso, têm de ter know-how, realçando, nessa medida, que a ENERGAIA tem esse know-how e que esse é reconhecido pelo mercado, pelas universidades e pela União Europeia. -----

Em relação à questão da via Feira-Arouca, disse ser conhecida a posição do Bloco de Esquerda, referindo congratular-se por o CDS-PP ter sido, pelo menos este ano, coerente na Assembleia da República. A esse propósito salientou que, no ano passado, o Bloco de Esquerda apresentou a mesma proposta no PIDDAC e que o CDS-PP se absteve, quando o Bloco de Esquerda havia votado favoravelmente a proposta do CDS-PP. -----

Referiu que, curiosamente, este ano, o CDS-PP votou favoravelmente a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, salientando que talvez isso tivesse acontecido por o Presidente do CDS-PP estar na Assembleia Municipal de Arouca. -----

Em relação à moção dos 35 anos do 25 de Novembro disse que, quando recebeu a moção, achou ter havido algum erro na redacção, referindo que gostava de lembrar a Assembleia, em particular ao representante do CDS-PP, que Freitas de Amaral, fundador do mesmo CDS-PP, afirmou, textualmente e em público, que o principal suspeito do atentado que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa, foi José Esteves, na altura funcionário do CDS-PP. Frisou ser essa a realidade nua e crua. -----

A respeito de se olhar com desdenho para o PREC quando se fala de democracia, destacou que o PREC existiu com muito orgulho, que as forças de esquerda têm todo o orgulho no PREC que aconteceu no período em que o povo tomava os destinos nas suas mãos. -----



Concluiu dizendo ser isso a democracia, que compreendia que o CDS-PP tenha muitos problemas com isso, referindo, como exemplo, que alguns dirigentes do CDS-PP tinham as suas empresas em Santa Maria da Feira nas quais os trabalhadores ainda trabalhavam de sol a sol, independentemente dos direitos dos trabalhadores alcançados com o 25 de Abril. -----

Interveio o membro *Adriano Martins* (PS), dizendo que a sua intervenção se prendia com a moção de protesto apresentada pelo CDS-PP. -----

A esse propósito, disse que a moção apresentada na Assembleia da República tratava da via A32-Arouca, e daí entender muito bem que o deputado de Santa Maria da Feira do PS tivesse votado contra, ressaltando que o que se pretende, para os interesses de Santa Maria da Feira, é a via Arouca-Feira, e não a A32-Arouca. -----

Nessa medida, disse considerar importante que a Câmara fizesse mais pressão perante o Governo no sentido de se completar a obra da via Arouca-Feira, por a mesma ser de grande interesse tanto para Santa Maria da Feira como para Arouca, ressaltando que ela já teve o seu início mas que foi interrompida. -----

Referiu que o grupo municipal do Partido Socialista vai estar solidário com a moção de protesto mas que, contudo, entendia que a mesma devia ser mais clara no seu teor, no sentido de que especificasse a questão da ligação Feira-Arouca, sugerindo que, nessa medida, houvesse alguma correcção ao teor da mesma. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por aludir à moção relativa ao 25 de Novembro para dizer que, quanto a essa, faria uma declaração de voto, frisando que a mesma não é consensual, antes pelo contrário. -----

Relativamente à questão da A32, referiu que o que o CDS-PP propôs, na Assembleia da República, não foi, de facto, a ligação Feira-Arouca. Frisou que o CDS-PP votou contra a proposta do PCP, em sede de PIDDAC, que previa a ligação Feira-Arouca, que também o PS votou contra essa proposta, ressaltando que, por isso, o CDS-PP está a protestar contra si próprio. Disse ser evidente que a CDU concorda com a moção de protesto porque apresentou uma proposta no Orçamento de Estado a favor da ligação Feira-Arouca, lamentando que a mesma tenha sido rejeitada, com a abstenção do PSD e com os votos contra do CDS-PP e do PS. -----



Em relação à recomendação a respeito da adesão do Município ao Pacto de Autarcas, disse não deixar de ser curioso que o Bloco de Esquerda defenda propostas da Comissão Europeia relativamente às alterações climáticas, defendendo o protocolo de Quioto que obriga a que os países mais pobres tenham que pagar para não poluir. -----

Relativamente à recomendação para implementação de um Orçamento de Base Zero, referiu que um orçamento desse género significa partir dum início sem levar em consideração as despesas anteriores e que isso, no entender da CDU, revela uma grande irresponsabilidade uma vez que há coisas que já estão feitas, que estão orçamentadas e que já existem. -----

Destacou que o Orçamento de Base Zero foi, pela primeira vez, implementado por uma empresa chamada Texas Instruments, que essa faliu, pedindo para que se pesquisasse o que se passou com a Texas Instruments para que se constatasse o que aconteceu a essa empresa depois de ter implementado um Orçamento de Base Zero. -----

Salientou que, a ser implementado no Município um Orçamento de Base Zero, o que aconteceria seria, tendo em conta a época que se vive, o caos total, fazendo sobressair que seria um acto da maior irresponsabilidade e que, ainda mais grave, permitiria a irresponsabilidade das forças políticas. -----

Questionou, no caso da implementação de um Orçamento de Base Zero e no caso de a Câmara mudar para uma Câmara Socialista, a quem se pediriam responsabilidades perante os Planos Plurianuais de Investimento que ficariam por concretizar, e pelas obras em execução que transitam de um ano para o outro. -----

Concluiu dizendo ser conhecido o que aconteceu no sector privado com a implementação de um Orçamento de Base Zero e que, ao ser aplicado ao sector público, tal como foi aprovado na Assembleia da República, dará muitas dores de cabeça e que, por isso, a CDU votaria contra essa recomendação do Bloco de Esquerda. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD) que começou por dizer que, embora não esteja no regimento da Assembleia a necessidade da entrega das propostas de moções e recomendações com uma determinada antecedência, considerava incrível que, numa sessão da Assembleia como a presente, com assuntos cujo debate se prevê bastante demorado, tivessem sido apresentadas, a quinze minutos do início da sessão, moções sobre as quais não teve a mínima hipótese de conversar com os seus colegas da bancada do PSD, para decidir sobre o sentido de



voto. Referiu acreditar que os seus colegas confiariam na sua análise e que, portanto, iria dizer qual o sentido de voto do grupo municipal do PSD para as moções e recomendações apresentadas.-----

Começando pela moção relativa ao 25 de Novembro disse que queria chamar a atenção, não só ao representante do CDS-PP, como a todos os colegas da Assembleia, de que o Concelho de Santa Maria da Feira tem problemas suficientes para resolver que deviam fazer centrar neles todas as atenções, na tentativa de os resolver e que, por isso, considerava não fazer grande sentido que a Assembleia andasse a divagar sobre assuntos nacionais e, ainda por cima, sobre assuntos nacionais que ocorreram há muitos anos atrás. -----

Ainda a propósito dessa moção disse ser certo que houve, por ventura, heróis nesse dia que se debateram pela liberdade desde 1975, mas que muitos outros também se debateram pela liberdade e mereceriam exactamente as mesmas honras que esses que o CDS-PP pretende homenagear. Informou que o grupo municipal do PSD se iria abster na votação dessa moção. - Relativamente à moção de protesto apresentada pelo CDS-PP, referiu que também tinha dúvidas que no teor da mesma esteja explícito que, quando se fala de Santa Maria da Feira, se refere à A1.-----

Referiu que na Assembleia Metropolitana do Porto o Partido Socialista, talvez pressionado pelo Sr. Presidente da Câmara de Arouca, apresentou uma moção para que fosse dada prioridade à ligação de Arouca à A32 e que foi muito difícil convencer as pessoas de que isso seria um acto de grande injustiça para com todos os concelhos que constituem o Entre Douro e Vouga, que não o de Arouca. Referiu que se foi conseguida, a nível de Junta Metropolitana e Assembleia Metropolitana, por unanimidade, a prioridade da ligação de Mansores à A1, foi graças à solidariedade que existiu dos concelhos que integram o Entre Douro e Vouga. -----

Prosseguiu dizendo que, à última hora, apareceu na Assembleia Metropolitana uma moção que contrariava em absoluto o objectivo de ligar Mansores à A1, frisando que esse era e continua a ser um objectivo do PSD.-----

Referiu que embora na moção de protesto em discussão não conste o que consta nos documentos que foram anteriormente distribuídos, o certo é que foram ditas coisas que contrariam o espírito, na totalidade, que regeu o sentido de voto dos membros que representam o Concelho de Santa Maria da Feira na Assembleia da República. -----

Salientou ser verdade que o que o CDS-PP propôs na Assembleia da República foi o mesmo



que o PS começou por propor na Assembleia Metropolitana do Porto, que era dar prioridade à ligação de Mansores à A32, e que isso seria condenar em absoluto a ligação mais conhecida como Arrifana/A1 – Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que essa ligação tem mais tráfego num dia do que a ligação A32-Arouca terá num mês. Focou ter sido com esse argumento que conseguiu convencer a Assembleia Metropolitana do Porto a alterar a moção para que fosse dada prioridade à ligação Mansores-Santa Maria da Feira.-----

Ainda a respeito da moção de protesto apresentada pelo CDS-PP referiu que, se no seu teor ficasse explicitado que se trata da ligação Santa Maria da Feira (A1) a Arouca, então que o PSD votaria favoravelmente e que, caso se mantivesse o teor da moção tal como foi apresentada então que, sendo equívoca, o PSD votaria, na dúvida, contra. -----

Relativamente à recomendação sobre o Pacto de Autarcas, disse ser um leigo nessas matérias de emissões de CO2, que não tivera a possibilidade de conversar com os restantes colegas do seu grupo municipal a respeito desse assunto e que, por isso, o grupo municipal do PSD iria dar o benefício da dúvida e abster-se na votação dessa recomendação. -----

Em seguida, referiu que o que ia dizer a respeito da recomendação a propósito da implementação de um Orçamento de Base Zero serviria para justificar o voto contra do grupo municipal do PSD às restantes recomendações apresentadas pelo Bloco de Esquerda. -----

Ressaltou que, como membro da Assembleia, não tivera qualquer intervenção na feitura do Orçamento mas que tinha certeza absoluta, até por conversas que tivera com um membro da Câmara, que o Orçamento municipal para 2011 começou abaixo de zero, devido aos encargos da despesa já executada e dos compromissos assumidos.-----

Focou que quem leu a apresentação do Plano e Orçamento bem como a acta da reunião de Câmara sabe que estar, na Assembleia, a mencionar qualquer elemento que adultere o que é apresentado, é pura demagogia e que, por isso, não vale a pena falar de assuntos tais como o alojamento dos ciganos ou as obras em bairros sociais.-----

Frisou que a Câmara deu o exemplo quando a única verba que fez subir no orçamento foi a relativa à área social, que cortou em tudo o resto e que, mesmo assim, o Partido Socialista entendia que se devia cortar mais. -----

Concluindo, deu nota que o grupo municipal do PSD iria votar contra as recomendações do Bloco de Esquerda. -----



Interveio o membro *António Cardoso* (PS), começando por aludir à questão da ligação A1-Arouca. Salientou que, efectivamente, foi apresentada, na Assembleia Metropolitana do Porto, uma proposta um pouco desajustada, que foi necessário corrigi-la, realçando ter sido um dos que contribuiu para que essa correcção se realizasse, sob pena de não votar favoravelmente essa proposta. -----

Relativamente à moção sobre os 35 anos do 25 de Novembro, deu nota que o grupo municipal do PS se ia abster por considerar a mesma despropositada e por considerar tratar-se de uma efeméride que não merece grande relevo, referindo ter havido outros factos que também poderiam ser motivo de alguma invocação. Informou que o grupo municipal do PS faria, oportunamente, uma declaração de voto a respeito dessa moção. -----

A propósito da recomendação de obras no bairro social de Fiães, referiu que o senhorio tem de respeitar as condições de habitabilidade e que, sendo a Câmara o senhorio e caso essas obras se justificassem, era obrigação da Câmara as realizar. -----

Quanto à questão do alojamento da comunidade cigana, disse considerar que não pode haver discriminação e que essa comunidade deve ser tratada de igual forma relativamente aos restantes feirenses que vivem em condições degradadas, e não terem privilégios.-----

Referiu que não se deve esconder o sol com a peneira, salientando que aquela comunidade tem que se integrar socialmente na comunidade portuguesa e que tem de respeitar as tradições locais. -----

Relativamente à recomendação pela adesão do Município de Santa Maria da Feira ao Pacto de Autarcas, disse que gostava de conhecer melhor as implicações que tal adesão possa ter, mas que recebeu a mesma um quarto de hora antes do início da sessão, tal como aconteceu com a recomendação a propósito da implementação de um Orçamento de Base Zero e que, portanto, por considerar que tais questões merecem uma reflexão e não podem ser tratadas em cima do joelho, o grupo municipal do PS não as votaria favoravelmente. -----

Usou da palavra o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por comentar a reacção do representante do Bloco de Esquerda, dizendo que quando aquele falou de um Ministro do PS que é fundador do CDS, confundindo e baralhando as coisas bem como falando no atentado quando não há qualquer referência a isso na moção a respeito dos 35 anos do 25 de Novembro, é mesmo perder tempo. -----



Em relação à moção de protesto a respeito da via Feira-Arouca, disse que a pretensão não era abandonar a via Feira (A1) – Arouca mas sim que, tendo em conta a situação actual do País e não querendo exigir o troço completo, pelo menos se fizesse a ligação da A32 a Arouca. Referiu haver uma parte que está construída, até Mansores, faltando um troço relativamente pequeno até à A32, sublinhando que esse era mais importante para o Concelho de Arouca do que para o de Santa Maria da Feira, porque daria a Arouca outras hipóteses de acessibilidade. - Concluindo, realçou que o intuito da moção não é o de abandonar a ligação Santa Maria da Feira (A1) – Arouca.-----

O membro **José Leão** (PSD) pediu o uso da palavra para dizer compreender que o Estado está de tanga e que não pode fazer tudo de uma vez e que, então, propunha ao representante do CDS-PP que, dado haver mais trânsito entre a A1 e a A32, e implicar essa ligação mais gente, se comesse pela ligação da A1 à A32.-----

O membro **Rui Tavares** (CDS-PP) – proponente da moção de protesto – disse aceitar a alteração mencionada pelo membro José Leão. -----
Assim sendo, ficou definido que, onde se lia, no primeiro parágrafo da moção, “... a necessidade de uma via rápida que ligue Santa Maria da Feira e Arouca”, deveria ler-se “... a necessidade de uma via rápida que ligue Santa Maria da Feira (A1) e Arouca”.-----

Entretanto, saiu o membro Ângelo Castro. -----

Em seguida, o **Sr. Presidente da Assembleia em exercício** passou a submeter as moções e recomendações a votação, dando nota da alteração ao teor da moção de protesto a respeito da ligação Feira – Arouca, nos termos propostos pelo membro José Leão e aceites pelo proponente da mesma, o membro Rui Tavares. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 52 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção de protesto apresentada pelo membro Rui Tavares (CDS-PP), a respeito da necessidade de uma via rápida que ligue Santa Maria da Feira (A1) e Arouca – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----



- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor da moção, 3 votos contra e 48 abstenções, rejeitar a moção apresentada pelo membro Rui Tavares (CDS-PP) intitulada “35 anos do 25 de Novembro de 1975. 35 anos de Democracia” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----
- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor da recomendação, 51 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE) intitulada “Implementação de um Orçamento de Base Zero” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----
- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da recomendação, 28 votos contra e 3 abstenções, rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE) intitulada “Obras urgentes no bairro social de Fiães” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----
- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da recomendação, 34 votos contra e 16 abstenções, rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE) intitulada “Alojamento da comunidade cigana acampada nas Baralhas em Sanguedo” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----
- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor, 0 votos contra e 51 abstenções, aprovar a recomendação apresentada pelo membro Nuno Serrano (BE) intitulada “Pela adesão do município de Santa Maria da Feira ao “Pacto de Autarcas”” – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para ler declaração de voto a respeito da moção intitulada “35 anos do 25 de Novembro. 35 anos de Democracia”, que seguidamente se transcreve:-----

“Ao ler a data de 25 de Novembro, pensei que um laivo de racionalidade e humanismo houvera chegado ao CDS no assinalar do Dia Internacional para a Erradicação da Violência sobre as Mulheres. Cedo desfiz o engano e com pesar e lamento, leio as palavras reaccionárias e confusas de alguém que ainda tem muito para aprender com a Democracia e a História do povo português. Como dizia Ary, o poeta revolucionário, para muitos, e para o CDS, o regime democrático não passa de um baile de tartufos onde se passeia a burguesia, muita dela



entalada ainda com a liberdade conquistada. Assim, não perderei muito tempo com explicações. Elas são a nossa História. Apenas deixo as palavras de Álvaro Cunhal, retiradas da brochura “Se fores preso camarada”, sobre as torturas que muitos comunistas, socialistas e democratas sofreram para que hoje se tenha a veleidade de afirmar o indizível. -----

“Para obter declarações, a polícia maltrata os presos. Muitos camaradas nossos foram selvaticamente torturados: com espancamentos brutais durante horas e horas a cavalo-marinho e com grossas tábuas, apertos de testículos, queimaduras com faíscas eléctricas e com cigarros, pancadas brutais nas plantas dos pés descalços, etc.-----

(...) as mulheres já não são poupadas às brutalidades e algumas têm sido despidas e chicoteadas pelos bandidos da pide.-----

Os nomes dos mártires resistem ao tempo e ficam na lembrança das classes trabalhadoras e dos comunistas como faróis a guiar o seu comportamento:-----

Bento Gonçalves -----

Militão Ribeiro -----

Alfredo Dinis -----

Alfredo Caldeira-----

José Moreira -----

José Dias Coelho -----

Ferreira Marquês -----

Germano Vidigal -----

Vieira Tomé-----

Augusto Martins” -----

Sofia Ferreira e tantos outros camaradas, entre os quais o nosso Ferreira Soares. -----

O programa governativo de emergência do Governo Nacional Democrático Provisório, no seu comunicado ao povo português estabelecia como prioridades: -----

“1 – Destruição completa do Estado Fascista Português -----

2 – Estabelecimento duma ordem democrática em Portugal -----

3 – Possibilidade (para o povo português) de escolher, em eleições verdadeiramente livres, os seus governantes” -----

4 – Tornar Portugal uma nação militante da grande coligação mundial antifascista”.-----

As liberdades e a Constituição ainda estão por cumprir para milhares de portugueses. Talvez



seja essa a espinha na garganta do CDS. Uma lei fundamental que garante os direitos e as liberdades mais básicas a todos e todas, para um partido que não descansa enquanto estas não forem de alguns.-----

Mais do que o voto contra, esta moção merece o nosso repúdio veemente em nome de todos os que lutaram e lutam por uma sociedade justa, democrática e livre.”-----

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS) para ler declaração de voto a respeito da moção intitulada “35 anos do 25 de Novembro. 35 anos de Democracia”, que seguidamente se transcreve:-----

“Quanto à proposta do CDS a posição do Partido Socialista é de abstenção e embora vá intervir deixo à mesa o presente texto para que sirva de declaração de voto.-----

O Partido Socialista abstém-se quanto a esta Moção, na medida em que considerámos que a Democracia teve o seu expoente máximo de importância no dia 25 de Abril de 1974, sendo essa data de merecido reconhecimento e louvor, pois tudo o que se sucedeu posteriormente foi resultado dessa movimentação. Se fossemos comemorar todas as datas importantes após o Dia da Revolução teríamos alguns momentos significativos a comemorar ao longo desse ano e nos seguintes, como a “Maioria Silenciosa”, no 28 de Setembro de 1974, ou o 11 de Março 1975 – com a mal sucedida tentativa contra o 25 de Abril.-----

Considerámos que devemos dar um verdadeiro enfoque, à data realmente importante para a mudança e para a Democracia – o 25 de Abril de 1974 e, por este motivo abtemo-nos nesta Moção.”-----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e recomendações, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* abriu as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia. Feitas as inscrições, passou a palavra ao membro Telmo Gomes.-----

Interveio o membro *Telmo Gomes* (PS) que começou por aludir a um pedido que deu entrada na Câmara Municipal, para a construção de um armazém para vestuário, com 340 m² de área coberta, com uma baía de estacionamento em que 200 metros da mesma passa para o domínio público da Câmara, e com a cedência de lugares de estacionamento. Sublinhou que esse projecto obedecia a todas as regras impostas pela Câmara Municipal.-----



Referiu que a Câmara deferiu o projecto mediante o pagamento de taxas administrativas bem como o pagamento das respectivas taxas de edificação e urbanização, frisando que a surpresa está nos mais de 9.000 euros a pagar por tudo isso, para um projecto de 340 m².-----

Questionou se é essa a forma de a Câmara, tendo em conta os tempos que se vivem e considerando a taxa de desemprego verificada no Concelho de Santa Maria da Feira, promover a fixação de pequenas e médias empresas (PME) no Concelho. -----

Questionou, também, como é possível que um armazém de maior escala, para uma discoteca, feito há bem pouco tempo no Concelho e com mais do triplo do tamanho do armazém a que fez referência anteriormente, pague exactamente a mesma quantia. -----

Disse que essa é uma fraca política da Câmara Municipal que faz com que os pequenos e médios empresários do Concelho abandonem os seus projectos, não só pelo valor que têm de pagar, como por todas as outras “pequenas coisas” a que são obrigados. -----

Aludiu, em seguida, a uma outra questão dizendo que a mesma se prende com o parque de estacionamento localizado em frente ao Hospital S. Sebastião. Referiu que o que lá se passa é uma autêntica caça à multa, ressaltando que após passar um minuto do tempo estabelecido no recibo do parquímetro, é passada multa.-----

Nessa medida, solicitou à Câmara que, considerando que o parque interior da unidade hospitalar não consegue fazer face ao necessitado e que é utilizado, em grande parte, por gente do hospital; considerando que a espera média de uma consulta ultrapassa as 2 horas; considerando que o valor máximo que se pode colocar no parquímetro corresponde a 2 horas de estacionamento; e considerando que os valores materiais nunca devem superar os valores humanos, se pronunciasse e que fizesse algo a esse respeito. Apelou, portanto, para que fosse tomada alguma medida por parte da Câmara, quer fosse o aumento do tempo máximo do estacionamento, quer fosse a eliminação desses parquímetros, ou outra qualquer medida, para que quando um doente entrasse no hospital não saísse mais pobre 30 euros.-----

Ainda no âmbito desse assunto, questionou se existe algum tipo de estacionamento livre atribuído no Concelho Santa Maria da Feira e, se sim, qual a forma como o mesmo foi atribuído e quais os critérios para essa atribuição. -----

O membro Telmo Gomes prosseguiu dizendo que alguns Caldenses, bem como habitantes de algumas freguesias vizinhas a Caldas de São Jorge, têm reclamado por serem impedidos de ultrapassar a ponte que liga as duas margens do rio à ilha. -----



Neste sentido, perguntou à Câmara Municipal qual a parcela de terreno que foi concessionado, para exploração, ao proprietário do Ilha Bar, se foi o espaço relativo à edificação do bar, ou se foi toda a área envolvente e toda a ilha. A esse propósito, referiu existir, na lei, uma coisa a que se chama de “passagem de pescadores” e que, sendo o rio em causa um rio onde é permitido pescar e onde, para tal, é preciso pagar, não poderem essas pessoas usufruir daquele espaço a que têm direito é muito mau. Disse que, por isso, gostava de saber exactamente qual o espaço que foi concessionado ao proprietário.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por agradecer os postais de Boas Festas que recebeu da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal e, depois, deu nota do seu protesto pela falta de condições que considera ter para trabalhar, na Assembleia Municipal.-----

Seguidamente, referiu que da leitura de uma acta onde se falava sobre o tarifário da água e saneamento, apercebeu-se que o Sr. Presidente da Câmara fez a defesa ilegítima da cobrança de taxas pela apreciação de projectos e infra-estruturas dos prédios. -----

A esse propósito, disse que o Sr. Presidente da Câmara não tem obrigação de saber, mas que as pessoas que lhe dão assessoria o deveriam ter lembrado que saiu legislação a esse respeito, o Decreto-Lei n.º 26/2010 e que este, no seu artigo 13.º, n.º 8, diz que a consulta, certificação, aprovação ou parecer, por entidade interna ou externa aos municípios, dos projectos das especialidades e outros estudos referidos não têm lugar quando o respectivo projecto seja acompanhado por termo de responsabilidade subscrito por técnico autor de projecto legalmente habilitado que ateste o cumprimento das normas legais.-----

Acrescentou que, posteriormente, saiu a Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro, que veio dizer que essa prerrogativa não se aplica às especialidades de electricidade e de gás, salientando que essas, efectivamente, têm de ser certificadas por empresas externas e têm de ser reguladas por legislação especial.-----

Deixou à Mesa da Assembleia esse documento solicitando que a mesma o fizesse chegar ao Sr. Presidente da Câmara, ressaltando que só por ignorância é que se pode afirmar que a Indaqua Feira pode cobrar taxas pela licença dos projectos. -----

Seguidamente, passou a aludir a uma outra questão, relacionada com a Portaria n.º 1181/2010, dizendo que essa veio estabelecer orientações para o reordenamento da rede escolar no



sentido de a adaptar ao objectivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos, adequar a dimensão e as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar, e promover a racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projecto educativo que vai desde o Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclos e Secundárias. Referiu que, perante tal cenário, aproximam-se tomadas de grandes decisões no Município de Santa Maria da Feira. -----

Frisou que o Município de Santa Maria da Feira é muito incharacterístico relativamente ao que se passa ao nível do País, sublinhando que tem oito agrupamentos que não têm ensino secundário, dizendo tratar-se de uma relação muito desproporcional, aludindo ao concelho vizinho de São João da Madeira como exemplo de uma posição inversa. Disse haver um silêncio muito grande por parte dos responsáveis, quer da respectiva Delegação Regional quer da Câmara Municipal, através do seu pelouro da Educação e que, portanto, considera urgente que se faça uma avaliação.-----

Nesse âmbito, disse existirem agrupamentos que têm cerca de 1600 a 1700 alunos e que é urgente fazer sentir se os agrupamentos, por si só, terão a capacidade necessária ou se devem constituir-se como um agrupamento completo, com ensino secundário, ou se haverá a necessidade de reunir agrupamentos. -----

Frisou haver situações que têm de ser resolvidas, mencionando o caso do colégio de Santa Maria de Lamas, bem como escolas que se encontram na periferia do concelho em que os seus alunos estão mais próximos de uma escola secundária que se encontra no concelho vizinho, salientando que isso acontece em Arrifana e em Milheirós de Poiares. Considerou serem problemas que tardam em ser debatidos e apreciados, ressaltando que não gostaria de ser confrontado com factos consumados, considerando que existem entidades que deveriam ser ouvidas.-----

Ainda em matéria de Educação, questionou qual a posição da Câmara relativamente à transferência de atribuições e competências para os municípios. -----

Aludindo a outra questão, a construção da A32, recordou que numa sessão anterior da Assembleia Municipal alertou para os perigos que podiam ocorrer devido às deficientes formas como a obra está a ser levada a cabo. Lembrou que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros, presente nessa sessão, também manifestou essas preocupações mas que, apesar disso, ninguém fez absolutamente nada. Salientou que, em consequência disso, e



tendo-se verificado um ligeiro aumento da pluviosidade, ocorreram inundações que causaram a contaminação de poços de abastecimento de água, bem como levaram a que populações tivessem ficado ao abandono. -----

Frisou que uma equipa da Câmara está ao corrente do problema porque esteve presente numa reunião em que isso foi falado, mas que a água foi desviada para a estrada levando a que já tivessem ocorrido dois acidentes. Referiu responsabilizar o empreiteiro e a Câmara por esses acidentes, a Câmara por não fiscalizar e o empreiteiro por negligência, realçando que o empreiteiro não pode ser incompetente, arrogante e passar por cima de tudo e todos e não haver nenhuma intervenção da Câmara. -----

Disse ser a segunda vez que fala do assunto e que espera não ter de o voltar a fazer. -----
Concluiu a sua intervenção solicitando à Mesa da Assembleia, que promovesse um minuto de silêncio em memória do Sr. Elísio Mota, funcionário da Câmara, ressaltando que o falecimento do mesmo marcou, a todos, profundamente. -----

O Sr. *Presidente da Assembleia em exercício* referiu, em nome da Mesa, que a mesma aceitava a solicitação feita pelo membro António Cardoso, promovendo, de imediato, um minuto de silêncio em memória do Sr. Elísio Mota. -----

Cumprido o minuto de silêncio pela Assembleia, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício prosseguiu com a sessão, passando a palavra à deputada municipal Carla Pinto. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pinto* (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Considerando que: -----

- 1 – Santa Maria da Feira é um dos concelhos mais afectados pelo desemprego;-----
- 2 – Santa Maria da Feira é servida pelo Centro de Emprego de S. João da Madeira e que mais de metade dos inscritos pertencem ao nosso concelho; -----
- 3 – Vem sendo anunciada a abertura de um balcão/Delegação do Centro de Emprego e que tarda em concretizar-se; -----

Recomendamos que esta Câmara envide todos os esforços no sentido de trazer este serviço para o nosso concelho, antes que outro concelho se antecipe. Este seria, aliás, o primeiro passo para conseguirmos a criação de um Centro de Emprego em Santa Maria da Feira, visto



sermos o concelho com maior número de inscritos.” -----

Interveio o membro **Victor Neves** (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Senhor Presidente da Câmara, -----

Confesso que fiquei bastante apreensivo ao ler na imprensa local e mais recentemente ao tomar conhecimento real após leitura/consulta aos documentos que me foram entregues para esta assembleia, face à situação que vive o Zoo de Lourosa. -----

É óbvio que como ser pensante e racional que sou, a mim me preocupa no que concerne à gestão do que quer que seja e por maioria de razão quando se trata de algo que diz respeito ao erário público, ouvir falar de que aqui ou além, esta ou aquela infra-estrutura, dá prejuízos!----

Concretamente no que diz respeito ao Zoo de Lourosa, senhor Presidente, será que a Câmara já indagou ao pormenor todas as causas que estão na origem dos ditos prejuízos que são atribuídos ao Zoo? -----

A razão de ser desta minha observação, prende-se tão-só que a meu ver a Câmara não terá providenciado, acautelado como devia, todas as situações de forma a rentabilizar o mais e o melhor possível aquela infra-estrutura. -----

Desde logo, os acessos não são os justificáveis e os mais adequados. A meu ver, é de todo imperioso um parque de estacionamento. -----

Há todo um aspecto promocional a desenvolver nas mais variadas áreas. Desde parcerias protocolos com as escolas e demais entidades e porque não no aspecto da restauração providenciar nesse sentido!-----

Já agora senhor Presidente, há aqui um aspecto que queria referir. Não consigo compreender que um Presidente de Junta no caso concreto de Lourosa ou outra freguesia com características idênticas, não tenha assento na administração da Feira Viva. Caso não fosse mais, como observador e com direito consultivo!-----

Sinceramente estava convicto que tal acontecia. -----

Não quero querer que esteja na mente da Câmara o encerramento do Zoo!” -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) para colocar algumas questões à Câmara. -----

Começou por, em relação à sinalética do Concelho, dizer que, há cerca de dez anos, tivera em



mãos projectos completos de sinalética de ruas para uma série de freguesias e que gostava de saber se esses projectos estão na gaveta, se a Câmara desistiu deles. Focou que só o estudo feito deve ter sido extremamente caro e que deveria servir, pelo menos, para orientar a colocação de novos sinais.-----

Questionou, também, qual o ponto de situação do processo do bar do largo do Arraial, em Paços de Brandão.-----

Chamou a atenção para uma série de situações de lixeiras públicas, em Caldas de S. Jorge, dizendo que a Câmara devia intervir. Explicitou haver uma no loteamento da SITISA, a cerca de cem metros do centro da freguesia; uma outra nos terrenos da Pines, junto às Termas e que são um terreno camarário; e ainda a do Casal Doído, dizendo, relativamente a esta última, que há mais de três anos que se arrasta a situação daquela lixeira.-----

Aludiu, em seguida, à queda de um muro que aconteceu perto do largo onde se realiza a feira, em Arrifana. Focou que o autarca do CDS-PP, em Arrifana, já tinha chamado a atenção para a situação, referindo ter havido um levantamento feito pelos Bombeiros e pela Junta de Freguesia das situações de risco, que aquela foi considerada uma situação de risco e que, apesar de tudo isso, o muro caiu, sem qualquer protecção.-----

Salientou que, para que se realizasse a feira, no Sábado, a Junta de Freguesia removeu as protecções que a Protecção Civil havia colocado, encostou o lixo e as próprias barreiras ao muro e, na terça-feira seguinte, segundo disse julgar, a parte restante do muro que estava em risco caiu, felizmente sem causar danos humanos. Questionou se houve autorização para que o Presidente da Junta tivesse retirado a vedação.-----

Prosseguiu dizendo que situação similar aconteceu com uma parede na freguesia de Argoncilhe, mas que essa já causou danos a uma pessoa que passava de carro e que ficou parcialmente soterrada, salientando que essa pessoa terá, para além dos danos materiais, apanhado um grande susto.-----

Disse que aquela rua tem as protecções da Protecção Civil, que está inclusivamente cortada, questionando se a Câmara já tomou alguma iniciativa no sentido de resolver o problema, e se está em vista algum levantamento em termos de casas devolutas e outras situações, frisando que as duas circunstâncias referidas trazem preocupação.-----

Questionou qual a posição da Câmara em relação ao centro de saúde do Vale/Louredo, dizendo que aquele tem um único médico quando devia ter dois, que essa situação se tem



arrastado, e que até já se começa a dizer que o mesmo vai encerrar.-----

Referiu considerar que a Câmara se devia empenhar na manutenção desse centro de saúde porque serve duas freguesias e tem a cargo cerca de 4000 utentes, salientando que seria benéfico para essas freguesias porque a única alternativa seria em Lobão, bastante mais distante.-----

Falou, em seguida, da situação dos semáforos existentes no chamado “cruzamento da Feirense”, bem como os existentes em Sanfins. Salientou que funcionam de forma intermitente a maior parte do ano, questionando de quem é a responsabilidade pelo funcionamento dos mesmos. -----

O membro Rui Tavares prosseguiu aludindo à questão da taxa da publicidade, sublinhando ter havido, de facto, aumentos muito grandes em relação a essa taxa a cobrar aos estabelecimentos privados comerciais, e que muitos comerciantes se queixaram quanto a isso. Salientou que essa situação tem levado a que muitos comerciantes retirem a sua publicidade, considerando não ser benéfico um ataque tão feroz ao comércio tradicional, dizendo que o mesmo já está, por si só, debilitado e que, por essa razão, devia merecer uma atenção diferente da Câmara Municipal. -----

Concluiu a sua intervenção recordando que, numa sessão anterior da Assembleia, solicitou informações sobre a circular de Aldriz, questionando se houve algum desenvolvimento, quanto a esse processo.-----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU), que começou por dizer que queria dar duas notas em relação a intervenções que antecederam, e que a primeira tinha a ver com a questão dos parquímetros na imediação do Hospital. Referiu que o PS votou, na Câmara, a favor o regulamento e a favor as taxas dos parquímetros, questionando o porquê de os vereadores socialistas, no executivo da Câmara, não terem proposto alterações a esse regulamento. -----

Sobre a questão do Centro de Emprego sugeriu ao Partido Socialista que, caso realmente estivesse preocupado com a situação, fizesse uma pergunta ao Governo questionando porque razão não ia abrir o Centro de Emprego em Santa Maria da Feira ou porque ainda não havia data para essa abertura. Frisou que a abertura do Centro de Emprego é da responsabilidade governamental, que as declarações foram proferidas pelo Sr. Secretário de Estado, Valter



Lemos, e que o Partido Socialista poderia ter aproveitado a presença do mesmo em Santa Maria da Feira para lhe questionar relativamente a essa matéria.-----

Frisou que existe todo o interesse em que o Centro de Emprego venha para o Concelho, mas que não será o Sr. Presidente da Câmara que o vai trazer para Santa Maria da Feira, realçando, uma vez mais, que o responsável esteve em Santa Maria da Feira e que esteve, certamente, acompanhado por muitos dos eleitos locais do Partido Socialista. -----

Em seguida, passou a ler documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Tendo em conta a incomensurável ordem de trabalhos a que hoje nos votam, a CDU, hoje, questiona apenas o Executivo sobre algo que já vem questionando há meses, oralmente e por escrito, sempre sem sucesso. -----

Nos últimos anos, a agenda cultural de Santa Maria da Feira viu esvaziar-se a rubrica da programação de sala, minguando, ano após ano, o número de iniciativas de divulgação cultural de índole musical, cénica ou performativa de palco, e tendo a dinâmica de projecção cinematográfica que se satisfazer com as instalações do auditório da Biblioteca Municipal. Os públicos destes sectores viram-se, assim, forçados a fazer uma migração dos hábitos culturais para os concelhos vizinhos e próximos (São João da Madeira, Estarreja, Gaia, Porto). Não cuidou esta Câmara de construir uma política sólida e coerente de dinamização cultural qualificada, e, hoje, vê-se forçada a agendar eventos mediáticos e de qualidade questionável para justificar as (poucas) salas de espectáculos do Concelho.-----

Planos de requalificação do Cine-Teatro António Lamoso apresentados anteriormente a esta Câmara foram preteridos, em nome de interesses desconhecidos. Uma vez mais, as opções deste Executivo privilegiam a rasura do património edificado existente, em favor de um mediatismo mais ou menos balofo, sem qualquer garantia de um suporte de públicos capaz de justificar um investimento de raiz. Uma vez mais, é ver esta Câmara PSD colocar o carro à frente dos bois, numa ansiedade desmedida de mostrar obra feita, mesmo que isso implique fazer tábua-rasa das estruturas que vêm conferindo alguma consistência à programação para a cultura em Santa Maria da Feira. Como Nero, esta Câmara prefere fazer arder as casas habitadas para construir palácios de ouro onde não se sabe quem morará. Uma vez mais, cauciona-se o futuro para engrossar o inefável currículo do PSD na Feira. Ainda mal.-----

O Cine-Teatro António Lamoso é um ex-líbris desta cidade. Uma imagem de marca. Onde os primeiros 173 minutos foram dedicados a um musical de Julie Andrews, “A estrela”. Onde



provavelmente muitos dos que estamos aqui vimos o nosso primeiro filme. Onde nasceu o cineclubes. Onde as escolas fizeram e fazem as suas festas proporcionando momentos únicos de criação cultural a crianças e jovens. Onde vimos o Rock VFR, o Festival para Gente Sentada, a companhia Persona crescer, os Clã a musicarem ao vivo, num momento inédito, o clássico Nosferatu de Werner Herzog, bandas locais como os Dr1ve, os John Doe (depois Easy Special), os Feed, os Lloyd, crescerem artisticamente, onde presenciámos estreias de filmes como a Central do Brasil, entre tantos outros exemplos. Agora, um legado deixado por alguém que votou o espaço e a sua memória vem abaixo, contra opiniões de muitos feirenses que nem estão a ser ouvidos. Um espaço que a Câmara sempre se escusou a reabilitar. ----- Assim, concretamente, são estas as questões que se pretendem ver, sem margem para dúvidas, esclarecidas:-----

- 1 – Existe ou não um projecto para o CCTAR? Qual o montante que a Câmara pagou por esse projecto?-----
 - 2 – Quanto pagou ou vai pagar a Câmara pelos terrenos para a construção do CCTAR? Actualmente são propriedade de quem? Confirma o Executivo que os ante possuidores dos terrenos das pedreiras os adquiriram em moeda actual por um milhão de euros e dois imóveis, sendo que o custo da actual transacção se diz ser de 330 mil euros?-----
 - 3 – Quais as valências do CCTAR? Teatro? Cinema? Outras? -----
 - 4 – Qual o montante que irá custar à Câmara a construção deste empreendimento?-----
 - 5 – Vão ou não as companhias e associações feirenses usufruir do CCTAR como espaço seu para ensaios, actuações e residência? Em que moldes? -----
 - 6 – Fala-se já da contratação de um director. Confirma o executivo essa contratação? Quem será e qual o salário mensal? -----
 - 7 – Qual a verba que foi gasta para o mesmo objectivo no Matadouro municipal e qual o seu destino?-----
 - 8 – Qual a mais-valia de um centro comercial no centro histórico da Feira? Não irá afectar, ainda mais, o comércio local? Estudou a Câmara outras localizações quer para o espaço comercial, quer para o CCTAR?-----
 - 9 – Foi avaliado o impacto da construção do CCTAR/Centro comercial numa zona já com um fluxo de tráfego considerável devido aos vários acessos à zona hospitalar, escolas, farmácia, unidades de saúde familiar, Cooperativa Agrícola, acesso à auto-estrada e a S. João da
-



Madeira?-----

10 – Sabemos que a candidatura a fundos europeus foi aprovada. Qual o montante financiado pela UE e qual o montante total do projecto?-----

11 – Quais os custos de toda a candidatura anterior que foi rejeitada pela CCDRN?-----

12 – O que vai acontecer às escolas primárias e aos seus alunos?-----

E que desta vez, não fiquemos sem resposta.”-----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) para colocar algumas questões à Câmara, lendo, para o efeito, documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“1. Sr. Presidente, quem aconselhou a Câmara Municipal a comprar os terrenos em S. João de Ver onde se projecta construir o centro escolar? -----

2. Por que razão não se coloca uma passadeira junto à Escola Básica do 1.º Ciclo Barroca em Fiães? -----

3. Sabe o Sr. Presidente se a Junta de Freguesia de S. Paio de Oleiros foi ou ainda é o fornecedor de energia eléctrica do bar do parque N.ª S.ª da Saúde?-----

3.1. Se foi ou ainda é, qual o valor da factura de electricidade já paga com dinheiros públicos?-----

4. A Câmara assumiu a responsabilidade de gerir e fiscalizar as obras de remodelação da EB 2,3 de Paços de Brandão. Toda a gente sabe que a remodelação está muito atrasada.-----

O Bloco de Esquerda denunciou recentemente que as infiltrações são recorrentes no pavilhão Gimnodesportivo; as canalizações dos balneários têm um nível de corrosão elevado; as salas modelares, colocadas tardiamente, e à semelhança das instaladas em Sanguedo também “metem” água; as salas alugadas ao ISPAB também têm salas com infiltrações de água.-----

4.1. Quanto paga a Câmara Municipal ao ISPAB pela utilização do espaço usado pelos alunos da EB2,3 de Paços de Brandão? -----

4.2. O Sr. Presidente sabe qual é o motivo do atraso das obras? Qual ao valor estimado da derrapagem orçamental que este atraso vai provocar?-----

5. Sr. Presidente, já sabe qual será a localização da Unidade de Saúde Familiar que irá servir as freguesias de Mosteirô, Fornos e Escapães?-----

6. Sabe o Sr. Presidente se na rua do Padre Lobo em Mosteirô vai passar a ser permitido construir edifícios para habitação e superfícies comerciais?-----

7. Onde os feirenses recentemente têm efectuado a ligação dos seus esgotos à rede de



saneamento já disponível, as estradas têm ficado num estado ainda pior do que estavam. No nosso concelho esta é uma situação que se repete sempre que um operador, neste caso a Indáqua, rasga uma estrada. Que medidas tem o Sr. Presidente tomado para isto não continuar a acontecer? -----

8. Sr. Presidente, tem conhecimento se algum trabalhador desta Câmara lhe viu ser recusado o pagamento de despesas da ADSE devido a mais um diferendo entre o Ministério da Educação e as câmaras municipais? É lamentável que seja mais uma vez o trabalhador o prejudicado!” --
Feita a leitura do documento, o membro Nuno Serrano disse que tinha mais duas questões a colocar, e que a primeira tinha a ver com os semáforos no cruzamento da Rua de Meladas com a estrada que liga o Picoto à EN109. Disse tratar-se de um cruzamento com grande tráfego, que o sinal já se encontra intermitente há cerca de um mês, questionando se existe alguma razão em especial para que isso aconteça. -----

Passando à segunda questão, referiu que o Sr. Presidente da Câmara tem responsabilidades directas ao nível da Acção Social, questionando se o mesmo tinha conhecimento de algum comportamento menos correcto da comunidade cigana da Baralha, em Sanguedo. -----
Disse tratar-se de uma comunidade que está onde está por direito próprio porque comprou aquele terreno, que é uma comunidade exemplar que nunca teve problemas com ninguém, concluindo dizendo que, se calhar, não era conhecido por todos o racismo que o membro António Cardoso tem perante a comunidade cigana. -----

Interveio o membro *José Leão* (PSD), começando por dizer que a primeira coisa para a qual queria chamar a atenção era para o facto de ter sido ultrapassado, em cerca de 35 minutos, a hora combinada de duração do Período de Antes da Ordem do Dia, e que ainda faltava o Sr. Presidente da Câmara responder às perguntas colocadas, ressaltando que, só para dar resposta às questões levantadas pelo Bloco de Esquerda, seriam necessárias 4 horas. -----

Disse lamentar que se desvalorize o essencial da presente sessão, no caso, a discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Municipal para 2011, e que se esteja a discutir e a colocar questões sobre semáforos, passadeiras, canalizações, entre outras coisas. ---
Lamentou que assim fosse mas que tinha que respeitar, ressaltando, contudo, que em primeiro lugar devia ter sido respeitado o acordado, no sentido de limitar a uma hora de duração o Período de Antes da Ordem do Dia, que teria que ser utilizado parcialmente pelos membros



da Assembleia, dando tempo à Câmara para poder dar os devidos esclarecimentos. -----

Usou da palavra o membro *Domingues Pereira* (PSD), dizendo que a sua intervenção se prendia com o Zoo de Lourosa. Referiu que a Câmara adquiriu o Zoo em 2000, para fazer face às necessidades das normas comunitárias e para licenciar o equipamento, uma vez que o proprietário de então não tinha possibilidades de o fazer e de manter o equipamento aberto ao público, face a essas normas comunitárias. -----

Fez sobressair que a Câmara, nessa altura, entendeu importante que o equipamento se mantivesse em funcionamento e adquiriu-o, só conseguindo, contudo, obter o licenciamento do equipamento em 2005, quer a licença quer o alvará da detenção das aves, quer ser membro, de pleno direito, da Associação Zoológica Europeia. Referiu que a essa fase de implantação legal seguiu-se o projecto de acreditação e reconhecimento da comunidade científica internacional. -----

Enfatizou que, hoje, o Zoo consegue preservar e criar aves em cativeiro de espécies em vias de extinção, como foi exemplo o Calau de Casco Cinzento, muito noticiado na comunicação social. -----

Realçou a valorização que o equipamento traz ao Concelho, dizendo tratar-se do único do género no País, e que é notado, reconhecido e acreditado na Europa e pela comunidade internacional. -----

Prosseguiu dizendo que a crise económica torna difícil a gestão do Zoo, que é óbvio que esse equipamento não é lucrativo mas que desempenha o fim para o qual foi adquirido, e que é um orgulho para o Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que, passada a fase da turbulência, existem condições para caminhar no sentido de diminuir a despesa e aumentar a receita, através do desenvolvimento de processos e pela notoriedade que vai tendo, salientando que isso consegue-se com o aumento de afluência do público e com os protocolos a celebrar com as diversas instituições. -----

Disse que lhe apraz registar que a Junta de Freguesia de Lourosa, num esforço conjunto com a Câmara, tenha em marcha iniciativas para desenvolver e implementar esse projecto, no sentido do aumento das receitas na publicidade e no apadrinhamento de aves, bem como a criação de uma associação designada por “A Liga dos Amigos do Zoo”. -----

Realçou o esforço notório de manter o Zoo aberto, fazendo sobressair que, apesar da



importância e notoriedade desse equipamento, a Câmara, consciente das dificuldades económicas, racionalizou meios e atentou na gestão dos recursos e na gestão dos dinheiros públicos. -----

Concluiu sublinhando haver uma contenção na despesa e um esforço conjunto na perspectiva de potenciar as receitas, de modo a manter o Parque Ornitológico de Lourosa em funcionamento e aberto ao público. -----

Em seguida, usou da palavra o *Sr. Presidente Câmara*, que iniciou por, face às muitas questões colocadas à Câmara, deixar à consideração da Assembleia Municipal e, concretamente, aos membros que colocaram as questões, o compromisso da Câmara de, depois da feitura da acta da presente sessão ou, em alternativa, perante o envio à Câmara por parte dos Srs. deputados municipais, por escrito, das questões que levantaram na presente sessão, responder, também por escrito, às mesmas. -----

Lembrou que a Assembleia Municipal é o órgão autárquico mais importante do município, que tem a função de definir estratégias de desenvolvimento do Município, e que era frustrante estar uma ou duas horas ouvir questionar de quem é a responsabilidade dos semáforos da Feirense, se a tal passadeira está ou não pintada, ou se se vai construir na Rua do Padre Lobo, quando ninguém imagina, sequer, onde é a Rua do Padre Lobo. -----

Salientou que a sua intenção, com tais palavras, não era a de se intrometer no funcionamento da Assembleia porque esse não é o seu papel, mas que estava preocupado por haver assuntos importantíssimos para o desenvolvimento do concelho que estão na Ordem do Dia e que, pelo desenrolar da mesma, não sabia se os mesmos ficariam votados na presente reunião. Apelou, por isso, à Assembleia, para que fizesse um esforço no sentido de que a Ordem do Dia fosse levada até ao fim. -----

Feito esse aparte, disse que queria tecer alguns comentários relativamente a três assuntos que foram questionados. -----

Começando pelo Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua (CCTAR), referiu que não iria dar resposta às muitas questões que foram colocadas porque isso demoraria imenso tempo, mas que dava nota, desde já, de que será realizado uma apresentação pública desse projecto, com discussão das implicações do projecto e com o programa do mesmo, e que isso será concretizado muito brevemente, possivelmente em Janeiro ou Fevereiro próximo. Frisou



que, nessa apresentação, serão dadas as devidas respostas, apelando aos membros da Assembleia para que estejam presentes na mesma. -----

Em relação à criação de um Centro de Emprego em Santa Maria da Feira, sublinhou tratar-se de um assunto que está na ordem do dia na Câmara. Informou que, semanalmente, a Câmara tem tido contactos com os responsáveis por esse processo, quer com os responsáveis do Centro de Emprego quer com o Sr. Secretário de Estado. Informou que o Sr. Secretário de Estado, numa visita que efectuou há dias, em que esteve no Europarque, tornou, numa conversa que teve o Sr. vereador Celestino Portela, a prometer essa concretização. Fez sobressair que a Câmara, nesse processo, não pode fazer muito mais e que espera que a promessa brevemente se torne realidade. -----

Quanto ao Parque Ornitológico de Lourosa, disse que a Câmara transferiu, durante o ano de 2010, 365 mil euros para funcionamento do Zoo, sublinhando que, para 2011, há uma redução de 65 mil, já com a garantia de que, em 2012, terá de ser feita nova redução, pelo menos de igual valor. Ressaltou que, mesmo assim, a Câmara prevê 300 mil euros para o funcionamento do Zoo, no ano de 2011. -----

Salientou que, como dizem alguns dos Srs. Presidentes de Junta, nomeadamente o Sr. Presidente da Junta de Lourosa, o Zoo é muito importante, mas que pensar que a Câmara transfere menos de 150 mil euros para uma das maiores freguesias do Concelho, como é Lourosa, e transfere 300 mil euros para o Zoo, faz com que, naturalmente, seja necessário dar uma volta a essa situação. -----

Salientou que a Câmara não vai dizer que vai fechar, mas que tomou medidas para reduzir, e reduzir bastante, que no próximo ano terá de ser feita outra redução, pelo menos, do mesmo valor, sublinhando que tem que haver um esforço de muita gente. -----

Referiu que o problema não passa por questões de administração, frisando não haver nenhum equipamento do género no país que dê lucro, que tenha sustentabilidade. Disse que traduz um esforço muito menor a Câmara de Lisboa transferir um milhão de euros para o Jardim Zoológico de Lisboa do que a Câmara de Santa Maria da Feira colocar 300 mil no Zoo de Lourosa, ressaltando ser necessário ter consciência dessa realidade. -----

Concluiu dizendo aos Srs. deputados municipais que, em relação a todas as outras questões, a Câmara se compromete a, no prazo de 8 a 15 dias, dar resposta às questões que os Srs. deputados façam chegar, por escrito, à Câmara. -----



Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer julgar que as questões que colocou à Câmara seriam de rápida resposta, nomeadamente as questões dos agrupamentos, das inundações da A32 na freguesia de Pigeiros, e a dos custos para apreciação de projectos, mas que compreendia o estado das coisas, pelo que ficaria a aguardar pelos esclarecimentos. -- Prosseguiu dizendo que, contudo, não podia aceitar que lhe chamassem de racista, que considera esse termo insultuoso, pelo que pedia ao membro Nuno Serrano que se retratasse por lhe ter chamado isso.-----

Referiu aceitar que lhe chamem de incompetente, de ignorante, mas não de racista, salientando ter consciência da formação que tem, que não lhe permite ser racista. -----

Salientou, contudo, que não defende a atribuição de privilégios a determinadas sociedades em detrimento de outras, dizendo que isso é que é racismo, sublinhando não defender as desigualdades. -----

Fez sobressair que convive, diariamente, com a comunidade cigana, que é director de um Agrupamento de Escolas que tem duas turmas de alfabetização em Sanguedo, com alunos das Baralhas, e que tem crianças na sua escola daquela comunidade pelo que sabia o que se passava.-----

Ressaltou que a comunidade cigana tem uma cultura muito diferente da portuguesa, com outros costumes, e que a tradição da sociedade portuguesa deve ser respeitada. -----

Concluiu pedindo ao membro Nuno Serrano que se retratasse e retirasse a palavra racista, porque não gostava nada desse termo. -----

Usou da palavra o membro *Nuno Serrano* (BE), que começou por dizer que faria chegar à Câmara, por escrito, as questões que colocou, para que fossem dadas as devidas respostas.-----

Referiu que também registava que alguns membros da Assembleia, fazendo-se valer da sua maioria, gostavam que a democracia nesta Assembleia tivesse sido suspensa, tal como já foi sugerido ao País, realçando que neste caso a suspensão seria pelo Período de Antes da Ordem do Dia, quando noutras alturas se pretendeu que fosse por seis meses. -----

Relativamente às palavras que proferiu em relação ao membro António Cardoso, salientou que o que disse foi com convicção, porque é aquilo que considera, entendendo que o devia dizer de forma clara. -----

Destacou que o que o membro António Cardoso defendeu na última intervenção, da



dominação dos mais fortes sobre os mais fracos, da maioria pela minoria, é ser racista. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia, passando a introduzir o Período da Ordem do Dia. -----

Entretanto, no decorrer do Período de Antes da Ordem do Dia, entraram os membros Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa, Mário Jorge de Castro Reis – Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, Fernando Luís Milheiro de Pinho Leão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, e António Sérgio Gonçalves Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. -----

Reentrou o membro Ângelo Castro. Saiu o membro Feliciano Pereira – Presidente da Junta de Freguesia de Pigeiros.-----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”-----

1 – Actas: -----

Acta N.º 7 – Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2010-----

Acta N.º 8 – Sessão Ordinária de 24 de Setembro de 2010;-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a apreciação dos senhores membros as actas supra-identificadas, que lhes foram previamente enviadas.-----

Uma vez que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das mesmas, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício submeteu-as, separadamente, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções, aprovar a Acta n.º 7 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2010. -----

Em seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 55 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, aprovar a Acta n.º 8 – referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 24 de Setembro de 2010. -----

2 – Informação sobre a Actividade e Situação Financeira do Município-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em referência, constante



do V Relatório de 2010, informação escrita dada pelo Sr. Presidente da Câmara onde se sintetiza a actividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 23 de Dezembro de 2010, documento atempadamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre esta matéria não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto. -----

3 – Alterações ao Regimento da Assembleia Municipal -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* deu nota que deram entrada na Mesa quatro propostas de alterações ao Regimento, que foram atempadamente distribuídas, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal. Informou que uma é apresentada pela própria Mesa da Assembleia, em execução do consenso obtido em reuniões da Comissão Permanente realizadas em 15 de Setembro e 05 de Novembro últimos; uma outra que é apresentada, conjuntamente, pelos grupos municipais do PSD, PS e CDS-PP; uma é apresentada pela CDU, e uma outra apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

Referiu que cada uma das propostas seriam lidas, discutidas e submetidas a votação separadamente, e que começaria por submeter a discussão a proposta de alterações ao Regimento apresentada pela Mesa da Assembleia, cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Apresentada pela Mesa da Assembleia, em execução do consenso obtido em reuniões da Comissão Permanente, de 15.IX e 5.XI.2010-----

Artigo 14º -----

1. Os membros da assembleia municipal são convocados para as sessões ordinárias por edital, por carta com aviso de recepção e por correio electrónico, ou através de protocolo, os quais lhes devem ser dirigidos com a antecedência mínima de dez dias. (Alteração destacada). -----

Artigo 17º -----

2. As recomendações, propostas, pareceres e moções referidas na alínea d) do número anterior deverão ser entregues nos Serviços de Apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal até



às 12 horas do dia da reunião, os quais os comunicarão, por via electrónica, a todos os grupos municipais. (Novo).-----

3. (Anterior nº 2). -----

4. (Anterior nº 3). -----

Artigo 19º -----

3. O período de intervenção aberto ao público referido no nº 1 deste artigo, terá lugar no final de cada sessão e será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder *cinco* minutos por cidadão. (Alteração destacada).-----

4. Terminado o período de intervenção, a Mesa ou Câmara Municipal prestarão os esclarecimentos necessários. Na eventualidade de a Mesa *ou a Câmara* não se encontrem habilitadas a prestar os esclarecimentos, obrigam-se a prestar informação à Assembleia e remeter ofício ao(s) requerente(s) no prazo de 20 dias. (Acrescentado destacado).-----

Artigo 25º -----

2. Durante o período de intervenção aberto ao público, *o cidadão inscrito* pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município. (Alteração destacada e eliminação da parte final).-----

3. A palavra será dada por ordem das inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de *cinco* minutos. (Alteração destacada).-----

Artigo 39º -----

1. De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, ao assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respectivas votações, *com discriminação do sentido do voto de cada grupo ou deputado municipal*, e bem assim, o facto de a acta ter sido lida e aprovada. (Acrescento destacado).-----

Artigo 41º-A (Novo)-----

1. A Assembleia Municipal disporá de uma página Web própria, alocada na página do Município, com a disponibilização de toda a informação relativa à sua actividade e funcionamento, designadamente as convocatórias das reuniões e as deliberações tomadas. ----

2. A informação referida no número anterior incluirá a versão integral das actas de cada sessão da Assembleia, após a respectiva aprovação.-----



Artigo 46º -----
4. A *Comissão Permanente* reunirá a solicitação da mesa ou por iniciativa de um terço dos seus membros e, obrigatoriamente, antes de cada sessão da Assembleia Municipal. (Alterações destacadas).-----

5. Os Serviços de Apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal promoverão igualmente o conveniente apoio logístico ao funcionamento da Comissão Permanente, desde logo providenciando no sentido de ser assegurado um espaço adequado para a realização das respectivas reuniões. (Novo).-----

Artigo 58º -----
4. O apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal inclui a disponibilização a todos os grupos municipais, no local onde se efectuem as reuniões, do material logístico necessário e adequado à sua participação nos trabalhos da Assembleia. (Novo).” -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta proposta, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter a mesma a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 56 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta em referência, de alterações ao Regimento, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a discussão a proposta de alteração ao Artigo 23.º do Regimento, apresentada, conjuntamente, pelos grupos municipais do PSD, PS e CDS-PP, propondo nova redacção para aquele artigo que, seguidamente, se transcreve: -----

“1. No período da «ordem do dia» o tempo global para o debate de cada ponto nela inscrito é estabelecido em reunião da Mesa com a Comissão Permanente e distribuído pelos grupos municipais nos seguintes termos: 60% do tempo é distribuído igualmente por todos os grupos municipais e o tempo restante, de 40%, é distribuído proporcionalmente à representatividade de cada grupo. -----

2. Aos autores do projecto ou proposta é concedido o tempo adicional de três minutos. -----

3. À Câmara Municipal é garantido um tempo de intervenção idêntico ao do grupo municipal



com maior representatividade, mas nunca inferior a cinco minutos. -----

4. É permitido a qualquer grupo municipal ceder a outro grupo o seu tempo de intervenção sobranter. -----

5. Tratando-se de discussão do projecto ou proposta das opções do plano e do orçamento, bem como dos documentos de prestação de contas, será sempre assegurado a cada grupo municipal e à Câmara Municipal o tempo mínimo de quinze minutos para intervenção no debate. -----

6. A Mesa assegurará a observância dos limites de tempo de intervenção resultantes do disposto nos números anteriores, devendo o Presidente, quando se aproxime esse limite, advertir o interventor para resumir as suas considerações.” -----

Interveio a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para, relativamente à proposta em referência, dizer que a CDU votaria contra porque propunha alterar o funcionamento do Período da Ordem do Dia e que a CDU entende que esse não é, de todo, o problema da Assembleia Municipal, referindo que, normalmente, são respeitados os tempos de intervenção previstos para o Período da Ordem do Dia, lembrando que cada ponto já tem os tempos definidos no actual Regimento. -----

Disse ser do entendimento que o proposto no n.º 2, de que aos autores do projecto ou proposta é concedido o tempo adicional de três minutos, não faz qualquer sentido e que até contraria o previsto na lei. Ressaltou que o Período da Ordem do Dia não é o problema e que, no Regimento em vigor, já estão previstos quinze minutos na primeira intervenção aquando da discussão das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, bem como dos documentos de Prestação de Contas, e mais cinco minutos numa segunda intervenção, após a resposta do Executivo. -----

Salientou considerar que, antes, devia ser feito algo em relação à distribuição dos tempos no Período de Antes da Ordem do Dia, frisando que a proposta em causa é uma tentativa de aproximar o Regimento da Assembleia Municipal ao da Assembleia da República e que isso não faz qualquer sentido, ressaltando que uma Assembleia Municipal funciona de modo completamente diferente, tem muito menos eleitos e tem uma espécie de intervenção completamente diferente em relação à Assembleia da República. Referiu que no Regimento da Assembleia da República aparece os autores de projectos e propostas porque é isso que, efectivamente, é discutido na Ordem do Dia daquela Assembleia. -----



Lamentou a postura, no Período de Antes da Ordem do Dia, dos grupos municipais do PS e PSD, mais concretamente o do PS, e também a postura do BE, fazendo sobressair que, muitas vezes, são definidos e acordados aspectos em sede de reunião da Comissão Permanente e que, depois, na sessão, sistematicamente são desrespeitados pelos grupos municipais.-----

Disse que essa postura é inadmissível e que é por essa razão que o Período de Antes da Ordem do Dia, sucessivamente, se prolonga por muito tempo, fazendo com que a sessão se alongue até às duas, três ou quatro da manhã, e que mesmo que se pretenda interromper a sessão para que a mesma continue num outro dia, o grupo municipal do PSD, impondo a sua maioria, impede que isso aconteça.-----

Concluindo, disse considerar que os subscritores da proposta em causa – os grupos municipais do PSD, PS e CDS-PP – falharam o alvo, frisando que o Período da Ordem do Dia funciona bem e que, por isso, não percebe o motivo da proposta, referindo entender que a mesma não vai resolver nada.-----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE), para sublinhar que a forma como a proposta em causa é colocada, bem como o modo como decorreram as reuniões para tratar as alterações ao Regimento, são uma demonstração clara de qual o objectivo, realçando que esse objectivo é evitar a intervenção dos eleitos municipais, com tempo útil, para esclarecer e pedir esclarecimentos.-----

Disse ser essa a intenção da proposta, salientando que não se pode esquecer que a Assembleia Municipal reúne muitas poucas vezes ao ano, que não é uma Assembleia que se reúna diariamente, como acontece com a Assembleia da República. Deu nota que o Bloco de Esquerda iria votar contra a proposta em causa.-----

Submetida a votação a proposta de alteração ao Artigo 23.º do Regimento, apresentada, conjuntamente, pelos grupos municipais do PSD, PS e CDS-PP, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 54 votos a favor, 2 votos contra e 0 abstenções, aprovar a proposta, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito.-----

Saíram os membros José Carlos Silva, Bernardino Ribeiro – Presidente da Junta de



Freguesia de Fiães, Manuel Baptista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião, Jorge Ferreira Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos, e Fernando Leão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira. -----

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia em exercício** submeteu a discussão as propostas de alteração aos Artigos 8.º e 19.º do Regimento, apresentadas pela deputada municipal Lúcia Gomes (eleita pela CDU), cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“Artigo 8.º-----
(Local das sessões)-----

1. As sessões da assembleia municipal têm habitualmente lugar *no auditório da Biblioteca Municipal de Santa Maria da Feira.*-----

2. Por razões relevantes as sessões poderão decorrer noutro local dentro da área do município.

3. *O Município deverá envidar todos os esforços necessários para que, pelo menos uma reunião anual se realize noutro local dentro da área do Município.*-----

4. Anterior n.º3-----

5. Anterior n.º 4.”-----

“Artigo 19.º-----
(Período de intervenção do público)-----

1. (...)-----

2. *Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, a sua inscrição à Mesa da Assembleia, referindo nome, morada e assunto a tratar.*-----

3. O período de intervenção aberto ao público, referido no nº 1 deste artigo, *terá lugar no início de cada sessão* e será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 3 minutos por cidadão.-----

4. (...).”-----

Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU), dizendo que queria dar uma breve explicação das propostas de alteração apresentadas pela CDU.-----

Salientou que uma das alterações propostas é a alteração do local habitual que está previsto no actual Regimento para a realização das sessões, o Salão Nobre da Câmara Municipal, passando a ser o auditório da Biblioteca Municipal, dado o mesmo apresentar muito mais



condições. -----

Referiu que é proposto também que, não sendo obrigatório, o Município tente deslocar a Assembleia Municipal para outros auditórios no Município, deixando de centralizar a Assembleia Municipal na sede do Concelho, fazendo-a circular pelas freguesias, pelos locais que reúnam, de facto, condições. -----

Salientou que, desde sempre, a CDU defendeu que os cidadãos interviessem no início das sessões da Assembleia Municipal, de modo a que não tivessem de permanecer na mesma até às duas, três ou quatro da manhã para fazerem a sua intervenção e, daí, propor uma alteração nesse sentido, bem como uma outra, de eliminar a necessidade de os cidadãos fazerem a sua inscrição antecipadamente, podendo fazê-la directamente à Mesa, na sessão da Assembleia, ressaltando ser assim que funciona, na maioria das Assembleias Municipais, a inscrição dos cidadãos.-----

Concluindo, disse considerar que a aprovação das duas propostas que explicou seria um sinal de grande respeito que a Assembleia demonstrava ter para com a participação do público. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a votação, individualmente, cada um dos números objecto das propostas de alteração aos artigos 8.º e 19.º do Regimento, apresentada pela CDU, tendo-se verificado as seguintes votações: -----

- *Artigo 8.º, n.º 1*: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, estando presentes 51 dos 64 membros que compõem este Órgão, aprovar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 8.º, n.º 3*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 49 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 19.º, n.º 2*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor da proposta, 27 votos contra e 2 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Reentrou o membro Manuel Baptista Cardoso – Presidente da Junta de Freguesia de Gião.---

- *Artigo 19.º, n.º 3*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor da



proposta, 28 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* passou a aludir às propostas de alteração aos Artigos 8.º, 12.º, 15.º, 16.º, 17.º, 19.º e 41.º do Regimento, apresentadas pelo membro Nuno Serrano (BE), que, seguidamente, se transcrevem: -----

“Artigo 8º-----

(Local das sessões)-----

1. As sessões da Assembleia Municipal realizam-se em local dotado de condições mínimas que dê garantias do bom funcionamento dos trabalhos. -----

Artigo 12º -----

(Requisitos das reuniões) -----

1. A assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além de 4 horas desde o seu início. ---

Artigo 15º -----

(Ordem do Dia)-----

1. A ordem do dia de cada reunião é estabelecida pelo presidente, no entanto; -----

a. As Assembleias Municipais para a discussão dos Orçamentos, Planos de Actividade e relatórios de contas, devem ter como ponto único de discussão estes documentos.-----

b. A apreciação dos documentos pelo líder de cada grupo municipal deverá ter a duração de 20 minutos, sem prejuízo da intervenção dos restantes membros da Assembleia Municipal, cuja intervenção se regerá pelo actual regimento.-----

c. Ser possível uma segunda ronda de intervenções após respostas da Câmara Municipal às intervenções dos membros da Assembleia Municipal. O tempo de cada intervenção não deverá exceder 5 minutos. -----

d. Caso seja necessário deliberar sobre alguma matéria cujos prazos legais têm de ser cumpridos, poderá ser incluída a sua discussão nestas Assembleias, mas sem prejuízo de tempo de discussão dos documentos acima referidos.-----

3. A ordem do dia é entregue a todos os membros com a antecedência de, pelo menos, cinco dias úteis sobre a data de início da reunião. -----

Artigo 16º -----



(Período das reuniões)-----

1. Em cada sessão ordinária há um período de “Antes da Ordem do Dia”, um período de “Intervenção do Público” e um período de “Ordem do Dia”. -----
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de “Intervenção do Público” e da “Ordem do Dia”.-----

Artigo 17º -----

(Período de antes da ordem do dia)-----

1. O período de “antes da ordem do dia” será dividido em dois.-----

Primeira parte-----

- a) Discussão e votação de moções, recomendações, propostas e pareceres que sejam apresentadas por qualquer membro da assembleia; -----

Segunda parte-----

- a) À distribuição pela mesa de um resumo do expediente, bem como à prestação de informações, esclarecimentos, anúncios e o mais que o regimento impuser; -----
- b) Ao tratamento pelos membros da assembleia de assuntos relevantes de interesse local; -----
- c) À formulação de votos de congratulação, saudação, protesto ou pesar propostos pela mesa ou por algum membro da assembleia; -----
- d) Interpelações, mediante perguntas orais à câmara municipal, sobre assuntos da sua administração e respectiva resposta. -----

Artigo 19º -----

(Período de intervenção do público) -----

1. O período de “Intervenção do Público” tem a duração máxima de 45 minutos.-----
 2. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, com a antecedência de 2 horas antes do início da Assembleia Municipal, a sua inscrição na Mesa da Assembleia, referindo nome, morada e assunto a tratar. -----
 3. O período de intervenção aberto ao público, referido no nº 1 deste artigo, terá lugar no início de cada sessão e será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 5 minutos por cidadão.-----
 4. Terminado o período de intervenção, a Mesa ou Câmara Municipal prestarão os esclarecimentos necessários. Na eventualidade de a Mesa não se encontrar habilitada a prestar os esclarecimentos, obriga-se a prestar informação à Assembleia e remeter ofício ao(s)
-



requerente(s) no prazo de 5 dias. -----

Artigo 41º -----

(Publicidade das deliberações) -----

3. Publicitar o áudio ou vídeo da Assembleia Municipal e colocar no site da Autarquia.” -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* passou a submeter a votação, individualmente, cada um dos pontos supra-identificados, da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda, dizendo que daria a palavra caso algum dos membros pretendesse intervir relativamente a algum dos pontos em concreto. Verificaram-se as seguintes votações: -----

- *Artigo 8.º, n.º 1*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 50 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 12.º, n.º 1*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da proposta, 29 votos contra e 2 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Em seguida, o membro *Nuno Serrano* (BE) pediu a palavra para intervir a respeito da proposta de alteração ao artigo 15.º – o próximo a ser submetido a votação – o que lhe foi concedido. -----

Referiu que a presente sessão demonstra bem a importância da introdução da redacção proposta para o artigo 15.º, dizendo que a intenção é valorizar a discussão dos documentos – Orçamentos, Planos de Actividade, Relatório e Contas – que têm importância capital nos destinos da vida do Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Salientou que, com o Regimento em vigor, sempre que se chega à altura de se discutir o Orçamento, nada se discute por não haver tempo para discutir um documento tão extenso, daí a proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda. -----

Reentraram os membros José Carlos Silva, Bernardino Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães e Jorge Ferreira Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Mozelos. Saíram os membros Marco Aurélio Jesus e Manuel António Ferreira. -----



Posto isto, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a votação os restantes pontos da proposta apresentada pelo Bloco de Esquerda:-----

- *Artigo 15.º*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 51 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 16.º*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 51 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 17.º*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 1 voto a favor da proposta, 52 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 19.º, n.º 1*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 51 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 19.º, n.º 2*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 51 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Saiu o membro Amaro Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver.-----

- *Artigo 19.º, n.º 3*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor da proposta, 31 votos contra e 1 abstenção, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Artigo 19.º, n.º 4*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 50 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

Reentrou o membro Manuel António Ferreira.-----

- *Artigo 41.º, n.º 3*: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 2 votos a favor da proposta, 51 votos contra e 0 abstenções, rejeitar a proposta de alteração em referência, cujo



teor já se encontra devidamente exarado nesta acta, e que se dá aqui por transcrito. -----

ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* solicitou, a pedido da Câmara, a alteração da Ordem do Dia, passando-se de imediato à apreciação do Ponto n.º 7, por o mesmo condicionar o Ponto n.º 4, o que foi aceite unanimemente pela Assembleia. -----

7 – Reorganização e Reestruturação dos Serviços -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 51 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções, aprovar a Reorganização e Reestruturação dos Serviços do Município – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 17 de Dezembro de 2010. -----

Entraram os membros Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva e, em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, o Vogal daquela Junta – José Manuel Pinho de Oliveira, que entregou à Mesa a respectiva credencial. -----

4 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2011 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou os documentos em epígrafe, cuja



distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel. -----
Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Já no último dia de 2010, centenário da República, 100 anos passados sobre a proclamação do Dia Internacional da Mulher, acabamos um ano com um dos mais negros balanços políticos e sociais do nosso país e do nosso concelho. -----

9194 desempregados registados em Novembro. Elas, mais uma vez e como sempre, são a maioria – 5527 – representando 60,12%. Dos concelhos do Norte com mais de cinco mil desempregados, apenas Gaia (+12,0%), Santa Maria da Feira (+13,6%) e Barcelos (+13,8%) registaram no terceiro trimestre crescimentos do desemprego acima de 10% em termos homólogos. Sempre com tendência para aumentar, enquanto o aparelho produtivo é destruído face à complacência da Câmara Municipal. Todos os anos é mais uma grande unidade fabril que fecha e este ano, foi a vez da Rohde, deixando mais de 800 pessoas no desemprego. Nas nossas escolas são já mais de 60% os alunos a usufruir de apoio social escolar, sendo que, em muitos casos as escolas estão a providenciar refeições para as crianças/alunos levarem ao fim da tarde para casa, pois de outro modo, só no dia seguinte e de novo na escola teriam acesso a alimentação. -----

No grupo Amorim, persiste a vergonhosa discriminação salarial, agora empurrada para uma solução em 2015, grupo que, depois de despedir 195 trabalhadores, não pára de contratar precários, para as mesmas funções, enquanto Américo Amorim é louvado e adorado como mecenas ao mesmo tempo que agrava a exploração brutal dos trabalhadores feirenses, com a conivência da Autoridade para as Condições do Trabalho e o assobiar para o ar do executivo camarário. É igualmente este benemérito que oferece um aumento de 20 cêntimos diários aos



seus trabalhadores, quando só no sector da cortiça no primeiro semestre deste ano arrecadou um lucro superior a 11,5 milhões de euros. -----

O balcão do centro de emprego, há seis meses prometido, continua sem data. E os feirenses sem emprego, agravado pelos PEC 1, 2, 3 e 4 (publicado a 28 de Dezembro), sem subsídio de desemprego e com cortes drásticos nos apoios sociais, nomeadamente no abono de família, rendimento social de inserção e subsídio social de desemprego. A loja do cidadão também é promessa antiga. O antigo tribunal, que continua à espera que os elementos naturais cumpram a sua função deitando-o abaixo.-----

E não deixa de ser curioso que, no Relatório o executivo seja profundamente crítico da postura governamental com os cortes orçamentais. Esquecer-se-ão da famosa fotografia Catroga, enfeitada com laranjas, qual trilogia do Padrinho, qual Don Corleone, em que o PSD viabilizou todos os cortes, os aumentos dos impostos, o ataque ao poder local democrático, assinou por baixo nas transferências de competências para as autarquias sem a transferência de meios, apoiou os cortes sociais, aplaudiu os cortes orçamentais para as freguesias que neste momento não têm orçamento se não para os gastos correntes? Como pode o PSD criticar aquilo que é da sua co-autoria? Depois de ter enganado os portugueses com avanços e recuos, moralismos e moralidades, para acabar por assinar um documento que baixa salários, pensões, torna a vida dos mais pobres mais difícil? Que PSD é este, o que assinou, o que está contra, ou o que diz que não num sítio e sim no outro? -----

A realidade nua e crua de hoje é que o município está endividado até às gerações vindouras e não tem fundos sequer para resolver os mais simples problemas de conta corrente que continua descontrolada. Há um desfasamento entre a realidade, sobretudo financeira, e o discurso eleitoral do PSD de há um ano. Aquela famosa expressão “casa arrumada” não passou de pura promessa eleitoralista. Para a CDU Feira o PSD local tem copiado os piores defeitos do Governo do PS.-----

Na verdade, o panorama dificilmente podia ser pior. Sobretudo porque contrasta, e muito, com as mil promessas da campanha eleitoral. À época não faltavam os slogans, o dinheiro, as primeiras pedras e as palavras incentivadoras ao voto: criação/abertura de novos centros escolares, saneamento básico e ligação à rede de água para todos, defesa do meio ambiente... enfim, a teoria do oásis à escala concelhia. -----

Cedo se percebeu que se estava na “terra dos sonhos”. Por mais entrevistas, declarações de



intenções e justificações do senhor Presidente e Vereadores da maioria PSD, a realidade objectiva actual do Município feirense prova à saciedade que os seus problemas estruturais não só não foram resolvidos nem atenuados neste período, como se agravaram substancialmente. -----

Em termos de planeamento e ordenamento do território, ano após ano, temos um Plano Director Municipal (o novo nunca mais vê a luz do dia) e o cadastro do parque industrial por actualizar. Não existe qualquer incentivo e apoio camarário às autarquias para a limpeza da floresta, num Distrito onde, em 2010, fomos o terceiro concelho com maior área ardida (1137 hectares). O Plano Municipal de Emergência a necessitar de ser actualizado para as necessidades do Concelho está há dez anos sem ser revisto apesar de ser obrigatório por lei. Felizmente, e por insistência e persistência da CDU, temos agora o Conselho Municipal de Segurança em funcionamento pleno, do qual esperamos o valioso contributo que poderá dar ao nosso Concelho. -----

O que se está a passar com os novos centros escolares é o paradigma da total ausência de rigor e planeamento da Câmara PSD. A esmagadora maioria deles está por concretizar, nalguns casos com as obras paradas há meses, sem qualquer garantia nem prazos de conclusão, eternizando os contentores, as poças de água nos recreios, a total falta de condições pedagógicas, a falta de ligação de escolas à rede de saneamento, mais de cinco dezenas de escolas continuam a ser servidas por um aberrante sistema de limpa fossas em pleno século vinte e um, tudo isto infernizando a vida, o trabalho e o estudo de milhares de alunos, professores e auxiliares de educação. Até quando? O próprio parque escolar público continua bastante desequilibrado face às necessidades e ao crescimento demográfico do concelho, em especial no ensino secundário, sem que o poder central e local se entendam de uma vez por todas para aqui construir um novo estabelecimento com esse fim. -----

No que diz respeito ao ambiente, os nossos rios continuam sem qualquer intervenção despoluidora, constituindo-se o Uíma, o Inha, o Riomaior, a Lage e o Caster como sendo verdadeiros pontos negros ambientais. As pedreiras não vêm a sua recuperação avançar, mesmo com a condenação pela Comissão Europeia após queixa apresentada pela CDU. A solução para o tratamento dos resíduos (o tão falado aterro) passa por um processo de total escuridão sendo que nem a deliberação da Assembleia Municipal, também por proposta da CDU, no sentido de ser criada uma comissão de acompanhamento foi cumprida. A total falta



de políticas promotoras de melhor ambiente teve o seu auge num retrocesso civilizacional que foi a diminuição da frequência da recolha do lixo, facto que provocou o aumento de lixeiras a céu aberto nas diversas freguesias, para o qual a Câmara não encontra solução há três anos, mesmo quando os sacos do lixo invadem os passeios. Já agora, para quando uma frota automóvel municipal a “biodiesel” (combustível diesel baseado em óleo vegetal ou gordura animal) já que a câmara está a incentivar e a alargar a recolha dos óleos domésticos usados?--- Em que rubrica ambiental se encontram inscritos no orçamento os quase quinhentos mil euros que custou a construção da “praia fluvial/mini hídrica de Milheirós de Poiares? Que tratamento (se é que vai existir) irão receber as águas pluviais que ali vão chegar vindas do enorme viaduto que lhe está por cima? -----

A tão badalada obra do século no concelho: o saneamento e os 100 milhões prometidos de investimento vão pelo mesmo caminho. Com um atraso de dezenas de anos e fruto da privatização dos serviços que PSD e PS acordaram, sobrecarregam-se agora os munícipes feirenses com novas taxas e encargos que a maioria não consegue suportar, já a braços com uma gravíssima crise social: aumentos anuais de bens essenciais num concelho com uma das águas mais caras do país, taxas de saneamento sem que exista sequer tratamento das águas residuais, perda de financiamento europeu pelos sucessivos desentendimentos do poder. -----

A este propósito, permitam-me que adapte, sem cantar por não ter a melódica voz de Tom Zé, que, no filme “astronauta libertado” exibido nesta Biblioteca aquando do Festival de Cinema Luso-Brasileiro deste ano, que muito saudamos, uma das suas primeiras músicas, dedicadas ao Seu Zé, assim conhecido prefeito da sua cidade natal, aqui adaptada à Feira: “Seu Alfredo, seu Alfredo! Cadê o saneamento, tá aí o novo ano e não vejo seu achamento!”. Já lá vão 25 anos Senhor Presidente!-----

E no meio do fado escrito dos cortes orçamentais, que são da responsabilidade do PS e PSD (relembro que tudo começou com o tango Passos Coelho/Sócrates, continuou com o corridinho Catroga/Teixeira dos Santos sendo que agora segue o país em marcha fúnebre), três pequenas notas.-----

Uma de grande valorização da prioridade dada à Acção Social, na continuidade dos muitos projectos já iniciados que são, sem margem para dúvidas uma mais-valia. Uma outra para a total e absoluta incompreensão na aposta num projecto como o Centro de Artes de Rua. Será altura de investir milhões de euros num projecto destes, quando a prioridade deve ser os



cidadãos? Quando a recuperação do Cine-Teatro António Lamoso seria certamente mais barata? Quando já foram investidos milhares de euros no Matadouro Municipal para nada? ---- Quando temos uma Biblioteca Municipal de excelência, em todos as suas vertentes, cultural, pedagógica, social, que pode funcionar, como a CDU há tanto propõe como pólo de Serralves atraindo mais e mais público. E, permitam-me o à parte ao Sr. Vereador António Bastos, na decorrência da reunião de Câmara: é normal que conheça a newsletter de Almada, é uma autarquia CDU que encara a cultura como serviço público, mas veja bem o seu email porque a agenda, como disse o Sr. Presidente, não só chega ao meu email, como à minha caixa de correio física. E nós, na CDU, normalmente participamos nos eventos que esta Biblioteca disponibiliza, como muitos outros feirenses, e assim esperemos que continue. -----

Sobre os cortes, e a título de exemplo, a Câmara nos diferentes departamentos e divisões, propõe-se gastar: na rubrica Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria 1.909.340 €; na rubrica Publicidade 381.354 €; na rubrica Equipamento de Informática 1.142.030 €; na rubrica Software Informático 1.215.622 €. São indubitavelmente valores de monta para um orçamento global de 120 milhões de euros, para uma câmara que em Janeiro de 2011 apresentará uma dívida acumulada em empréstimos bancários de mais de 45 milhões de euros, pagando de juros pelos mesmos aproximadamente 600.000 €, com uma dívida que, por exemplo, em relação às Juntas tem um atraso de 4 meses, havendo notícias de associações sem fundos há 3 anos. -----

A CDU apresentou, mais uma vez a única força partidária que o fez, 53 medidas para serem contempladas no Orçamento, sem que as mesmas implicassem grande esforço orçamental. O executivo decidiu não adoptar nem uma. -----

À imagem de um dos últimos livros de Gonçalo M. Tavares, “Matteo perdeu o emprego” (título adequado), em que 7 indivíduos abandonam uma ilha de 200 habitantes por entenderem que estes estavam a enlouquecer e só os 7 tinham razão. Desses sete, 4 entenderam abandonar o barco e prosseguir num bote, porque afinal a razão assistia apenas a esses quatro. Que acabaram por se matar sobrevivendo um, o homem da razão. Ao chegar a terra firme, afirmou ser ele o homem da razão. Foi internado num hospício. -----

Evidentemente é um exemplo figurativo do ensaio sobre a cegueira que é este orçamento. ----

Os problemas agravaram-se, hoje há constrangimentos orçamentais inevitáveis, e transferem-se uma vez mais os custos para os cidadãos. -----



A água está mais cara, os transportes estão mais caros, a rede de transportes Transfeira é altamente deficitária nos percursos e horários, as acessibilidades para cidadãos com mobilidade reduzida permanecem inexistentes, a rede rodoviária está obsoleta e perigosa, as escolas em condições precárias com contentores permanentes, não existe política de juventude (alem de três linhas no relatório e da tão prometida XL Party que nunca aconteceu e que visa dinamizar a criatividade juvenil pondo os jovens a jogar playstation ou computador!) e a Câmara apresenta como grandes projectos a destruição de espaços emblemáticos como o Cine-Teatro António Lamoso, sem nem olhar ao património edificado como o Mercado Municipal de Santa Maria da Feira ou a Malaposta de Sanfins, em contínua degradação. -----
Aqui, vive-se diariamente pior. Até quando? -----
Hoje, como sempre, o compromisso da CDU é com as populações e o povo. E tudo faremos para continuar a ser a força com que o povo pode contar, com a denúncia, mas com a proposta. Com o compromisso militante de um esforço contínuo de uma vida melhor. -----
E as populações deram a resposta massiva e necessária na grandiosa Greve Geral, nas várias manifestações em 2010 pela mudança de políticas, pela paz, pela igualdade, pelo fim da crise que não foi o povo que provocou mas é o povo que está a pagar. -----
Esta crise, não caiu do céu. Tem responsáveis: PS, PSD e CDS, com as suas sucessivas políticas de destruição do Estado Social e do Estado de Direito Democrático, bem patentes na vontade de reescrever a Constituição. Mas o povo não dorme. Dizia o poeta, demita-se o povo e eleja-se um outro. Que conveniente seria. Mas mais cedo do que tarde, a resposta não tardará. Basta de injustiças. É preciso que quem provocou a crise agora a pague. E nesta luta, os feirenses têm ao seu lado partidos que confia no povo e nos trabalhadores. O PCP e Os Verdes. E tudo faremos para que 2011 seja, de facto, um ano de resistência, de luta e de mudança para melhor.”-----

Interveio o membro **Nuno Serrano** (BE) que começou por referir que, ao se analisar o Orçamento municipal, não se pode fazê-lo dissociando-se o que se passa no resto do País, salientando que o Governo do PS, com o beneplácito do Partido PSD e com a tutela do Prof. Cavaco Silva, aprovou um Orçamento de Estado de austeridade para a economia, dizendo que isso levou a uma recessão nunca antes vista e causou a miséria que é constatada ao andar pelas ruas, principalmente nas grandes cidades do País. -----



Frisou que foram feitos cortes cegos nos apoios sociais aos mais necessitados, que houve desorçamentação nas áreas da Saúde, Educação e Justiça, entre outras, mas que se enterraram cinco mil milhões de euros no BPN, fazendo notar que esse dinheiro até já terá desaparecido. - Salientou que, também, não são tributadas as mais-valias obtidas na especulação da bolsa, mas que se aumentam os impostos a quem apenas vive do seu salário ou das suas pensões, bem como são antecipadas as distribuições de dividendos para fuga ao fisco. Sublinhou que o PS e PSD nada fazem quanto a essas situações, fazendo notar que as mesmas reflectem o bloco central de interesses e que, portanto, é mais do mesmo. -----

Disse que, por essas razões, o Bloco de Esquerda não consegue compreender tanto queixume por parte do Sr. Presidente da Câmara pelo corte das verbas transferidas do Orçamento de Estado para os cofres da Câmara, ressaltando que essa austeridade é filha que nasceu da união de facto entre PS e PSD. -----

Quanto à afirmação do Sr. Presidente da Câmara de que correm tempos de austeridade e que, mais do que nunca, é preciso poupar todos os cêntimos, recordou que o Sr. Presidente da Câmara já disse o mesmo nos anos anteriores, fazendo sobressair que quem gere a coisa pública nem sequer precisa fazer esse tipo de afirmações, tem é que gerir com rigor e transparência. -----

Questionou se, caso não se estivesse a atravessar uma crise financeira e social, o Sr. Presidente da Câmara reconheceria, perante a Assembleia, que já se poderia gastar em festas, em obras de encher o olho mas sem utilidade, ou em subsídios atribuídos a qualquer conjunto de pessoas que se constitua em associação ou clube. -----

O membro Nuno Serrano prosseguiu a sua intervenção dizendo que, apesar do discurso austero por parte do Sr. Presidente da Câmara, a bota não bate com a perdigota, referindo que não faltam buracos negros no presente Orçamento, salientando que a esses buracos é dado o nome de Outros e Diversos, ou feitos através das verbas para serviços de consultadoria e estudos, para publicidade, ou para licenças de software e equipamento informático. -----

Ressaltou que se o Sr. Presidente da Câmara estivesse preocupado com o rigor e transparência, tinha proposto no sentido da Câmara preparar, para o ano de 2012, um orçamento seguindo as metodologias de um Orçamento de Base Zero. -----

Referiu que, na presente sessão, o BE ofereceu essa possibilidade mas que o PSD preferiu manter-se fiel à sua matriz de falta de transparência e de orçamentos a fingirem que são



rigorosos. Questionou o que diria o Presidente do PSD a esse respeito, destacando que o mesmo afirmou que, em dois meses, preparava um Orçamento de Estado, para 2011, com essa metodologia. Disse que essa afirmação é demagogia pura, mas que o BE é um partido sério e que, como tal, reconhece ser preciso, no mínimo, um ano para implementar esta metodologia. Lembrou que, quanto à implementação do Orçamento de Base Zero, o PSD votou, na Assembleia da República, favoravelmente. -----

Focou que a gestão da coisa pública deve garantir o mais elevado nível de poupança e eficiência, afirmando que para que as funções do Estado Social sejam cumpridas existem duas condições fundamentais, concretamente o combate ao desperdício, através da garantia da despesa justificada, bem como a adequação dos serviços às necessidades. -----

Frisou que o projecto de lei que foi aprovado na Assembleia da República, da metodologia do Orçamento de Base Zero, garante que o orçamento corresponde a essas duas condições e coloca os decisores políticos perante as escolhas necessárias, destacando, uma vez mais, que o projecto foi aprovado com os votos favoráveis do BE, PSD, e “Os Verdes”, com a abstenção do PCP e CDS-PP, e com os votos contra do PS. -----

Lembrou que essa lei tem aplicação às empresas municipais e inter-municipais e que, portanto, a Feira Viva terá de obedecer a essas normas. Esclareceu que essa proposta, ao contrário do que foi dito, privilegia algo que foi aconselhado pela União Europeia, no caso, os Planos Plurianuais, ressaltando que não se faz um Orçamento de Base Zero em detrimento desse tipo de Planos. -----

Relativamente ao Orçamento Municipal em discussão disse que, apesar de ter sido fornecido em formato digital, é um formato digital que não permite usufruir de todas as suas potencialidades porque não é pesquisável, porque não permite fazer comparações com orçamentos de anos anteriores, e porque não permite agrupar despesas e verificar se foram executadas as que estavam inscritas nos Planos de Actividades dos anos transactos. -----

Ressaltou que o que se constata é que as despesas relativas aos anos de 2008, 2009 e 2010, têm um peso excessivo na despesa total, e que isso ou significa falta de pagamentos ou não execução do que havia sido projectado. -----

Quanto a se dizer que não se consegue gerar receitas até pela acção da economia, disse haver algumas medidas emblemáticas para gerar receitas, dando como exemplo a aplicação de uma taxa às instituições bancárias, no âmbito das caixas multibanco, pela utilização do espaço



público. Fez sobressair que a lei permite a aplicação dessa taxa, lembrando que, mesmo em tempos de crise, os bancos têm cada vez mais lucros e que, com esses serviços multibanco, poupam muitos milhões de euros. -----

Referiu que um outro exemplo claro da falta de estratégia e do não querer poupar dinheiro público é a não utilização de software livre, ressaltando que na gestão de escolas, bibliotecas, programas de introdução à informática, bem como o programa Novas Oportunidades, é inadmissível que não seja utilizado software livre e que se continue a gastar valores exorbitantes na aquisição de licenças de software. -----

Em relação à rede de saneamento, disse que para o ano se verá se, na senda do optimismo demonstrado pelo Sr. Presidente da Câmara, a mesma estará concluída. A esse propósito, questionou quem é que vai arcar com as despesas da recuperação da rede de saneamento executada há 20 anos, comentando que basta uma chuvada mais forte para as tampas de saneamento levantarem, fazendo com que o saneamento corra pelas estradas. -----

Relativamente às políticas de comunicação, salientou que a Câmara tem uma ferramenta única que é o seu sítio na Internet. A esse propósito, fez um aparte para dar os parabéns à Câmara por, pela primeira vez, aparecer na primeira página do sítio publicidade à realização da presente sessão da Assembleia, comentando que só falta que a Câmara dê cumprimento à recomendação que foi aprovada, a esse respeito, numa sessão anterior da Assembleia Municipal. -----

Prosseguindo, e aludindo ainda às políticas de comunicação, disse que, na defesa do rigor e da transparência, a Câmara devia publicitar no seu sítio todas as despesas efectuadas, todas as obras, a quem são adjudicadas, quanto se gasta nas mesmas e quais os prazos. -----

Em relação à Acção Social referiu que, apesar do aumento das verbas para essa área, o Bloco de Esquerda considera que os aumentos deveriam ser maiores, dizendo que não se pode esquecer que ao aumento das verbas está associada a desobrigação do Estado das suas obrigações, referindo que o Estado, com o partido do PSD Central, como que está a destruir o Estado Social. -----

Salientou ser preciso mais acção e menos processos de intenção, realçando que, apesar de se notar o esforço da Câmara nessa área através, por exemplo, do recrutamento de mais pessoal, é preciso que os técnicos andem mais no terreno, para sinalizar as situações. -----

Realçou a importância da Acção Social na área da Educação, frisando ser nas escolas que se



conseguem detectar, desde cedo, situações muito críticas, dizendo que se basta ver as notícias vindas a público, no decorrer das férias escolares em curso, para se constatar que muitas cantinas municipais permaneceram abertas porque é o único sítio onde as crianças tomam a única refeição do dia. -----

Fez sobressair que, similarmente, é preciso andar nos núcleos populacionais para acompanhar as populações mais idosas, ressaltando que as pessoas idosas, a par das crianças, são as populações mais atingidas pela crise que se atravessa. -----

Aludindo ao Planeamento e Urbanismo disse que, ao ler os documentos, lhe deu a ideia de que se fez um “copy/paste” ao documento do ano passado, referindo que só viu processos de intenções de criar planos, destacando que a única novidade é a previsão de que a revisão do Plano Director Municipal se encontrará pronta em 2011, realçando que, a verificar-se, será uma grande melhoria em relação ao que se tem passado. -----

Concluindo, o membro Nuno Serrano disse que o Orçamento apresentado não é rigoroso, não é transparente, que é mais do mesmo e que representa mais um ano desperdiçado e que, por isso, o Bloco de Esquerda o iria votar contra. -----

Usou da palavra o membro **Rui Tavares** (CDS-PP), que começou a sua intervenção aludindo a algumas obras que constam do Orçamento, citando a construção de rede pluvial na Av. 23 de Dezembro, no Souto, com uma verba de 16.960 €, a construção de rede pluvial no lugar de Fial, em S. Paio de Oleiros, com a verba de 41.760 €, a construção da rede pluvial na Trav. do dos Descobrimentos, em S. João de Ver, com uma outra verba, bem como o plano geral de reestruturação e manutenção das redes de águas pluviais no Concelho de Santa Maria da Feira, com a verba de 150.000 €. Sublinhou que um orçamento é disso que se trata, de um conjunto de verbas que, somadas, dão um valor muito grande, e que é isso que está em discussão. Referiu, portanto, considerar demagogia que se diga que a questão dos semáforos não é importante, bem como outras questões, afirmando serem essas questões que constam dos documentos e que estão em discussão. -----

Disse perceber a pressa por parte do Sr. Presidente da Câmara, disse entender que se tenha de ter um orçamento aprovado até 31 de Dezembro mas que, aí, a culpa é do próprio Presidente da Câmara, salientando que o mesmo deveria ter feito o orçamento mais cedo, deveria ter solicitado a realização de uma sessão da Assembleia com maior antecedência, frisando que o



Sr. Presidente da Câmara deveria fazer a meia culpa e ver da sua responsabilidade, em relação a essa situação. -----

Referiu que, curiosamente, na intervenção que havia preparado, já previa essa questão, passando, de seguida, a ler esse documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Como nota introdutória, gostaria de chamar a atenção para a data em que é realizada esta assembleia. 30 de Dezembro de 2010 e que acabará a 31 de Dezembro de 2010. Não é deixada qualquer margem de manobra para que as Juntas de Freguesia preparem os seus orçamentos devidamente, e este tem sido um dos principais argumentos usados pelos executivos da Juntas de Freguesia para justificar os habituais desacertos orçamentais. É difícil de entender que deixe para tão tarde a aprovação de um documento do qual estão dependentes 31 Freguesias. E desta feita a desculpa do atraso do orçamento de estado não se aplica. Qual será a justificação? -----

Num orçamento onde os cortes são fundamentais, mais difícil será gerar entendimentos, mas é neste momento que a autoridade de uma liderança forte não pode deixar margem para manobra. Depois de analisar o conjunto dos documentos fornecidos, chego à conclusão de que esta manta de retalhos, onde os buracos são tapados com pontas do mesmo pano, não terá um efeito de fundo no orçamento. Os maus hábitos enraizados farão o seu percurso durante o próximo ano e continuaremos mais ou menos, para menos, na mesma situação. -----

Atentemos então aos valores: -----

Capacidade de Endividamento -----

Endividamento líquido – 46.102.176,82 euros -----

Limite de Endividamento – 46.516.347,28 euros -----

Isto chama-se na gíria popular, “travar no ferro”. A capacidade de endividamento da câmara não é nenhuma, e neste novo ano, face a uma oportunidade de avançar com uma nova obra participada, terá que dizer que não, porque não dispõe de liquidez para suportar a sua participação. Pode no entanto optar por sacrificar os fornecedores da câmara com mais alguns meses de espera pelos pagamentos, contribuindo assim para o difícil momento económico que muitas empresas deste concelho vivem. -----

Devo também recordar que a câmara tem contratados 92 empréstimos com a banca com prazos que vão dos 10 aos 26 anos e que se encontram na sua grande maioria nos primeiros anos de amortização. Contas feitas teremos um encargo anual de 5 milhões de euros, por um



período, que depois de feita uma média simples, será de 12 anos. -----
O executivo municipal parece já ter adoptado a política do “quem vir atrás que feche a porta”.
Os compromissos assumidos são de tal ordem, que o “tal” que vier atrás não fará mais do que
cumprir com os compromissos que outros assumiram muitos anos antes. -----
A margem de manobra para os cortes são de facto a Cultura e o Desporto que vão pagar por si
só a crise Feirense, uma vez que as importantes obras do Saneamento e Centro Escolares não
podem parar. Não há qualquer margem de manobra. -----
Os cortes concretizados neste orçamento já por nós foram defendidos, faltando ainda a este
orçamento um esforço no sentido da eficácia de todas as despesas. O cumprimento dos prazos
de pagamento a fornecedores poderia por si só representar uma grande poupança... e não
faltam exemplos.” -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por pedir autorização para, antes de
falar dos documentos em discussão, abrir um parêntesis a propósito das alterações ao
Regimento anteriormente aprovadas, dizendo que não tivera a oportunidade de,
oportunamente, fazer uma declaração de voto, mas gostava de comentar duas ou três
situações. Congratulou-se pelo facto de começar a haver um processo em que a disciplina da
gestão dos tempos pode melhorar e rentabilizar o funcionamento da Assembleia, referindo,
contudo, que os eleitos do PS ficaram tristes por ter ficado para trás a possibilidade do público
intervir no início das sessões, realçando considerar que isso é uma violência que se podia ter
evitado, caso a maioria assim o tivesse entendido. -----

Realçou que a questão de manter a possibilidade das reuniões se prolongarem eternamente é
outro dado negativo, referindo ter dúvidas de que, passadas quatro horas de reunião, as
pessoas continuem a ter lucidez e capacidade de trabalho para se poderem pronunciar, da
melhor forma, sobre os documentos. Disse ter ficado com pena que esses dois aspectos não
tivessem sido alterados, considerando que, a terem-se verificado tais alterações, teria sido um
momento histórico para o Regimento da Assembleia Municipal. -----

Feito esse aparte, o membro António Cardoso passou a aludir aos documentos em discussão,
passando a ler excertos de documento que, seguidamente, se transcrevem: -----

“A apreciação e aprovação do Plano de Actividades do Município e Orçamento para 2011 é
para o Partido Socialista o momento mais importante do exercício da actividade da



Assembleia Municipal.-----

Algumas questões prévias desde já queremos colocar:-----

1.^a - O PS é um partido diferente dos outros para melhor. De um lado temos o PSD no poder que faz toda a demagogia eleitoral para aí se perpetuar. Os outros partidos da oposição prometem tudo dar e tudo fazer, prometem este mundo e outro, porque não têm a responsabilidade de ser alternativa à gestão do Município.-----

2.^a - Claramente podemos afirmar as principais diferenças na condução dos destinos do concelho: -----

- Política diferente de tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Dizemos não à solução de aterro sanitário isolada, coisa que não faz o concelho vizinho de Espinho nem os concelhos do Entre Douro e Vouga. Só a Câmara PSD da Feira e Gaia é que teimam na via do conflito com as populações. Também no Ambiente, só o PS se mostrou claramente opositor à localização do PERM na Quinta da Laje.-----

3.^a - No tocante a medidas de Apoio Social e aposta na Educação, o PS é mais exigente e assume o corte com as actividades acessórias (Festas, Feiras, Festivais e outros entretenimentos) apostando no essencial, em tudo que ajude e valorize as pessoas. O PS não quer para o concelho políticas de cigarra mas sim de formiga. O PS não pode aceitar que os pais e encarregados de educação dos alunos do ensino básico, fiquem à espera cerca de um ano para receberem as ajudas a que têm direito, quando o mesmo devedor faz festarolas como se tudo estivesse bem.-----

4.^a - Acelerar prioritariamente as obras de saneamento básico, cumprir os prazos definidos nos concursos e nas metas da Câmara, fiscalizar com rigor a sua execução e não permitir o mau funcionamento das poucas ETAR que existem no concelho. Temos informações das queixas dos habitantes próximos da ETAR da Remolha quanto ao cheiro e ainda o ineficaz processo de tratamento da ETAR do Casalinho. Diz quem sabe que para o que lá se faz “era melhor não fazer nada”. Biologicamente era preferível despejar directamente os esgotos no curso de água.

5.^a - Em 2009 na febre/ ânsia das inaugurações eleitoralistas na caça aos votos o PSD aprovou deliberações em que participava com 65% nas repavimentações de ruas completando as Juntas de Freguesia com os outros 35%. Porém, esta benesse traduziu-se num estrangulamento das Juntas de Freguesia. Em primeiro lugar essas obras foram feitas com contratos da responsabilidade das Junta de Freguesia, logo a Câmara sacudi as



responsabilidade nessas obras. Depois não pagou essas participações em 2009, nem em 2010 nem diz quando vai pagar os 65% da dívida das freguesias. Em Janeiro deverá anunciar que pagará em 2011 e 2012 mas a situação torna-se sufocante porque os empreiteiros, pela primeira vez e de forma surpreendente estão a cobrar juros às Juntas pelo não cumprimento de prazos. Pergunto eu: A Câmara não recebe dos empreiteiros notas de débito de juros? É uma moda que só é endereçada às Juntas de Freguesia? Isto é gravíssimo e inaceitável. Aliás, a injustiça é maior quando se trata de novas Juntas de Freguesia que nada têm a ver com estes cambalachos e pagam por tabela. Pede-se que a Câmara seja séria e pague rapidamente o que prometeu especialmente às novas Juntas. Estar a trabalhar o orçamento de 2011 com todas estas incertezas é uma grande trapalhada. A política deve ser feita com rigor, transparência e seriedade. É vergonhoso possuir o poder com este tipo de batotas. -----

Feitas estas apresentações prévias vamos abordar a planificação das actividades a desenvolver pelo Município durante o ano 2011. Este Plano deve pautar-se com sentido de responsabilidade, de rigor, eficiência e eficácia. Consequentemente, o Plano Anual de Actividades e Orçamento deve corresponder a um orçamento rigoroso. Porém, a nossa apreciação e avaliação possível aos documentos que a Câmara PSD apresenta mostram precisamente o contrário. Senão vejamos: -----

Há falta de rigor orçamental: No Plano constam rubricas inscritas com obras executadas. São conhecidos empreiteiros que embarcando no despesismo eleitoral fizeram obras por conta deste orçamento. Foi um tal gastar. Todo o tipo de obras foram feitas. Gaste agora e pague depois. Veja-se o que acontece com as Juntas de Freguesia, com as Associações, com as Escolas, com os Pais e Encarregados de Educação, etc. -----

Falta de eficácia: Grandes desafios se colocam ao concelho. O desemprego, os atrasos nas obras municipais, etc., marcam a falta de resultados de execução. Não se vislumbram medidas de combate e estímulo à criação de riqueza. Em 2 de Agosto de 2005 dizia-se: A concessionária vai executar os 600Km de rede de esgotos que serão concluídos até 2009... já passou 2010, vai passar 2011 e infelizmente 2012 sem cumprimento dessa meta.-----

Falta de eficiência: A falta de apoio à gestão de proximidade é um exemplo de recusa de melhor gestão para a utilização dos recursos financeiros disponíveis. Assim se explica a trapalhada das promessas feitas às Juntas de Freguesia. Estas indiscutivelmente têm um efeito multiplicador de resultados, enquanto a Câmara é uma máquina gastadora sem controle.



Agora se entende a asfixia financeira de quem depende dos dinheiros públicos da Câmara.-----
Mas além da falta de rigor, eficácia e eficiência o Executivo PSD apresenta-se cansado, sem ambição onde a desorientação das políticas a seguir é uma evidência. Têm que fazer restrições. Não sabem como. Fazem ameaças de cortes. Não conseguem governar com medidas de austeridade. O descontrole económico e financeiro é cada vez maior. Não chega ter maioria absoluta, é preciso ter capacidade, dinamismo e determinação para estar à altura dos desafios actuais. -----

Não estamos em tempo com lugar a dissertações filosóficas ou de plagiar citações. Somos pragmáticos e com a frontalidade que nos caracteriza o Grupo do PS na Assembleia Municipal, reforça a posição dos seus Vereadores na Câmara e sublinha 9 medidas que mudariam o Plano se fossem seguidas: -----

1 - Tratamento de resíduos sólidos urbanos - Ambiente. A solução defendida tem uma duração de curto prazo, conflituosa e isolada (só abrange 2 municípios). A curto prazo porque é por um período, no máximo, de 10 anos. Além disso insiste-se numa solução de conflito com as populações. Esta irresponsável decisão política seria suficiente para votarmos contra este Plano. -----

Não satisfeitos com esta aberração insistem em defender a localização de um parque de reciclagem de sucatas com uma zona industrial à mistura. A forma como este planeamento é decidido quanto à localização de infra-estruturas não faz qualquer sentido. É um deserto de ideias sem nexos. -----

Estes dois exemplos mostram as grandes diferenças entre PSD e o PS para o concelho. Temos um concelho desordenado e insiste-se em soluções impensadas. Outras são tardias como foi a demora na adesão à SIMRIA. Foram anos e anos de atraso com prejuízos ambientais que o PSD não tarda em ver. Ficam claras as nossas grandes diferenças. O Ambiente para o PSD é uma moda ridícula, para nós não. A qualidade do ar e da água, a protecção dos solos são bens sagrados para o Partido Socialista. Queremos que Santa Maria da Feira seja a Terra dos Bons Sonhos e não dos pesadelos em que vivemos. -----

2 - Planeamento e licenciamento de obras. O PSD não planeia e localiza os equipamentos em qualquer sítio sem se preocupar com impactos negativos para o concelho e suas populações. Vejam-se os locais indicados para o aterro e para o PERM. Se olharmos para o Urbanismo do nosso concelho vemos fábricas no meio das casas, habitações na Reserva Agrícola, edifícios



no leito de cheias, prédios em cima dos arruamentos, vias estreitas, etc. -----
Também os sinais da revisão de um PDM caduco, bloqueador tardam em aparecer apesar das religiosas promessas do Vereador deste Pelouro de ano para ano. São enormes os prejuízos e promiscuidade na classificação, transacção e comercialização de solos no nosso concelho. É urgente concluir o processo de revisão do PDM.-----

3 - Educação: Falta de medidas para melhorar a articulação com os Agrupamentos Escolares. -
- Manutenção do Parque Escolar do ensino básico (obras de natureza simples), telha, vidro, rede internet, (computadores), redes eléctrica, esgotos, fechaduras, etc. -----
- Responsabilizar os empreiteiros exigindo o cumprimento de prazos e não facilitar as indemnizações por incumprimentos. -----

Os atrasos nas obras de conclusão dos Centros Escolares são um mau presságio para 2011. Verificam-se enormes prejuízos escolares para os alunos sujeitos a condições de funcionamento provisórias.-----

Políticas de Educação. Falta de Acção do Conselho Municipal de Educação e a sua Carta Educativa. Verdadeira acção de políticas concelhias. Falta de coordenação... medidas simples mas só ouvindo os Agrupamentos de Escolas do Concelho. -----

Falta de acção no reordenamento da rede educativa. A criação de mega agrupamentos não tem merecido a devida atenção do Executivo PSD. Veja-se a utilidade da carta educativa para que serve? Qual o papel dos Conselhos Gerais que a Câmara faz parte? E o Conselho Municipal de Educação? São Órgãos de fachada!-----

Além disso, os Planos de Segurança nas EB1 e a remoção do amianto tardam em ser aplicadas.-----

4 - Desenvolvimento Económico -----

4.1 - Turismo Termal -----

É inadmissível pensar na localização do Aterro Sanitário em Caldas de São Jorge/Pigeiros. Somos um País cuja principal riqueza está no Turismo. A hipotética localização do aterro sanitário em Caldas de São Jorge/Pigeiros será um golpe mortal no futuro económico das Termas aniquilando uma das maiores riquezas do nosso tecido económico. As populações destas freguesias não poderão aceitar este absurdo destruidor bem como a zona Industrial e Parque de Sucatas para a Quinta da Laje. -----

- Falta de um roteiro turístico com visitas guiadas de autocarro aos diversos locais turísticos



do concelho. Que faz o Posto de Turismo? Não queiram promover um novo produto turístico onde: -----

Em vez da Terra dos Sonhos teremos: “Feira Capital do Lixo (Feira e Gaia) e das Sucatas (dos Municípios do Entre Douro e Vouga), tem oportunidade ainda de ver as únicas Termas do Mundo cuja área envolvente e caracterizada por um futuro parque de sucatas embelezado com um aterro sanitário, tendo como pano de fundo a beleza de um solo esventrado com pedreiras... que parecem crateras lunares”.-----

4.2 - A vitalização da Zona Industrial de Romariz continua sem desenvolvimento. Tivemos conhecimento que, recentemente, foi vendido, pela primeira vez, um lote. Para um equipamento que prometia dinamismo e riqueza, tarda em aparecer.-----

4.3 - Taxas de Urbanização são elevadíssimas não incentivando a construção geradora de postos de trabalho. -----

4.4 - O PEC, da Cortiça, está em banho-maria? E as prometidas potencialidades? Show off?---

5 - Transportes/Rede Viária/Obras Municipais-----

- Vai aumentar a degradação da rede viária pela retirada dos apoios da Câmara. -----

- O Centro Coordenador de Transportes continuará a ser uma miragem. É preciso dar resposta a este equipamento básico. Infelizmente a mania das grandezas faz esquecer as pequenas grandes obras.-----

- Atrasos prejudiciais e inaceitáveis na execução das redes.-----

6 - Acção Social: -----

- Criação de um Conselho Municipal para a 3ª Idade tendo em vista uma melhor rentabilização dos apoios aos idosos. -----

- Conversão de habitações tipo T3 para habitações tipo T0, criando Centros comunitários para jovens ou pessoas que vivam sozinhas, nem que seja por períodos temporários. -----

- Estabelecimento de protocolos com as IPSS/Centro Sociais no combate à fome e abandono social dos idosos.” -----

Em seguida, o membro António Cardoso, aludindo ao Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, sublinhou que a indisciplina financeira é um facto que preocupa muito o grupo municipal do Partido Socialista, dizendo ser tempo de haver transparência nos pagamentos, de haver critérios e tornar público esses procedimentos. -----

Referiu que teria muito mais a dizer mas que, dado o tempo da sua intervenção já se ter



esgotado, terminava dizendo que, dada a teimosia da continuação de políticas erradas, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal não tinham outra opção que não votar contra os documentos.-----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD), iniciando por dizer que as intervenções que antecederam lhe facilitaram o trabalho, salientando que, nessas, falou-se muito pouco, ou mesmo nada, dos documentos em apreço. --- Disse perceber a afirmação do membro António Cardoso de que o Partido Socialista faria de modo diferente, frisando, contudo, que quem ganhou as eleições, apresentando um determinado programa, foi o PSD, e que é esse programa que tem que ser cumprido, não o de outros.-----

Referiu que, nessa medida, a Câmara apostou naquilo que prometeu, como seja a realização da rede de saneamento dizendo, sobre isso, que por muito que custe a muita gente essa é uma realização cuja concretização está a caminhar para o fim. Salientou que a requalificação do Parque Escolar, bem como o cuidado tido na Acção Social, são outras das apostas da Câmara. Sobre o endividamento, disse não perceber como é que as pessoas continuam a falar dessa questão, salientando que, naturalmente, o dinheiro é pouco e que os problemas de tesouraria são assumidos, há muito tempo, na Câmara. Disse, no entanto, considerar uma barbaridade o que foi dito acerca do endividamento da Câmara, mas que deixava para o Sr. Presidente da Câmara essa explicação. -----

Relativamente aos Centros Escolares, disse que foi assumido, publicamente, que seriam feitos os que estavam previstos desde que o Governo mantivesse a comparticipação, com a percentagem a que se havia comprometido. A esse propósito, referiu que a partir do momento em que essa percentagem deixou de existir, que o Município de Santa Maria da Feira deixou de ter condições para os fazer, ressaltando que quem acompanha, minimamente, a vida do Município, sabe que este não os pode fazer. Fez notar que, perante essa situação, a Câmara terá de fazer as melhorias necessárias nos equipamentos existentes para que se mantenham por mais algum tempo. -----

Salientou ser muito fácil e muito bonito fazer discursos a dizer que era preciso realizar milhentas coisas, mas que é preciso dizer onde é que se vai buscar o dinheiro. -----
Disse que bastava ler-se as primeiras e últimas folhas das Grandes Opções do Plano para se



perceber quais as opções da Câmara, referindo, nesse âmbito, não ver outras opções, e que também não viu ninguém apontar outras, fazendo sobressair que o fundamental é a Câmara fazer aquilo a que se comprometeu, aproveitando os Fundos Comunitários. -----

Relativamente ao Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua, disse que essa questão vai poder ser discutida na apresentação pública, referindo, contudo, ter ficado surpreendido com o saudosismo da CDU, pela eventual demolição do Cine-teatro António Lamoso. Disse ter todo o respeito por essa instalação mas que, desde que seja para a substituir por uma melhor e sendo isso possível, não via porque não, fazendo sobressair que não está minimamente de acordo com esse saudosismo. -----

Aludiu, em seguida, ao Parque Empresarial da Cortiça (PEC) e ao Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais (PERM) dizendo serem equipamentos que, no Orçamento, poderão passar despercebidos, salientando serem parques industriais que, à semelhança de tudo o que se passa no País, tem levado algum tempo a concretizar. Focou, contudo, que tais equipamentos estão a ter um desenvolvimento célere que é muito importante para o Concelho, ressaltando que o PEC e o PERM são assuntos a ser discutidos adiante, na Ordem do Dia da presente sessão.-----

Quanto à questão relacionada com os recursos, disse perceber que tem de se retirar o dinheiro a alguém, que o Governo tenha retirado às Câmaras um milhão de euros no ano passado e que vai retirar, segundo disse julgar saber, mais dois milhões de euros, frisando que essa situação tem que se repercutir em alguma coisa.-----

Concluindo a sua intervenção disse que, apesar de tudo, o Orçamento mantém-se, em termos de valor, semelhante ao do ano anterior, ressaltando existirem municípios onde isso não se pôde verificar, dizendo considerar que o documento apresentado é um bom documento e que, por isso, o grupo municipal do PSD o iria votar favoravelmente. -----

Seguidamente, usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para prestar os esclarecimentos tidos por convenientes, à Assembleia. -----

Referiu que dava somente resposta às questões que foram colocadas directamente à Câmara, começando por referir-se à intervenção efectuada pelo membro Rui Tavares, deputado municipal do CDS-PP, dizendo ter estranhado que a coisa mais importante que o mesmo encontrou nos documentos, e que usou para abrir a intervenção, tenham sido umas pequenas



obras que a lei obriga a que estejam determinadas no Plano e Orçamento. -----

Relativamente à afirmação de que a Câmara de Santa Maria da Feira está a pôr-se numa posição de não aproveitar os Fundos Comunitários por causa de uma eventual falta da capacidade de endividamento, referiu considerar essa afirmação completamente despropositada, ressaltando que uma afirmação dessas só pode ter sido dita por quem não leu os documentos. Disse que caso o membro Rui Tavares tivesse lido os documentos certamente tinha notado e confirmado as receitas provenientes de Fundos Comunitários. -----

No âmbito dessa matéria, disse ter feito umas contas por alto, referindo que cerca de 28% da receita do orçamento é proveniente de Fundos Comunitários, sublinhando que a maior parte das obras apoiadas com Fundos Comunitários já têm garantidos os financiamentos para a componente nacional pois já contratados com a banca e já estão considerados na informação da capacidade de endividamento. -----

Relativamente à questão do endividamento, salientou que disse muitas vezes, em sessões anteriores da Assembleia, que a Câmara reservou a capacidade de endividamento para o momento mais oportuno. Sublinhou que, durante muitos anos, a Câmara teve uma capacidade de endividamento na ordem dos 25/30 milhões de euros, porque sabia que ia precisar dessa capacidade de endividamento para, por exemplo, gastar quase 10 milhões de euros no saneamento, nas Bacias do Laje e Cáster, ou para ter os 20% necessários para a construção dos Centros Escolares. -----

Referiu que estranhar que um município como o de Santa Maria da Feira, que tem um orçamento de 120 milhões de euros, pague de juros 600 mil euros por ano, é pensar pequenino, é pensar muito pequenino, salientando que a Assembleia Municipal não pode pensar pequenino, não pode ver só um ramo da árvore quando ele está seco, tem de ver toda a floresta. -----

Seguidamente, e a respeito da intervenção do membro António Cardoso relativamente ao tratamento dos resíduos sólidos dos municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, convidou o Sr. vereador Alcides Branco a transmitir à Assembleia aquilo que lhe foi explicado na LIPOR, no âmbito dessa matéria. Disse que o Sr. vereador não estivesse disponível para dar essa explicação, então que ele próprio o fazia. -----

O Sr. Presidente da Câmara prosseguiu dizendo que explicou, repetidamente, em várias sessões da Assembleia Municipal, que a LIPOR não tem condições para receber os resíduos



sólidos urbanos dos municípios de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia, ressaltando que foi isso que foi explicado ao Sr. vereador Alcides Branco, quando este esteve na LIPOR. - Concluiu questionando o porquê de se continuar a tentar enganar as pessoas, acrescentando que lhe custa ouvir, sistematicamente, nas sessões da Assembleia, deputados municipais com algumas responsabilidades, dizendo ser o caso do líder da bancada do Partido Socialista ou, pelo menos, o eleito em primeiro lugar por esse partido, continuarem a fazer afirmações que não têm nenhuma base de sustentação. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que começou por dizer que o Sr. Presidente da Câmara sabe que ele – António Cardoso – teve acesso a documentos que dizem que a construção da terceira incineradora da LIPOR seria fortalecida pela adesão dos Municípios de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia à LIPOR. -----

Referiu que teve a oportunidade de colocar essa questão numa reunião da Assembleia Metropolitana do Porto mas que, estranhamente, nessa reunião, isso não foi explicado, dizendo, contudo, que na primeira vez que o assunto foi colocado na Assembleia Metropolitana foi dito que o reforço do sistema da LIPOR, através da construção da terceira incineradora, dependia da vontade dos Municípios de Vila Nova de Gaia e de Santa Maria da Feira, de aderirem à LIPOR.-----

Salientou, contudo, que o Governo não estará a apoiar essa situação, que houve alterações quanto a esse aspecto, ressaltando, no entanto, que nas políticas de desenvolvimento territorial da Área Metropolitana do Porto consta a construção dessa central de incineração, fazendo sobressair que outras pessoas presentes na Assembleia Municipal têm conhecimento dessa situação. -----

Disse considerar que a solução, isoladamente, do aterro sanitário para os Municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, não é a melhor, que existe o sistema da ERSUC, dizendo que lera, nos jornais, que teria sido ampliada a capacidade de tratamento de resíduos sólidos da ERSUC, salientando que, em tempos, a ERSUC foi apontada como uma solução. -----

Frisou que o Partido Socialista entende que a solução do aterro sanitário não é uma solução de futuro porque terá uma duração, segundo ouviu falar, de 10 a 12 anos, que é uma solução que traz problemas para as populações e que, perante isso, considera que a solução do aterro sanitário, da forma como está a ser projectada, não é a melhor. Concluiu dizendo ser essa a



sua opinião, sublinhando ser uma opinião que não é só dele, que é partilhada por muita gente.-

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) para, relativamente à questão dos números do Orçamento, dizer que queria que o Sr. Presidente da Câmara visse a floresta, e não visse só uma árvore. Salientou que, quando referiu que a capacidade de endividamento pode limitar a Câmara, não se estava a referir às obras já planeadas e já orçamentadas para 2011, mas sim a oportunidades que venham a surgir para 2012. -----

Ainda quanto aos números, questionou quais as razões para a Câmara prever que a receita corrente vai aumentar em 2011.-----

Em relação aos valores que constam no Orçamento para o PERM e para o PEC, referiu constar uma despesa total de 7 milhões e 400 mil euros para esses Parques. Disse que não conseguia destrinçar, na receita, se constam vendas de terrenos que irão contrabalançar essa despesa, pelo que solicitou ser informado quanto a isso, ou seja, saber se essa verba corresponde a real investimento da Câmara em 2011, nesses dois Parques. Ressaltou que, caso o seja, trata-se de uma fatia considerável do Orçamento, que é mais do que aquilo que, segundo tem noção, está previsto para os Centros Escolares, para o mesmo ano de 2011. -----

Concluindo disse que, pelo que falou na sua primeira intervenção, e sabendo o CDS-PP que a margem de manobra não é grande, que o CDS-PP iria votar as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para 2011, com a abstenção. -----

Interveio o membro **Nuno Serrano** (BE) que começou por dizer não ter sido por lapso que, na sua primeira intervenção, não se referiu aos projectos do PEC e do PERM, dizendo serem projectos tidos como emblemáticos para o Concelho apesar de não se reflectirem muito no Orçamento.-----

Referiu pensar tratar-se de lapso a referência ao PEC e ao PERM como sendo projectos estratégicos e como sendo os principais projectos do município para os próximos tempos, recordando o recente relatório do Tribunal de Contas acerca das parcerias público-privadas. ---

Salientou que o futuro do Município de Santa Maria da Feira, segundo o PSD, é seguir um modelo falhado no País, referindo que bastava ver a oneração dos próximos 15 a 50 anos e os milhões e milhões de euros que o Estado está a perder, para se comprovar essa realidade. -----

Destacou ser também claro, pelo que consta das Grandes Opções do Plano e do Orçamento,



do que vai ser feito em relação à rede de transportes em Santa Maria da Feira, dizendo, acerca dessa, que é quase inexistente, que a pouca que existe é cara e que os feirenses não sabem qual é a que existe porque essa informação não consta em lado nenhum. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para, relativamente ao epíteto do saudosismo a propósito do Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua, dizer não se tratar de saudosismo mas sim de tentar perceber como é que, numa altura de crise, em que se fala tanto dos cortes sociais e da necessidade de poupança, uma das prioridades do Orçamento é a construção desse Centro, demolindo edifícios já existentes, sem se saber o que vai acontecer às escolas e ao centro de saúde existentes naquele local. -----

Disse que esse projecto já está a avançar, que já se encontram, no terreno, retroescavadoras a trabalhar, mas que esse projecto não é bem conhecido, ressaltando que já foi investido dinheiro num anterior projecto num edifício municipal, no caso, no edifício do Matadouro, dizendo não se saber o que vai acontecer àquele edifício. -----

Referiu, portanto, não se tratar de uma questão de saudosismo mas sim de uma questão de valorização do património existente e de tentar compreender as opções que estão a ser tomadas, sublinhando que espera que na apresentação pública do projecto o mesmo seja, efectivamente, explicado. Disse pretender saber onde é que foi gasto o dinheiro, porque foi gasto, porque foram escolhidos aqueles terrenos, para quem vai servir aquele Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua e qual a razão para, num momento de contenção orçamental, se estar a fazer um investimento superior a 7 milhões de euros, em que a Câmara paga 20% desse valor. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por referir-se à última intervenção do membro António Cardoso. Referiu que o membro António Cardoso desistiu de falar da Lipor, dizendo que o Governo não apoia essa solução, mas que, agora, derivou para a adesão à ERSUC. -----

A esse respeito, o Sr. Presidente da Câmara referiu que vem dizendo, desde há muito tempo, que o Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) é muito claro, no qual o Governo diz que não há apoios comunitários para os sistemas de tratamento de lixo. Fez sobressair que isso é claro e que está escrito, que o Sr. Ministro também já o disse, e que ele –



Presidente da Câmara – já leu, nesta Assembleia Municipal, uma declaração do Ministério do Ambiente a dizer que não ia haver apoios para esse efeito.-----

Quanto à adesão à ERSUC, considerou ser um disparate criticar-se a solução do aterro sanitário a construir no Concelho de Santa Maria da Feira, para servir os Municípios de Santa Maria da Feira e Vila Nova de Gaia, com o argumento de que o mesmo terá uma duração de 12 anos e, depois, em alternativa, sugerir a adesão a um sistema exactamente igual, que usa os aterros sanitários, como é o sistema da ERSUC. -----

Em relação ao tempo de vida do aterro sanitário, disse que se fala em 12 anos porque é o tempo que a Suldouro tem de concessão, mas que isso não quer dizer que o aterro vá servir somente para esses 12 anos. -----

Sublinhou que os problemas do tempo de funcionamento do aterro que se põem no Concelho de Santa Maria da Feira ou no Concelho de Vila Nova de Gaia são os mesmos que se põem no Concelho de Aveiro ou noutro qualquer, questionando qual a razão de se apresentar uma alternativa que é exactamente a mesma coisa do que se está a fazer para servir os municípios de Santa Maria da Feira e de Vila Nova de Gaia. -----

Relativamente à intervenção do membro Rui Tavares disse que, na intervenção anterior, afirmara que o mesmo não tinha lido os documentos mas, agora, reformulava a afirmação e dizia que ele não sabe ler os documentos. -----

Fez notar que o membro Rui Tavares falou em 7 milhões de euros consignados ao PERM e, sobre isso, chamou a atenção explicando que os 7 milhões de euros constam no Plano como verba a definir, não constando do Orçamento. Esclareceu que essa verba passará a definida, entrando no Orçamento para pagar os terrenos, através da parceria com privados que a Associação de Município das Terras de Santa Maria está a constituir. -----

Salientou, quanto ao PEC, que a verba definida que consta do Orçamento ronda os 1,3/1,5 milhões de euros mas que a situação era exactamente a mesma, realçando que a Câmara pediu a posse administrativa dos terrenos e tinha que ter a verba orçamentada, fazendo sobressair que no momento em que a Câmara tiver um parceiro, esse parceiro vai entrar com o dinheiro. -

Relativamente à questão sobre o aumento da receita corrente, esclareceu que a mesma aumenta devido às verbas provenientes do Estado para despesas correntes na área da Educação e na área da Acção Social, bem como devido a contratos que a Câmara conseguiu, dando, a título de exemplo, as verbas para o material didáctico e outros materiais para os



Centros Escolares que são comparticipados pelos Fundos Comunitários. Disse ser por esse motivo que a receita corrente aumenta em relação ao ano passado. -----

Relativamente à questão das parcerias público-privadas, levantada pelo membro Nuno Serrano, disse defender e ter a consciência de que a maioria das parcerias público-privadas do país, são um desastre para o país. Nesse âmbito, referiu que quando o Partido Socialista, no Governo, disse que ia fazer auto-estradas, as chamadas SCUT, a ser pagas no futuro pelo governo, perguntou-se a si próprio como é que isso iria ser pago. Salientou que, por contas feitas na ocasião, se disse que o orçamento da então Junta Autónoma de Estradas, agora EP – Estradas de Portugal, por ano, para fazer a manutenção das estradas de todo o Portugal, era de cerca de 700 milhões de euros. Ressaltou que, passados dois anos, quando se começaram a pagar as SCUT, a verba a pagar às concessionárias já rondava os 700 milhões de euros, dizendo que, portanto, era fácil de ver que a situação criada com as SCUT era insustentável. -- Focou, contudo, que as parcerias no âmbito do PEC e do PERM não são parcerias desse tipo, ressaltando que a Câmara teve o cuidado de introduzir no caderno de encargos do concurso para encontrar o parceiro privado, que o risco do negócio é do parceiro privado. Disse que a Câmara entra com a verba dos Fundos Comunitários, e que o parceiro privado entra com as verbas para pagar o terreno e entra com a componente nacional a execução das obras, sendo ressarcido do investimento com a venda dos lotes. Fez notar que como a Câmara não tem investimento, porque o investimento público é com verbas dos Fundos Comunitários, o risco é do parceiro privado. -----

Destacou que a Câmara teve esse cuidado, dizendo que com as dificuldades que se estão a atravessar, com a estagnação da economia, a Câmara tem que ter engenho e arte, ressaltando que é isso que está a ser feito, exactamente, nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011. -----

Em relação à questão colocada pela deputada municipal Lúcia Gomes, no âmbito do Centro de Criação para o Teatro e Artes de Rua (CCTAR), relativamente aos gastos que foram feitos no edifício do Matadouro, referiu que a única coisa que foi feita naquele edifício foi a substituição do telhado de um dos pavilhões, ressaltando que a substituição de telhado também vai ter de ser feita nos restantes pavilhões. -----

Ressaltou que vai ser feito um investimento de cerca de 8,5 milhões de euros no CCTAR, com dois edifícios, um na Zona Industrial do Roligo e outro na zona onde está o Cine-Teatro



António Lamoso, estendido para cima da pedreira existente. Fez sobressair que esse investimento vai ter uma comparticipação dos Fundos Comunitários na ordem dos 7,4 milhões de euros e que, portanto, o esforço da Câmara será de cerca de um milhão de euros.--- Destacou, ainda, que a Câmara comprou o terreno por 330 mil euros e que vai ser participado por Fundos Comunitários, salientando que, a isso, ainda está associada uma comparticipação de um investidor de uma loja que se vai fazer naquela zona. Frisou, então, haver uma engenharia financeira que vai diminuir grandemente o esforço financeiro a fazer pela Câmara Municipal.-----

Quanto a se insistir no discurso de que se vai demolir um edifício que tem a sua história, disse que o Cine-teatro António Lamoso não vai ser simplesmente demolido, vai ser substituído por um com melhores condições. Deu nota que as pessoas e as associações que fizeram lá teatro poderão continuar a fazê-lo, dizendo que continuarão a ter lugar as iniciativas que vêm sendo feitas, e que vai ser possível fazer cinema porque vai ficar um espaço para se instalar a máquina, para esse efeito.-----

Salientou que, para além disso, é importante realçar a recuperação do passivo ambiental, relativamente à pedreira existente. Nesse âmbito, disse que, na sequência de conversa tida com técnicos da CCDRN, além da candidatura para o CCTAR, está a ser preparada uma candidatura para a recuperação do passivo ambiental, exactamente nos termos em que foi preparada uma candidatura para fazer a recuperação do passivo ambiental das pedreiras de Lourosa. -----

Referiu que, portanto, levar em diante a obra do CCTAR não representa um grande esforço financeiro para a Câmara Municipal.-----

Disse considerar que querer-se diminuir o impacto e as potencialidades que tem o CCTAR no Concelho de Santa Maria da Feira é má política, destacando que, nos dias de hoje, a área da criação de teatro e do teatro de arte de rua, é um dos aspectos importantes até para o desenvolvimento económico, e que é nesse sentido que a Câmara está a trabalhar. -----

Ainda em relação ao Cine-Teatro António Lamoso, disse que o mesmo está a funcionar mas com problemas de segurança e que, por isso, a Câmara obriga-se a, sempre que se realiza qualquer iniciativa no Cine-Teatro, a ter no local, por prevenção, um piquete de bombeiros. Realçou que a recuperação daquele edifício, para ficar com uma obra digna, representaria gastar tanto ou mais do que se vai gastar no CCTAR.-----



Referiu considerar que o CCTAR vai ser um bom investimento para o Município de Santa Maria da Feira, mas que informação mais detalhada será dada na apresentação pública do projecto, dizendo que nessa serão discutidas todas as componentes que estão em redor do mesmo.-----

Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, reentraram os membros Marco Aurélio Jesus, Fernando Leão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, e Amaro Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, tendo saído os membros Alberto Malta, Carla Adriana Pinto, António Vilar, e Manuel dos Santos (representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe).-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício submeteu a votação, separadamente, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento Municipal para o ano de 2011. ---
E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor, 14 votos contra e 2 abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano para 2011, o PPI – Plano Plurianual de Investimentos, e o PAM – Plano de Actividades Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e ficam arquivados na pasta anexa ao respectivo livro de actas.-----

Em seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor, 14 votos contra e 2 abstenções, aprovar o Orçamento Municipal para 2010 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas.-----

5 – Plano de Actividades e Orçamento para 2011 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel – e a que se refere a deliberação camarária de 17 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Ressaltou tratar-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, questionando se algum



dos membros pretendia intervir no âmbito da matéria, verificando não ter havido qualquer solicitação nesse sentido. -----

A Assembleia tomou conhecimento do Plano de Actividades e Orçamento para 2011 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. -----

Saíram os membros Telmo Gomes, Manuel da Mota Pinho, Adriana Cardoso, António Topa, Jorge Manuel Silva, e Alexandra Gomes (representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Guisande). -----

6 – Mapa de Pessoal para o ano de 2011-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o documento em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar do mesmo, em papel. -----
Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 17 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções, aprovar o Mapa de Pessoal dos serviços do Município para o ano de 2011 – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas. ---

Saíram os membros José Leite – Presidente da Junta de Freguesia de Sanfins, e Amaro Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, tendo reentrado a deputada



municipal Adriana Cardoso. -----

**8 – Proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
(deliberação da Assembleia de 30/06/2010)**-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que, na sessão da Assembleia de 30 de Junho de 2010, o grupo municipal do Partido Socialista manifestou-se contra a proposta de taxas pelo facto de constar que qualquer cidadão que quisesse apresentar uma reclamação na Câmara teria de pagar uma taxa de 25,63 €. Referiu que, nessa ocasião, o Partido Socialista votou contra chamando a atenção para a necessidade de mudar esse aspecto, ressaltando que, como não foi alterado, e em coerência, o grupo municipal do Partido Socialista tornava a votar contra. -----

Concluindo, disse considerar que um cidadão ter de pagar uma taxa de 25,63 € para poder manifestar o seu descontentamento ou usar do direito à sua defesa, é uma monstruosidade e que mexe nos direitos de cidadania. -----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor, 14 votos contra e 1 abstenção, aprovar a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de Dezembro de 2010.-----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 30 de Junho de 2010, no respeitante a esta matéria.-----



O membro *Rui Tavares* (CDS-PP) fez a declaração de voto que, seguidamente, se passa a citar: -----

“Eu vou só explicar porquê que voto contra, nesta alteração. -----

Esta alteração do Regulamento de Taxas dá a entender que é feito à medida, e eu acho que a Lei deve ser genérica e para todos, e não feitas à medida. -----

Nós estamos aqui a isentar de taxas, eventualmente, empresas da área tecnológica que a Câmara tem já perfilada para o Parque Tecnológico, entretanto apresentado à Câmara. -----

E como isto me parece, de facto, uma lei feita à medida, nós votamos contra, uma vez que, aliás, o CDS já votou contra esta tabela de taxas, precisamente pela razão da taxa que o Eng.º Cardoso acabou de falar, e volta a votar contra precisamente por esta discriminação para algumas empresas que, de facto, a Câmara pretende e que nós defendemos, em Sede de Orçamento, mais abrangentes e que a Câmara na sua ânsia de receitas a todo o custo não quis aceder a nada e que agora vem criar estas excepções.” -----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para dizer que podia garantir ao membro Rui Tavares que não estava previsto pedir à Assembleia a isenção de taxas para qualquer empresa a instalar no FeiraPark - Parque de Ciência e Tecnologia de Santa Maria da Feira. -----

Reentraram os membros Telmo Gomes, António Topa e Alexandra Gomes (representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Guisande). Saíram os membros Antero Barbosa, Marco Aurélio Jesus, Susana Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, e Manuel Custódio – Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô. -----

9 – Regulamento de Taxas e Outras Receitas não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira (deliberação da Assembleia de 24/09/2010) -----

- Rectificação da data da entrada em vigor -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da



deliberação camarária de 13 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia em exercício passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 43 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções, rectificar o artigo 40.º do Regulamento de Taxas e Outras Receitas não Urbanísticas do Município de Santa Maria da Feira, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de Dezembro de 2010. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 24 de Setembro de 2010, no respeitante a esta matéria. -----

Reentraram os membros Antero Barbosa e Marco Aurélio Jesus. Saíram os membros Ângelo Castro, Manuel Pinheiro e Manuel António Ferreira (que substitui, nesta sessão, a deputada municipal Idalina Sá Abreu).-----

10 – Adesão do Município de Santa Maria da Feira à ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 13 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Usou da palavra a deputada municipal **Lúcia Gomes** (CDU) para fazer um pedido de esclarecimento relativamente à adesão à ENERGAIA, dizendo que, da leitura da acta da reunião de Câmara, não percebeu qual a mais-valia, para o Município de Santa Maria da Feira, dessa adesão. -----



Referiu que, pelo que percebeu, o que está em torno da adesão são consultorias, projectos e iniciativas para conduzir à redução do consumo energético, levando a uma poupança com os custos energéticos. -----

Nesse âmbito, questionou se não havia forma de fazer essa poupança com os recursos da Câmara, com os estudos e pareceres feitos pelos técnicos da Câmara, e se é preciso a Câmara aderir a uma empresa e investir capital para efectuar esse trabalho.-----

Concluindo, e ainda a propósito dessa matéria, questionou a Câmara se somente poderia aceder a um financiamento comunitário através da adesão à ENERGAIA. -----

Interveio o membro **Rui Tavares** (CDS-PP) para colocar uma questão à Câmara, perguntando se constitui algum tipo de constrangimento, para a agência de energia ENERGAIA, o facto de a Área Metropolitana do Porto ainda não ter orçamento aprovado. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara**, que começou por aludir às questões colocadas pela deputada municipal Lúcia Gomes. Referiu que a Câmara não tem nenhuma capacidade para fazer o estudo energético em causa. -----

Referiu que aquilo que tem ouvido é que, com a ENERGAIA, a Câmara de Vila Nova de Gaia poupou 30% do custo com a energia eléctrica referente à iluminação pública.-----

Salientou que o Município de Santa Maria da Feira gasta 1 milhão e 600 mil euros na iluminação pública e que, caso a Câmara consiga concretizar uma poupança na ordem dos 30%, já representa uma verba significativa.-----

Disse que a EDVENERGIA fez alguns estudos que foram implementados na Câmara, que ajudaram a que houvesse alguma poupança não só ao nível da iluminação pública como no consumo verificado nos edifícios públicos, através do controlo dos contadores. Referiu que esses estudos ajudaram a determinar se, por exemplo, um contador existente numa escola era o apropriado ou se podia ser substituído por um com menor potência e, conseqüentemente, de menor custo. -----

Frisou ser esse trabalho que as agências de energia podem fazer e que é isso que se faz numa primeira fase e que, posteriormente, se passará a outro patamar como seja, por exemplo, o estudo da aplicação de energias alternativas nas piscinas municipais ou noutros equipamentos públicos. -----



Relativamente à segunda questão colocada pela deputada municipal Lúcia Gomes, esclareceu que existem algumas candidaturas que os municípios não podem isoladamente fazer, ou seja, que têm de ser feitas através das agências de energia. Aludiu, a título de exemplo, a uma candidatura para instalação de redutor de fluxo, dizendo que a Câmara não a pôde apresentar e que teve de recorrer à EDP, para ser a EDP a fazer a candidatura. -----

Concluiu aludindo à questão levantada pelo membro Rui Tavares para dizer que o facto da Área Metropolitana do Porto não ter orçamento aprovado não tem influência directa com a ENERGAIA, sublinhando que o assunto vai depender dos orçamentos da própria ENERGAIA e das transferências a efectuar por cada um dos municípios que aderirem. -----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção, autorizar a adesão do Município de Santa Maria da Feira à ENERGAIA – Agência de Energia do Sul da Área Metropolitana do Porto, nos termos dos respectivos estatutos – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – com a participação de 20% no capital social (trinta mil euros) e o pagamento de quota anual no montante de 12.500,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 13 de Dezembro de 2010. -----

Reentraram os membros Ângelo Castro, Jorge Manuel Silva e Manuel Pinheiro. -----

11 – Aumento de Capital e alteração dos Estatutos da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 04 de Outubro de 2010 e de 27 de Dezembro de 2010 entretanto enviadas, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----



Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) para questionar se a Câmara ia baixar os braços em relação à posição inicial que adoptou, no sentido de lutar, com todos os meios, para não pagar o IVA referente às transferências da Câmara para a Feira Viva. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer, relativamente à questão colocada, que a Câmara tem o seu gabinete jurídico a estudar o processo no sentido de defender a posição da Câmara, que é a de que não deve ser pago o IVA respeitante às transferências que a Câmara efectua para a Feira Viva. -----

Realçou que têm sido feitas algumas reuniões com Câmaras que têm empresas municipais, até no seio da Associação Nacional de Municípios portugueses, frisando que o que se verifica é que a actuação das Câmaras é a mais díspar. -----

Disse que a Câmara podia manter o processo que tem no Tribunal, mas que sabia que está sujeita a que, daqui a dois, três, quatro, cinco anos, a sentença do Tribunal seja no sentido de que tem de se pagar o IVA e que, nesse caso, ter-se-ia de pagar mais 12% ao ano, 1% ao mês, relativos ao juro fiscal. -----

Salientou que das conversas que a Câmara tem tido com a Direcção Distrital de Finanças de Aveiro se percebe que a mesma está a caminhar no sentido de aceitar que o IVA baixe dos 21% para os 6%, acrescentando que, a confirma-se essa decisão, a intenção da Feira Viva será a de pagar o IVA. -----

Informou que, caso se vier a confirmar que a taxa do IVA desce para os 6%, a dívida da Feira Viva passará a ser na ordem dos 500 mil euros, salientando que, como a Feira Viva tem cerca de 500 mil euros a receber de devoluções de IVA, com esse dinheiro paga o IVA em falta e o problema ficava resolvido.-----

Submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, aprovar o aumento do capital social da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. em 340.000,00 € e, em consequência, alterar o n.º 1 do artigo 23.º dos respectivos estatutos, nos seguintes termos: “1 – O capital da EEM é do montante de 564.488,43 euros, integralmente realizado”. -----

Em conformidade, fica, por conseguinte, reformada a deliberação de 27 de Novembro de 2009, no respeitante a esta matéria. -----



Saiu o representante, nesta sessão, do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana – Sr. José Oliveira-----

12 – Venda de Terrenos à PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de Novembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer que o processo do PERM lhe parecia muito embrulhado e que tinha muitas coisas que considerava serem armadilhas.----
Salientou que o Partido Socialista é contra a localização do PERM no local definido porque estava prevista outra utilização para aquele local, dizendo que, agora, de PERM já passa a PERM e Zona Industrial com indústrias poluidoras.-----

Referiu ser estranho que, havendo uma zona industrial a cerca de 3 ou 4 km de distância da qual não se vendem lotes, haja interesse económico de empresas privadas para investir no PERM, com possibilidade desta se desenvolver em zona industrial.-----

Disse estranhar também que, havendo dois locais definidos inicialmente para o PERM, um em Vale de Cambra e outro em Santa Maria da Feira, o pólo de Vale de Cambra tivesse saído do mapa, ou seja, ficado de fora.-----

Salientou considerar haver armadilhas porque, em primeiro lugar, os terrenos são expropriados tomando a Câmara a posse administrativa dos mesmos, para um determinado fim, que é para o PERM. Referiu que o Partido Socialista é contra a localização do PERM mas defende que é um equipamento importante para recuperação de materiais, mas não para reciclagem de materiais.-----

Frisou que essa confusão entre recuperação e reciclagem aparece em vários sítios, e que é dito também que o PERM permite, entre várias coisas, a realocação das actividades existentes



de forma a permitir a conciliação de interesses geograficamente concorrenciais e materialmente incompatíveis com o exercício de actividades poluidoras em zonas urbanas e protegidas.-----

Sublinhou que, portanto, as empresas que se vão instalar no PERM podem ter actividades poluidoras. -----

Referiu ser também dito que a expropriação só pode ser feita para recuperação de materiais, de acordo com o despacho da Secretaria de Estado, em que foi publicado a declaração de utilidade pública para a recuperação de materiais. -----

Prosseguiu dizendo que se chega ao ponto de se afirmar que vai ser publicitado no portal do Município a disponibilização de terrenos para a implantação de empresas sem que a Câmara tenha qualquer esforço financeiro, em que se dá primazia ao negócio das sucatas, mas que se não houver esse tipo, poderá ser ocupado por outras indústrias. Disse haver uma grande confusão em torno do processo, ressaltando que o princípio de recuperação começa a passar para reciclagem. -----

Concluiu dizendo que o Partido Socialista considera tudo muito estranho e que, estando com dúvidas do interesse público, iria votar contra. -----

Interveio o membro *Nuno Serrano* (BE) que, aludindo à deliberação camarária distribuída, de 29 de Novembro de 2010, passou a ler os extractos da mesma que, seguidamente, se transcrevem: -----

“Acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver actividades e operações relacionadas directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o objecto principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do seu objecto social.” -----

“Ademais, a venda dos terrenos que integram o procedimento expropriativo, só é justificável pela manutenção da utilidade pública da obra e pelo fim previsto na mesma, sob pena, de o expropriado poder exercer o seu direito de reversão, que em termos muito genéricos, traduz-se na possibilidade do expropriado ter de reaver a propriedade do prédio expropriado, quando lhe tenha sido dada outra utilidade, ou destino que não o previsto na declaração de utilidade pública.” -----

Referiu que, para além da questão da parceria público-privada de que já falou na presente



sessão, é nos pormenores como os que leu que se vêem os riscos, não só o risco financeiro como a perda de potenciar receitas e, ainda mais grave, o facto do tipo de clausulado garantir uma renda ao especulador imobiliário. -----

Disse ser disso que o assunto tratava porque não se garantia que o fim da expropriação é para a recuperação de materiais, fazendo sobressair que é sabido, por todos, que esse tipo de iniciativa já vem com 15 anos de atraso. -----

Concluindo ressaltou que, com a forma usada, se está a garantir que o especulador imobiliário nunca terá de devolver o terreno, ou o dinheiro, que deveria, porque foi expropriado indevidamente. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer considerar que o processo é o mais perceptível que é possível e que não sabia que explicações dar a quem o considera embrulhado. -----

Informou que a Câmara fez a expropriação de um terreno para a recuperação e reciclagem de materiais, comentando, a respeito dos dois termos, reciclagem e recuperação, que apesar de ser provável que o dicionário aponte alguma diferença entre eles, para o contexto do PERM e tendo em conta o sentido que é utilizado, é exactamente a mesma coisa. Deu nota que em lado nenhum se fala que o PERM é para a recuperação de materiais de automóveis, sublinhando ser para a recuperação de materiais. -----

Disse ser preciso acompanhar os tempos, que há pessoas que não o fazem, dando nota que quando se iniciou o processo do PERM, há 4 anos, havia 80 sucateiros do ramo automóvel no Concelho de Santa Maria da Feira. Referiu que a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria iniciou o processo para resolver esse problema também porque a lei obrigava a que esses sucateiros encerrassem ou, em alternativa, fossem localizados num local especificamente criado para o efeito, ou seja, num parque de sucata. -----

Disse que, entretanto, e também porque se está em Portugal, passado um ano do início do processo do PERM começou a ser possível licenciar um sucateiro numa zona qualquer, com pequenas condições, que se começou a facilitar esse licenciamento e que isso levou a que alguns sucateiros do Concelho de Santa Maria da Feira já se encontrem licenciados no local em que se encontram. Deu nota que esse licenciamento não passa pela Câmara Municipal e que é da competência da CCDRN. Focou que muitos sucateiros, os que não tinham



possibilidades, encerraram, e que dos 80 restarão no Concelho, sem precisar o número, cerca de 14, 15, ou 20 sucateiros. -----

Focou que a Câmara pôde, através da candidatura, ir buscar 8 milhões de euros, e que é nesse sentido que o processo está a avançar, acrescentando que, para ir ao encontro dos interesses das pessoas que actuam na área se fez constar no regulamento, na abertura do concurso, que aquele parque é para a recuperação de materiais. -----

Esclareceu que a candidatura para esse parque empresarial obrigou a ter, pelo menos, 40 hectares de terreno, embora, posteriormente, tivesse saído um outro regulamento para parques de 20 hectares. Frisou, contudo, que na altura em que se faz a candidatura para o PERM o mínimo era 40 hectares de terreno, e que foi com essa área que se fez a candidatura. -----

Nessa medida, disse que é feito um grande parque para dar resposta àqueles que tiverem necessidade para a recuperação de materiais, mas colocando no regulamento que, caso não hajam interessados nessa área de negócio, poder-se-ão instalar outras indústrias. -----

Disse que a questão é muito simples e que não compreende como pode deixar dúvidas a alguém. -----

Concluindo, fez sobressair que o que está em discussão, no presente ponto da Ordem do Dia, é a autorização por parte da Assembleia Municipal para a Câmara recuperar os 500.000 euros que já investiu, no âmbito do processo do PERM. -----

O membro **António Cardoso** (PS) pediu que o Sr. Presidente da Câmara explicasse o porquê de estar escrito “com o exercício de actividades poluidoras”, ao que o **Sr. Presidente da Câmara** solicitou ao membro António Cardoso que divulgasse de quem era o despacho onde isso estava escrito. -----

O membro **António Cardoso** lendo documento que possuía, disse o que, seguidamente, se passa a citar: “A construção e instalação é um projecto de referência ambiental com especial interesse para o desenvolvimento deste Município, nomeadamente (tal e tal) realocização das actividades existentes de forma a permitir a conciliação de interesses geograficamente concorrenciais e materialmente incompatíveis com o exercício de actividades poluidoras em zonas urbanas e protegidas”. -----

Disse que o PERM vai ser destinado a indústrias poluidoras, que as mesmas vão ser realocizadas, dizendo que, pare ele, realocar é retirar as indústrias de um determinado local



e localizá-las no PERM.-----

Leu, em seguida, parte do que diz a linha D) da minuta do contrato-promessa de compra e venda, distribuído aos membros da Assembleia, extracto que se transcreve: “O PERM destinar-se-á primordialmente à reciclagem de veículos e equipamentos em fim de vida, assim como de outros materiais (...)”-----

Disse não ter sido ele a inventar, que é o que está escrito no documento, frisando que reciclagem é uma coisa, recuperação é outra, fazendo notar que a reciclagem permite construir fundições e indústrias transformadoras de materiais, ou seja, indústrias poluidoras. -----

Questionou o porquê de, uma vez o Município de Santa Maria da Feira ter o problema das sucatas resolvido, vir a ser o despejo de todos os materiais que são rejeitados nos outros municípios.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu ao membro António Cardoso que relesse, em voz alta, o que leu no início da intervenção que findou, dizendo que o mesmo estava a fazer uma interpretação exactamente contrária ao que é dito na frase. -----

Depois de o membro António Cardoso ter relido a frase, o Sr. Presidente da Câmara disse que não valia a pena continuar a discutir o assunto, porque toda a gente já tinha percebido que o que se pretendia, e que estava escrito, é que se desloquem empresas com actividades incompatíveis com a malha urbana, para uma Zona Industrial. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 13 votos contra e 1 abstenção, autorizar a venda de terrenos à PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM, no montante global de 519.640,85 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 29 de Novembro de 2010. -----

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS) para ler declaração de voto cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Partido Socialista vota contra o ponto 12 – compra e venda dos terrenos do PERM, porque sempre foi essa a nossa posição nesta Assembleia Municipal, pois, como já é do conhecimento de todos, consideramos que não se deve localizar um parque de sucatas, numa



zona verde, nem qualquer tipo de infra-estrutura que vá contra as questões ambientais.

Também consideramos que há um desnorte muito grande da Câmara, nestas questões de planeamento. Um dia os terrenos são para um empreendimento turístico, passados 4/5 anos passam para PERM e agora é para Zona Industrial? Isto é uma grande trapalhada. E a verificar-se esta situação para quê uma zona industrial, no PERM se a Câmara tem uma a 3 Km - ZI de Romariz/Pigeiros, que só passados 10 anos, vendeu o 1º Lote? Que estratégia é esta? Que Planeamento querem fazer? Pela localização, falta de planeamento e desrespeito ambiental votámos contra.”-----

Saíram os membros José Manuel Leão e Fernando Leão – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira.-----

13 – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais -----

- Isenção de IMT -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de Novembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que questionou quem é que vai, objectivamente, beneficiar da isenção, perguntando se a isenção se vai estender até à venda dos terrenos aos empresários, salientando que são esses os maiores interessados nos terrenos.-----

Referiu saber que 51% da Sociedade é das Câmaras Municipais que a integram e que não via, por isso, motivo para isentar uma vez que o Município de Santa Maria da Feira já consegue trazer para si receitas até de outros concelhos.-----

Concluiu dizendo não ver vantagem nenhuma na concessão da isenção de IMT à PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria da Feira – EIM. --



Interveio a deputada municipal **Alexandra Sousa** (PS) que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Quanto ao ponto 13 – isenção do IMT no PERM, votaremos contra, porque considerámos que o interesse público tem de ser igual para todos, para situações iguais, direitos iguais. Se pretendem isentar o PERM devem isentar todas as indústrias que se queiram instalar no Concelho. Aliás, o PS sempre foi defensor de taxas baixas para captar investimento, sendo essa posição repudiada e agora propõem isenção para o PERM. Porque será? Já existem empresas para quem convém dar a isenção? -----

No entanto, como já se foi referindo, tudo isto demonstra mais uma vez que não há um planeamento organizado para o que se faz no Concelho, pois um dia um terreno é para um fim e, posteriormente, já se altera a finalidade conforme dá mais jeito. -----

Outra questão é se para a compra desses terrenos a Câmara não concorreu a Fundos Europeus? Pode agora ser feita esta venda?-----

E ainda uma outra curiosidade, que não poderia deixar passar, tantas vezes criticada a nossa posição relativamente às zonas industriais e agora vemos a Câmara andar a reboque do PS nesse assunto, pois não é nisso que se irá transformar o PERM? Mais uma zona industrial no Concelho? E até pedem isenção de IMT.-----

O que mudou, Sr. Presidente?-----

Que fique claro que defendemos indústria e investimento, mas de forma planeada a todos os níveis, nomeadamente na localização e no respeito pelas condições ambientais. -----

Tenho dito.”-----

Interveio o membro **Fernando Moreira** – Presidente da Junta de Freguesia de Louredo (PSD), que começou por dizer que lhe pareceu, nas intervenções anteriores, haver alguma incoerência nas questões colocadas.-----

Referiu que se os Municípios que integram a Sociedade tiverem de pagar IMT então que, naturalmente, quem vier a comprar esses terrenos vai ter de pagar esse IMT.-----

Disse, portanto, que se a Assembleia Municipal deliberar isentar está, indirectamente, a beneficiar os empresários que irão comprar os terrenos uma vez que, naturalmente, terão menos esse custo. -----

Salientou que se comprasse um terreno por 500 mil euros e tivesse ainda de pagar 50 mil



euros de IMT, naturalmente que, quando fosse vender esse terreno, tinha de fazer projectar esses 50 mil euros no preço. Concluiu dizendo que lhe parecia que estava a haver incoerência na discussão do assunto. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que iniciou dizendo que uma das respostas que ia dar já foi adiantada pelo membro Fernando Moreira. -----

Frisou que os municípios que integram a Sociedade detêm 51% da mesma, que se está a falar de um projecto que vai chegar a 13 milhões de euros de investimento e que o mesmo é localizado no Concelho de Santa Maria da Feira. -----

Salientou que a Câmara de Santa Maria da Feira investiu 500 mil e que o que está a pedir à Assembleia Municipal é autorização para a Câmara ir recuperar esses 500 mil euros. Frisou ser isso que o Partido Socialista vai votar contra. -----

Comentou que a deputada municipal Alexandra Sousa disse na intervenção que efectuou, com pompa e circunstância, que a Câmara estava a ir a reboque do Partido Socialista mas, incongruente, anunciou que o Partido Socialista votava contra. -----

Concluiu dizendo que a “partidarite” faz perder o bom senso, faz perder a visão dos assuntos, e que era só isso que queria dizer. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 12 votos contra e 0 abstenções, aprovar a concessão da isenção de IMT à PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria – EIM, nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação camarária de 29 de Novembro de 2010. -----

Reentrou o membro José Manuel Leão. -----

14 – Tarifário de Água e Saneamento para 2011 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 27 de Dezembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por dizer ser pública a posição do Partido Socialista quanto às políticas que se prendem com a água e saneamento, levadas a efeito pela Câmara Municipal. -----

Referiu que o Partido Socialista não votou a favor da opção da empresarialização que foi tomada por considerar que a mesma é ruínosa para os interesses dos feirenses porque traduz um preço da água mais caro, num preço do saneamento mais caro e até na cobrança ilegal de taxas, com o intuito de retirar mais uns trocos dos bolsos dos feirenses. Salientou que, no passado, o Partido Socialista chamou a atenção para que um dia um homem de fraque ia chegar a casa das pessoas, e que esse homem já está a chegar. -----

Ressaltou que, entretanto, vê posições surrealistas por parte do Sr. Presidente da Câmara, como quando o mesmo acusa alguns feirenses de gastarem 50 euros em televisão por cabo e de não terem dinheiro para pagar o ramal da ligação à rede. -----

A esse propósito, disse que o Sr. Presidente da Câmara tem de descer à terra e ver a realidade, referindo que o mesmo não tem acompanhado de perto as casas e os bairros degradados, não tem acompanhado as dificuldades das pessoas, dos idosos com reformas muito baixas, dos senhorios que recebem rendas de 10 ou 15 euros por mês e que estão a ser ameaçados, considerando que o Sr. Presidente da Câmara devia ter mais cuidado com esse tipo de afirmações, entendendo que as mesmas são um insulto a essas pessoas que acabara de enumerar. -----

Realçou que o Sr. Presidente da Câmara se devia preocupar com o accionamento do fundo social que a Indaqua Feira tem para dar cobertura a esses casos, fazendo sobressair que tarda em ser conhecido publicamente os apoios que os feirenses têm tido desse fundo social. -----

Concluindo, disse que o grupo municipal do Partido Socialista não podia apoiar políticas que exploram, cada vez mais, os bolsos dos feirenses. -----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por dizer que queria, antes de tudo, fazer um ponto de ordem à Mesa relacionado com a condução dos trabalhos. Apelou



a que houvesse alguma moderação nas afirmações proferidas, dizendo que lhe entristece profundamente ouvir acusações de que alguém não sabe ler, de que alguém é racista, salientando que essas situações não devem acontecer e que não se coadunam com o nível que a Assembleia Municipal deve manter. -----

Relativamente à questão do tarifário, referiu ficar muito baralhada com as intervenções que vai ouvindo. Fez sobressair que, apesar de o Município de Santa Maria da Feira ter tomado a má opção de ser pioneiro na privatização, o Partido Socialista, através do PEAASAR, veio obrigar, a nível nacional, a que as Câmaras privatizem o serviço da distribuição da água. -----

Disse subscrever integralmente que, relativamente ao pagamento do saneamento, seja permitido o pagamento faseado, mas que isso não implica que as pessoas que não têm dinheiro para pagar de uma só vez passem a ter dinheiro para pagar faseadamente. -----

Fez notar que os custos do saneamento estão a ser transferidos para os cidadãos por desinvestimento da Câmara durante muitos anos e que, agora, esse desinvestimento está-se a repercutir nas famílias. Salientou que as famílias vão ter de pagar 600 euros para estarem ligadas à rede de saneamento e não têm esse dinheiro, e que não é por se dividir em várias prestações que o vão ter, lamentando que nada seja feito em relação a essa situação. -----

Frisou que as posições tomadas pelo Partido Socialista, a nível local, não batem com as adoptadas pelo Partido Socialista a nível da legislação nacional, ou seja, que não bate a bota com a perdigota. -----

Realçou que a água é um bem a que toda a gente tem que ter acesso, que é considerado pela Organização das Nações Unidas como um direito humano, considerando, por isso, de absolutamente infeliz que o Sr. Presidente da Câmara tenha comparado a água com a televisão por cabo. Salientou considerar que o acesso à água deve ser gratuito precisamente porque é um direito humano e que se as pessoas querem ter televisão por cabo, irem ao cinema ou irem ao café, também têm esse direito. -----

Fez notar que a água, no Concelho de Santa Maria da Feira, continua a ser das mais caras do País, mas que é a própria Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) quem quer regularizar os tarifários em todos os municípios do País, dizendo, a esse respeito, que significa que toda a gente vai pagar mais e que mesmo que a Câmara de Santa Maria da Feira quisesse que o tarifário fosse mais baixo, a lei não o permitia. -----

Disse, portanto, ficar profundamente baralhada com a posição do Partido Socialista a nível



nacional e a nível local, dizendo serem posições absolutamente incompatíveis. -----
Lamentou que não haja, por parte da Câmara, tomada de medidas concretas do ponto de vista
negocial com a Indaqua Feira, para que as famílias que não têm dinheiro para pagar água e
para se ligar ao saneamento, tenham um apoio concreto para a adesão a esse bem público de
direito humano, fazendo sobressair que a Câmara, em relação a isso, o que tem feito é,
basicamente, ceder aos interesses privados e aos interesses do lucro, permitindo que se venda
a água como se fosse batatas.-----

Concluiu dizendo lamentar imenso que, nas prioridades da acção social da Câmara Municipal,
o acesso a um direito humano não seja, a esse nível, contemplado. -----

O Sr. Presidente da Assembleia em exercício, quanto à questão do ponto de ordem à Mesa
colocado pela deputada municipal Lúcia Gomes, disse que a Mesa o registava e que
comungava das preocupações quanto ao excesso, ao exagero, de algumas afirmações que
foram proferidas. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara. -----

Usou da palavra o **Sr. Presidente da Câmara** começando por dizer que a discussão é
recorrente, que assume que o Município de Santa Maria da Feira tem das taxas mais caras do
país no que respeita à água e ao saneamento, mas que continua a considerar que a opção que a
Câmara tomou foi a melhor opção.-----

Realçou que o Município de Santa Maria da Feira chegou a uma situação em que precisava de
fazer um investimento muito perto dos 100 milhões de euros e que não havia possibilidade
nenhuma para resolver essa situação sem a concessão dos serviços de água e saneamento. ----

Referiu que não se criou uma empresa municipal para tratar desse assunto porque uma
empresa municipal não podia fazer o que faz a Indaqua Feira, ou seja, financiar-se na banca,
ressaltando que a lei não o permitia porque não se tinha a capacidade de endividamento
necessária para essa situação. Focou que uma empresa privada pode recorrer ao financiamento
bancário, fazendo sobressair que, certamente, a Indaqua Feira fez o seu estudo económico e
concorreu ao concurso público, que concorreram quatro grupos, e que a Indaqua Feira ganhou
por ter apresentado as melhores condições. -----

Disse constatar que a média nacional é que um agregado familiar paga, de água e saneamento,
cerca de 15 euros mensais, quando paga 35 euros pela televisão por cabo, 35 euros para o gás



natural, 50 euros para a energia eléctrica, 53 euros de telemóvel, fazendo sobressair que o gás natural, hoje, é um bem essencial, que a electricidade é um bem essencial e que o pão também é um bem essencial.-----

Quanto a ser acusado de ter sido infeliz por ter feito referência ao que uma família paga pela televisão por cabo, disse que fez alusão à estatística.-----

Salientou ser um facto que as famílias portuguesas têm dificuldades, que as famílias do Concelho de Santa Maria da Feira não são excepção, mas que a Câmara ter conseguido, numa negociação feita com a Indaqua Feira, que houvesse a possibilidade de se pagar a ligação à rede de modo faseado, podendo ir até quatro anos, é um grande benefício para os feirenses, ressaltando ainda que os serviços da Acção Social da Câmara têm ajudado certas famílias a pagar, frisando ser aí que está o apoio social feito pela Câmara. -----

Quanto à questão do fundo social, colocada pelo membro António Cardoso, lembrou que esse fundo social é alimentado pelas coimas, mas que essas coimas ainda não começaram a ser aplicadas embora o venham a ser em breve. -----

Disse já ter feito alusão, na Assembleia Municipal, à documentação do agora ERSAR, na altura o IRAR, em que a proposta para o custo base da água e saneamento é superior às praticadas no Concelho de Santa Maria da Feira. Salientou que é o Partido Socialista quem está a fazer essa imposição, por lei, e que a menos que os municípios não cumpram a lei, vão ter que praticar esses preços. -----

Questionou, caso não tivesse acontecido a concessão, se se teria, nos dias de hoje, todo o Concelho de Santa Maria da Feira servido com rede de água e se se teria cerca de 60% do Concelho servido com rede de saneamento, com a perspectiva de, no fim de 2011, estar servido, na sua totalidade, com a rede de saneamento. -----

Concluiu dizendo que quando as pessoas não querem ouvir os argumentos, é a demonstração clara de que não têm razão.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor, 12 votos contra e 1 abstenção, aprovar a actualização do Tarifário de Água e Saneamento para 2011 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respectivo livro de actas – nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 27 de Dezembro de 2010.-----



15 – Calendário 2011 – Fixação de Preço (para conhecimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* apresentou o assunto em epígrafe, nos termos constantes da deliberação camarária de 29 de Novembro de 2010 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. Ressaltou tratar-se de um assunto para conhecimento da Assembleia, questionando se algum dos membros pretendia intervir no âmbito da matéria. -----

O membro *Rui Tavares* (CDS-PP) pediu a palavra para dizer que gostava de perceber se os pontos do género do em discussão e que esporadicamente são presentes à Assembleia Municipal, são tão importantes para o futuro do Concelho para que se reserve um ponto específico na Ordem do Dia, ou se é para a Assembleia tomar conhecimento de que a Sr.^a Vereadora Cristina Tenreiro – do Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude – a qual chamou de “sempre ausente”, vai, afinal, fazendo alguma coisa, de vez em quando. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para, a propósito da intervenção do membro Rui Tavares, lhe dizer que deveria pensar nas palavras antes de efectuar a intervenção, realçando que o mesmo deveria ler a lei e ler quais as competências da Assembleia Municipal. -----
Ressaltou que o membro Rui Tavares poderia aproveitar a oportunidade para fazer uma proposta na Assembleia Municipal, no sentido de que a Câmara não fosse obrigada a dar conhecimento desse género de situações à Assembleia Municipal, frisando que, no momento, é a Assembleia quem obriga a Câmara a dar esse conhecimento. -----

E, a Assembleia Municipal, no seguimento da deliberação tomada por este Órgão na sua sessão extraordinária de 17 de Novembro de 2000, tomou conhecimento da venda do calendário 2011 produzido pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, ao preço de 1,00 € (um euro) cada unidade. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia em exercício*, introduzindo o período em epígrafe, informou haver uma inscrição, para intervir neste período, da cidadã D.^a Celeste de Jesus Santos Ribeiro, residente na freguesia de Lourosa, e que a mesma o havia feito para falar sobre os



processos que tem a decorrer na Câmara Municipal, nomeadamente os Processos n.^{os} 1212/2008 e 1103/2010. -----

Em seguida passou, nos termos do Regimento, a palavra à cidadã supra-identificada.-----

Usou da palavra a cidadã **Celeste Ribeiro**, que leu documento escrito que deixou à Mesa e cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Eu, Celeste de Jesus Santos Ribeiro residente na Rua João Paulo II, 849, em Lourosa, desta Concelho de Santa Maria da Feira, venho a esta Assembleia Municipal apresentar os problemas que o funcionamento da pesada máquina municipal, no Pelouro de Obras, me ocasiona:-----

O Sr. Rufino Pereira de Pinho explorava um armazém de materiais de construção civil, em sítio acanhado, do Lugar de Lavoura, à Rua João Paulo II, de Lourosa e que não se achava legalizado.-----

O Sr. Rufino comprou cerca de mil metros de terreno, contíguos ao imóvel que tinha, que acrescentou à área que tinha e apresentou um projecto de ampliação de edifício. -----

A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira aprovou-lhe um projecto de edifício não destinado a habitação, em zona de habitações, o que desde logo implica a constante passagem de veículos pesados para manuseamento (de cargas e descargas) de materiais pesados de construção civil que incomodam os residentes, e, especialmente a mim, com ruído, com trepidação, com ocupação de vias públicas e até com a poluição não só dos próprios veículos, como até do pó dos materiais. O proprietário do negócio dos materiais de construção civil aproveita as áreas não edificadas para deposição de materiais, e, assim é que blocos, tijolos e outros materiais são depositados nas áreas envolventes ao armazém coberto, e deixados ao ar livre, implicando que resíduos e pó se espalhem e prejudiquem a qualidade de vida dos residentes. -----

O edifício ampliado ficou com dimensões impróprias para o local, por ser demasiado grande, em comparação com as construções existentes e a área não edificada envolvente ao edifício, em vez de servir de defesa dos moradores, serve de agressão. -----

Também foi feito alargamento da rua adjacente ao referido edifício ampliado para o efeito de beneficiar o público. Mas o poder público criou lugares de estacionamento no local, apesar do local constituir um cruzamento, cuja criação parece ter obedecido ao critério de satisfazer as



necessidades de acessibilidade do mesmo edifício e não servir o interesse público.-----
Por me não ser concedido mais tempo, apelo a que esta Assembleia não permita que os interesses colectivos sejam postergados em benefício do interesse particular, com a colaboração da entidade autárquica a quem incumbe a defesa em primeiro lugar dos interesses da colectividade, tomando a decisão de mandar proceder a uma averiguação que detecte as falhas e erros cometidos e ordene a respectiva eliminação.” -----

A solicitação do Sr. Presidente da Câmara, usou da palavra o Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, *José Manuel Oliveira*, para prestar os devidos esclarecimentos. ---
Deu nota que a situação que foi referida pela cidadã já por várias vezes foi exposta nas reuniões de Câmara, e que se prendia com uma drogaria existente em Lourosa, no gaveto da Rua Central com a Rua João Paulo II. -----

Explicou que o proprietário pretendia ampliar e, inclusivamente, legalizar as construções que já possuía, mas que para viabilizar a legalização e a ampliação teve necessidade de comprar mais terreno. Referiu que o proprietário comprou cerca de mil metros de terreno à senhora que interveio, à D.^a Celeste Ribeiro, e que, ao que se consta na zona, pagou a 165 euros/m². ---
Salientou que, com essa parcela de terreno, o proprietário ficou com condições para cumprir as normas e o regulamento do Plano Director Municipal, submeteu um projecto à apreciação da Câmara que foi aprovado e que foi licenciado, realçando que isso aconteceu tal como acontece com todos os outros projectos que cumpram as normas e os regulamentos em vigor. -
Disse ser essa a situação que se passa, chamando a atenção para que, numa primeira abordagem feita na Câmara, se dizia que os parâmetros não tinham sido cumpridos mas que, tendo sido esgotado esse impedimento, se veio referir um outro, quanto à forma como está a ser ocupado o espaço. Concluiu dizendo se tratar de uma matéria nova e que a Câmara a iria averiguar.-----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia em exercício* submeteu a minuta da acta desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a acta desta sessão.-----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,00 horas, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal em exercício encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta acta que vai



ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,
